



Allseg Seguradora S.A.

CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Allseg Seguradora S.A. referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas e dos relatórios dos auditores independentes relativos à auditoria das demonstrações financeiras e à auditoria atuarial. Durante o exercício de 2025, os prêmios emitidos totalizaram R\$ 829,4 milhões (R\$ 475,2 milhões em 2024), crescimento de 74,5% no período, e os prêmios ganhos foram a R\$ 610,8 milhões (R\$ 482,0 milhões em 2024), representando um crescimento anual de 26,7%. Mais importante do que aumentar a receita foi elevar, exponencialmente, o resultado: aumento de 90,9% no lucro líquido em relação ao ano anterior (R\$39,9 milhões em 2025 vs. R\$ 20,9 milhões em 2024). Os resultados denotam solidez e acenam para um promissor futuro, reafirmando seu espaço no mercado segurador com compromisso e responsabilidade. A Allseg continuamente ingressa em novos segmentos, como ramos Náutico e Aeronáutico demonstram, com o objetivo de manter a trajetória de crescimento e consolidar sua atuação nos ramos Pessoas, RCO e Garantias. Igualmente importante, pudemos fortalecer ainda mais nosso olhar para o social ao direcionar parte do Imposto de Renda (2025) para projetos sociais por meio de leis de incentivo fiscal.

Continuaremos a acompanhar outros projetos nas áreas da Música, Cidadania, Esporte, Capacitação de idosos e Educação digital para crianças e adolescentes, que poderão ser positivamente impactados nos próximos anos. A nossa Política de Sustentabilidade, publicada no site, dentre outras, apresenta em suas diretrizes, no relacionamento ético, o respeito dos Direitos Humanos, da diversidade, da dignidade e sempre adotar práticas que proíbam atos discriminatórios e de assédio de qualquer natureza; bem como garantir trabalho digno para homens e mulheres, alinhado à não discriminação, à remuneração justa, segura e que combata o trabalho infantil e escravo. Abaixo quadro comparativo com a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia:

2025					
	Homens	%	Mulheres	%	Total
Funcionários	73	50%	73	50%	146
Nível Gerência	18	69%	8	31%	26
Nível Diretoria	11	85%	2	15%	13
Média salarial	19.253,65		7.426,52		

	2024				
	Homens	%	Mulheres	%	Total
Funcionários	68	50%	68	50%	136
Nível Gerência	16	67%	8	33%	24
Nível Diretoria	11	85%	2	15%	13
Média salarial	19.278,54		7.153,61		

A política de investimentos se manteve conservadora (a totalidade dos recursos foi mantida em quotas de fundos de investimentos de renda fixa lastreados em títulos públicos), e a distribuição de dividendos acompanha o disposto na Legislação vigente e no Estatuto Social. A Allseg Seguradora S.A. agradece aos seus Segurados, Corretores e demais parceiros de negócios, além da Superintendência de Seguros Privados SUSEP, a confiança depositada na Empresa, bem como aos colaboradores, pela dedicação e valiosas contribuições no desenvolvimento da empresa.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

Balanco patrimonial em 31/12/2025 e de 2024 - Em milhares de reais					
Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Notas
Circulante		862.497	565.512	Circulante	
Disponível		13.758	12.288	Contas a pagar	
Caixa e bancos	5	13.758	12.288	Obrigações a pagar	13.1
Aplicações	6	364.597	260.682	Impostos e encargos sociais a recolher	13.2
Créditos das operações seguros e resseguros		230.802	118.307	Encargos trabalhistas	13.3
Prêmios a receber	7.1	189.535	99.108	Impostos e contribuições	13.4
Operações com seguradoras	7.2	22.308	7.736	Débitos de operações com seguros e resseguros	
Operações com resseguradoras	7.3	18.959	11.463	Prêmios a restituir	—
Outros créditos operacionais		1.976	538	Operações com seguradora	14
Ativos de resseguro – provisões técnicas	8	183.672	120.913	Operações com resseguradoras	15
Títulos e créditos a receber		9.227	14.200	Corretores de seguros e resseguros	15
Títulos e créditos a receber	9.1.1	52	82	Outros Débitos Operacionais	16
Créditos tributários e previdenciários	9.1.1	7.765	12.466	Depósitos de terceiros	17
Depósitos judiciais e fiscais	10	321	546	Provisões técnicas – seguros	17
Outros créditos a receber	10	1.089	1.106	Danos	17
Outros valores e bens		5	22	Pessoas	17
Despesas antecipadas		36	46	Vida Individual	17
Custo de aquisição diferido	11	58.424	38.516	Não circulante	
Seguros	11	58.424	38.516	Contas a pagar	
Não circulante		243.250	149.209	Tributos diferidos	13.4
Realizável a longo prazo		242.720	148.376	Débitos das Operações com seguros e resseguros	
Créditos das operações com seguros e resseguros		13.327	17.610	Corretores de Seguros e Resseguros	15
Prêmios a receber	7.1	13.327	17.610	Provisões técnicas – seguros	17
Ativos de resseguro – provisões técnicas	8	129.722	66.421	Danos	17
Títulos e créditos a receber		3.204	5.103	Pessoas	17
Créditos tributários e previdenciários	9.1.1	3.193	5.092	Outros débitos	
Outros créditos a receber	10	11	11	Provisões Judiciais	18.1
Custo de aquisição diferidos	11	96.468	59.241	Patrimônio líquido	
Seguros	11	96.468	59.241	Capital social	19.1
Investimentos	12	227	227	Aumento de capital em aprovação	19.1
Participações societárias	12	227	227	Reservas de reavaliação	19.2
Imobilizado		302	606	Reservas de lucros	19.3
Imóveis de uso próprio		186	469		
Bens móveis		116	137		
Total do ativo		1.105.747	714.721	Total do passivo e do patrimônio líquido	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 - Em milhares de reais						
	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023	32.278	—	193	3.661	25.791	61.923
Realização da reserva de reavaliação	—	—	(35)	—	35	—
Constituição de tributos sobre reserva de reavaliação	—	—	14	—	—	14
Lucro do exercício	—	—	—	—	20.856	20.856
Reserva legal	—	—	—	1.042	(1.042)	—
Reserva de lucro	—	—	—	—	(15.739)	15.739
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	(4.110)	(4.110)
Em 31 de dezembro de 2024	32.278	—	172	4.703	41.530	78.683
Realização da reserva de reavaliação	—	—	(33)	—	33	—
Constituição de tributos sobre reserva de reavaliação	—	—	14	—	—	14
Baixa da reserva de reavaliação	—	—	(152)	—	—	(152)
Lucro do exercício	—	—	—	—	39.914	39.914
Reserva Legal	—	—	—	1.753	(1.753)	—
Reserva de lucro	—	—	—	—	(7.764)	7.764
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	(5.335)	(5.335)
Aumento de Capital	—	59.143	—	—	(17.613)	(17.613)
Dividendos	—	—	—	—	(7.482)	(7.482)
Em 31 de dezembro de 2025	32.278	59.143	—	6.456	7.764	105.641

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações 31/12/2025 e de 2024 - Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)						
1. Contexto operacional: A Allseg Seguradora S.A. ("Seguradora" ou "Allseg"), é uma sociedade anônima de capital fechado autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar nos ramos de seguros de pessoas e danos em todo território nacional, podendo ainda participar de outras sociedades, conforme definido na legislação em vigor. Sua sede é na Av. Angélica, 2626 - Térreo - Consolação, São Paulo - SP, 01228-200. Sua composição acionária se dá de 99,9% de ações ao Sr. Pedro Pereira de Freitas e 0,1% de ações destinadas ao Sr. Paulo de Oliveira Medeiros e Francisco de Assis Fernandes.						
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e alterações posteriores, Lei das Sociedades por Ações e as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pelo órgão regulador, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal de suas operações. Norma contábil que não foi referenciada pela SUSEP: • CPC 50 – Contratos de seguro (entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023), contudo a SUSEP ainda não aprovou a adoção dessa norma. • CPC 51 – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras: • CBPS 01/IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade • CBPS 02/IFRS S2 – Requisitos de divulgação relacionados ao clima. A emissão das demonstrações financeiras da Seguradora foi autorizada pela Administração em 26 de fevereiro de 2026. 2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o "custo histórico" como base de valor, ajustado pela avaliação a valor justo dos ativos financeiros nas categorias "avaliado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes" e "avaliado ao valor justo por meio do resultado". As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. 2.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em Reais (R\$), que também é a moeda funcional da Seguradora. (b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira: As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período. 2.3 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias e outros ativos de curto prazo com vencimento original de três meses ou período menor, de alta liquidez e com baixo risco de variação ao valor de mercado. 2.4 Ativos financeiros: 2.4.1 Classificação e mensuração: Os ativos financeiros no reconhecimento inicial são classificados de acordo com o modelo de negócios da Seguradora nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiro. São classificados nas categorias mensurados pelo valor justo ou pelo custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos sejam eles para obtenção de fluxos de caixa quanto pela venda do ativo						
financeiro, o que determinará o método de mensuração e a forma de reconhecimento dos ganhos ou das perdas dos ativos. (a) Ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio do resultado (VJR): Esta categoria mensura os ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado no momento inicial de sua aquisição. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado. (b) Custo amortizado: Incluem-se nesta categoria os recebíveis não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Seguradora compreendem, substancialmente "Créditos das operações com seguros e resseguros" e "Outros créditos operacionais". Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, reduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável conforme estudo técnico atualizado a cada data de balanço. (c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA foram classificados levando em consideração o modelo de negócios e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros, ou seja, em determinar se os fluxos de caixa resultarão da obtenção dos fluxos de caixa contratados ou da venda do ativo financeiro. Os ganhos e as perdas são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) à exceção das receitas de juros pelo método dos juros efetivos, perdas de crédito esperadas e reversões e ganhos e perdas cambiais. Quando ao ativo financeiro proveniente de instrumentos de dívida é desconhecido, os ganhos e as perdas acumuladas anteriormente e que estão reconhecidos em ORA, são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado. (d) Determinação do valor justo dos ativos financeiros: O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo através de cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referências ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. Os instrumentos financeiros compreendem: • Preços cotados em mercado ativo para ativos idênticos (Nível 1); • Títulos não cotados nos mercados abrangidos no "nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável (Nível 2). 2.5 Impairment (análise de recuperabilidade) de ativos financeiros e não financeiros: (a) Ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado: Os ativos classificados nesta categoria, após seu reconhecimento inicial, são avaliados pela Seguradora a cada data de balanço e, havendo evidência objetiva de perda por impairment, é efetuado registro no resultado do período. Os recebíveis originados de contratos de seguro, como os saldos de prêmios a receber de segurados e congêneres e os sinistros pagos a recuperar de resseguradoras e congêneres, são classificados pela Seguradora nesta categoria. Uma perda por redução ao valor recuperável desses recebíveis é apurada com base em estudo técnico elaborado em consonância com as determinações estabelecidas pela SUSEP. (b) Ativos financeiros: Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros (imparidade), o CPC 48 – Instrumentos Financeiros considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os déficits de caixa) ao longo da vida esperada do ativo financeiro. O déficit de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito esperadas consideram o valor e a época dos						

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 Em milhares de reais (exceto o lucro por ação)				
Demonstração do resultado	Notas	31/12/2025	31/12/2024	
Prêmios emitidos		829.382	475.175	
Variação das provisões técnicas de prêmios	22	(218.583)	6.872	
Prêmios ganhos	21	610.799	482.047	
Sinistros ocorridos	21	(230.247)	(187.391)	
Custos de aquisição	23	(120.917)	(100.235)	
Outras receitas e despesas operacionais	24	(16.964)	(23.075)	
Resultado com resseguro	25	(158.664)	(105.618)	
Receita com resseguro		44.367	41.436	
Despesa com resseguro		(203.031)	(147.050)	
Despesas administrativas	26	(59.516)	(55.210)	
Despesas com tributos	27	(12.390)	(2.977)	
Resultado financeiro	28	44.332	25.386	
Resultado operacional		56.433	32.927	
Ganho com ativos não corrente		—	7	
Resultado antes dos impostos e participações		56.433	32.934	
Imposto de renda	9.1.2	(9.610)	(7.323)	
Contribuição social	9.1.2	(6.096)	(4.599)	
Participações sobre o resultado		(813)	(155)	
Lucro líquido do exercício		39.914	20.856	
Quantidade de ações		27.114.539	27.114.539	
Lucro líquido por ação – R\$		1,47	0,77	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 - Em milhares de reais			
Demonstração do resultado abrangente	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		39.914	20.856
Variação reserva de reavaliação		(32)	(21)
Resultado abrangente		39.882	20.835

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa – método indireto Exercícios findos em 31/12/2025 e de 2024 - Em milhares de reais			
Atividades Operacionais	31/12/2025	31/12/2024	
Lucro líquido do exercício	39.914	20.856	
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações	3.465	2.575	
Perda (Reversão de perda) por redução ao valor recuperável dos ativos	(75)	(72)	
Outros ajustes	3.389	3.355	
Variação nas contas patrimoniais:	151	(708)	
Ativos financeiros	(34.312)	(2.448)	
Créditos das operações de seguros e resseguros	(103.915)	(43.926)	
Ativos de Resseguro	(108.883)	(26.146)	
Créditos fiscais e previdenciários	(128.778)	(13.875)	
Depósitos judiciais e fiscais	6.600	(10.404)	
Despesas antecipadas	225	43	
Custos de aquisição diferidos	10	(35)	
Outros ativos	(57.135)	6.843	
Impostos e contribuições	(1.374)	(36)	
Outras contas a pagar	1.676	10.201	
Débitos de operações com seguros e resseguros	4.761	1.270	
Depósitos de terceiros	100.035	29.792	
Provisões técnicas – seguros e resseguros	3.591	172	
Total	248.875	43.653	
Impostos sobre lucro pagos	9.067	20.983	
	(2.240)	(9.638)	

Caixa Líquido Gerado/Consumido nas atividades Operacionais	6.828	11.345
Atividades de Investimento		
Pagamento pela compra – imobilizado	(22)	—
Recebimento pela venda – imobilizado	—	6
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(22)	6

Atividades de Financiamento		
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(5.335)	(4.110)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(5.335)	(4.110)
Aumento (Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.470	7.241
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do exercício	12.288	5.047
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do exercício	13.758	12.288

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

pagamentos, a perda de crédito pode ocorrer pelo aumento da aversão ao risco ou default, mesmo se a entidade espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato. A provisão para perdas de crédito de um ativo financeiro é mensurada com base nas perdas esperadas para os próximos 12 (doze) meses. No entanto, se na data do balanço o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas baseia-se em perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato. Uma vez que é identificada uma evidência objetiva de desvalorização, a Seguradora utiliza o método da perda esperada com dados específicos das carteiras da empresa. O cálculo é realizado para os ativos financeiros classificados nas categorias contábeis valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e custo amortizado. (c) **Redução ao valor recuperável – Prêmios a receber:** A Seguradora deve reconhecer uma redução ao valor recuperável (RVR) de prêmios a receber, conforme determina a Circular SUSEP nº 678/2022, de 10 de outubro de 2022, artigo 137º, com base em estudo técnico, que considera o histórico de perdas e os riscos de inadimplência segregados por faixas de vencimento e agrupamentos de prêmios a receber. A Redução ao Valor Recuperável é reconhecida sobre os prêmios a receber diretos e aceitos, líquidos de Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG e bruta dos componentes do prêmio base, como comissões, comissão de estipulante, cosseguros, resseguros cedidos e IOF. O montante da redução ao valor recuperável corresponde à totalidade dos valores a receber pela sociedade seguradora, sendo que a metodologia trata tanto as parcelas vencidas quanto as parcelas vincendas, seja de clientes adimplentes ou devedores em atraso. No encerramento das demonstrações financeiras em 2025 a Allseg promoveu alteração da estimativa contábil para determinar o redutor ao valor recuperável (impairment) de prêmios a receber, mantendo o alinhamento das normas contábeis (como IFRS 17/IFRS 9 e o CPC 48/RCEP 01), mantendo o critério de perdas esperadas de crédito, mas passando a utilizar o modelo Roll Rate (ou Roll Rate Model) que é uma abordagem estatística focada no risco de crédito. O método baseia-se na "rolagem" de recebíveis entre diferentes faixas de atraso ao longo do tempo (agings), classificados conforme a faixa de tempo de atraso (ex: 0-30 dias, 31-60 dias, 61-90 dias, etc. até a faixa superior acima 180 dias). O percentual de RVR é calculado por meio das médias dos percentuais de inadimplência com os percentuais de riscos apurados conforme tempo de atraso dos prêmios a receber. A partir do ano de 2024 a redução dos valores a recuperar passou a considerar o histórico de perdas e os riscos de inadimplência, representados por percentuais de perdas, segregados entre faixas de vencimento. E o montante da redução ao valor recuperável, a partir daquele ano, passou a corresponder à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo segurado. Para 2025 o modelo mantém as mesmas bases de informações utilizada

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/02/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

</

continuação <

continuação										Allseg Seguradora S.A. CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27												
Data de aviso										31/12/2025					Descrição		31/12/2025		31/12/2024			
Pagamentos acumulados										Vencidos												
2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025										Até dois anos Até três anos Até quatro anos Acima de cinco anos Total												
Após um ano										7.746 9.816 10.208 8.658 12.989 49.417					Capital base (a)		46.697		34.740			
Após dois anos															Capital adicional – risco de subscrição		7.778		4.177			
Após três anos															Capital de mercado		15.874		11.181			
Após quatro anos															Capital adicional – risco de crédito		3.560		2.571			
Após cinco anos															Benefício da diversificação		(11.377)		(7.277)			
Após seis anos															Capital adicional de risco (b)		62.532		45.392			
Após sete anos															maior valor entre (a) e (b)		62.532		45.392			
12.737 – – – – –										3.454 7.819 7.253 6.454 9.967 34.947					PLA nível 1		101.823		72.423			
1.532 4.525 6.749 11.104 17.988 25.969 37.109 87.349										19. Patrimônio líquido: 19.1 Capital social:					O capital social está representado pelo valor de R\$ 32.278 (R\$ 32.278 em 2024), mediante a emissão de 27.114.539 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, o qual foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 967, de 12 de maio de 2009, composto por 27.114.537 ações do Sr. Pedro Pereira de Freitas, 1 ação do Sr. Paulo de Oliveira Medeiros e 1 ação do Sr. Francisco de Assis Fernandes. A Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2025, aprovou, o aumento de capital no montante de R\$ 59.143, os valores estão registrados em aumento de capital em aprovação. O referido aumento de capital está em fase de homologação pela SUSEP. 19.2 Reservas de reavaliação:		Suficiência de capital (PLA – CMR)		43.111		38.800	
2.010 5.698 8.521 14.010 19.460 25.693										Constituída em períodos anteriores em decorrência das avaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação emitidos por peritos especializados. Em 2025 a Administração decidiu pela baixa integral dos saldos existentes da reserva de reavaliação. 19.3 Reservas de lucros: (a) Reserva legal: A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/1976. Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R\$ 6.456 (R\$ 4.703 em 31 de dezembro de 2024). (b) Reserva estatutária: A reserva estatutária tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio social, evitando a descapitalização resultante da distribuição de lucros não realizados. Serão destinados a essa reserva, em cada período, os lucros líquidos não realizados que ultrapassarem o valor destinado a reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei nº 6.404/1976. A Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2025 deliberou pela utilização de parte do saldo de R\$ 41.532 para utilização para aumento de capital. 19.4 Dividendos e Juros sobre capital próprio: De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual. Em 2025, a Seguradora deliberou pela distribuição de R\$ 7.482 de dividendos mínimos obrigatórios. Distribuiu juros sobre o capital próprio sobre o lucro do exercício no montante de R\$ 5.335 (em 2024 R\$ 3.172), de acordo com a faculdade prevista no artigo 9º da lei nº 9.249/95, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pro rata die. O crédito de juros sobre o capital próprio será submetido aprovação em reunião de Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até o dia 31 de março de 2025. 19.5 Patrimônio líquido ajustado e Capital Mínimo Requerido: A Resolução CNSP 432/2021, e alterações posteriores, estabelece os critérios de exigência de capital a serem observados para operação de seguros. O critério estabelecido define que o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora deverá ser maior ou igual ao Capital Mínimo Requerido (CMR) no fechamento mensal de seus balancetes. O CMR é composto pelo capital-base e capital de risco, seu valor será o maior entre esses dois valores. O patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido apresentam-se da seguinte:					Ativos líquidos		Excesso a necessidade de cobertura de Provisões Técnicas		45.844		56.913	
2.746 7.120 11.280 16.365 21.999															20% do Capital de Risco (CR)		(12.506)		(9.078)			
3.001 6.389 10.594 14.613															Suficiência de ativos líquidos em relação ao CR		33.338		47.835			
4.098 8.514 12.692															20. Partes relacionadas:							
5.703 11.020															A Seguradora identifica como partes relacionadas seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. As transações são realizadas em condições comutativas a preços, prazos e taxas normais de mercado sendo efetuadas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas, conforme definições contidas CPC 05 (R1) divulgação sobre Partes Relacionadas.							
8.330 – – – – –															Parte Relacionada		31/12/2025		31/12/2024			
2.430 6.693 9.791 15.333 23.905 36.286 82.701 87.349															Ativo Passivo Receita Despesa Ativo Passivo Receita Despesa							
3.869 10.400 14.081 21.176 30.090 60.987															Fmcir Administradora de Franchising Ltda. (i)		– – – 1.169 – – –		– – – 1.086			
3.941 9.466 15.575 21.987 45.545															No Ma'am Empreendimentos e Participação Ltda. (ii)		– – – 1.115 – – –		– – – 1.013			
7.477 11.431 17.904 34.784															Segservice Administração e Correção de Seguros Ltda. (iii)		– – – 1 – – –		– – – 1			
5.985 12.698 27.142															Protect Administração e Corretagem de Seguros Ltda. (iv)		– – – 6 – – –		– – – 10			
8.901 24.625															Christian de Freitas Sociedade Individual de Advocacia (v)		– – – 1.118 – – –		– – – 1.015			
21.066 – – – – –															(i) Refere-se à prestação de serviços de consultoria em marketing para a promoção da marca Allseg e seus produtos na rede de franquia e seus clientes.							
27.780 36.573 41.405 48.292 58.081 71.579 82.701 87.349															(ii) Refere-se à prestação de serviços para a prospecção de novos clientes (representantes/corretores) e de relacionamento com determinados clientes da Seguradora (iii) Refere-se à prestação de serviços para promoção de vendas de produtos da Allseg. (iv) Refere-se à prestação de serviços advocatícios, para os quais contempla também a supervisão das ações judiciais da Seguradora junto aos demais advogados externos. Os benefícios pagos aos administradores e demais membros do pessoal-chave da administração totalizaram R\$ 4.364 em 2025 (R\$ 4.653 em 2024) e estão registrados no grupo de despesas administrativas na rubrica de "despesas com administração". Os administradores não recebem remuneração baseada em ações.							
20.537 24.991 30.183 32.135 50.470 71.960 96.617 114.129																						
(7.244) (11.582) (11.222) (16.157) (7.611) 381 13.915 26.779																						
-26% -32% -27% -33% -13% -1% 17% 31%																						
Desenvolvimento de sinistros líquidos de resseguro:																						
Data de aviso																						
2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025																						
Ajuste da IBNR																						
PSL Administrativa																						
PSL Judicial																						
Provisão de Sinistro																						
15.476 17.384 21.598 22.203 32.017 51.114 69.707 84.063																						
Pagamentos acumulados																						
2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025																						
Após um ano																						
Após dois anos																						
Após três anos																						
Após quatro anos																						
Após cinco anos																						
Após seis anos																						
Após sete anos																						
Estimativa corrente																						
Passivo reconhecido no balanço (Déficit) / Superávit																						
(7.244) (11.582) (11.222) (16.157) (7.611) 381 13.915 26.779																						
-26% -32% -27% -33% -13% -1% 17% 31%																						
Desenvolvimento de sinistros líquidos de resseguro:																						
Data de aviso																						
2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025																						
Ajuste da IBNR																						
PSL Administrativa																						
PSL Judicial																						
Provisão de Sinistro																						
15.476 17.384 21.598 22.203 32.017 51.114 69.707 84.063																						
Pagamentos acumulados																						
2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025																						
Após um ano																						
Após dois anos																						
Após três anos																						
Após quatro anos																						
Após cinco anos																						
Após seis anos																						
Após sete anos																						
Estimativa corrente																						
Passivo reconhecido no balanço (Déficit) / Superávit																						
(7.244) (11.582) (11.222) (16.157) (7.611) 381 13.915 26.779																						
-26% -32% -27% -33% -13% -1% 17% 31%																						
Desenvolvimento de sinistros líquidos de resseguro:																						
Data de aviso																						
2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025																						
Ajuste da IBNR																						
PSL Administrativa																						
PSL Judicial																						
Provisão de Sinistro																						
15.476 17.384 21.598 22.203 32.017 51.114 69.707 84.063																						
Pagamentos acumulados																						
2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025																						
Após um ano																						
Após dois anos																						
Após três anos																						
Após quatro anos																						
Após cinco anos																						
Após seis anos																						
Após sete anos																						
Estimativa corrente																						
Passivo reconhecido no balanço (Déficit) / Superávit																						
(7.244) (11.582) (11.222) (16.157) (7.611) 381 13.915 26.779																						
-26% -32% -27% -33% -13% -1% 17% 31%																						
Desenvolvimento de sinistros líquidos de resseguro:																						
Data de aviso																						
2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025																						
Ajuste da IBNR																						
PSL Administrativa																						
PSL Judicial																						
Provisão de Sinistro																						
15.476 17.384 21.598 22.203 32.017 51.114 69.707 84.063																						
Pagamentos acumulados																						
2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025																						
Após um ano																						
Após dois anos																						
Após três anos																						
Após quatro anos																						
Após cinco anos																						
Após seis anos																						
Após sete anos																						
Estimativa corrente																						
Passivo reconhecido no balanço (Déficit) / Superávit																						
(7.244) (11.582) (11.222) (16.157) (7.611) 381 13.915 26.779																						
-26% -32% -27% -33% -13% -1% 17% 31%																						
Desenvolvimento de sinistros líquidos de resseguro:																						
Data de aviso																						
2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025																						
Ajuste da IBNR																						
PSL Administrativa																						
PSL Judicial																						
Provisão de Sinistro																						
15.476 17.384 21.598 22.203 32.017 51.114 69.707 84.063																						
Pagamentos acumulados																						
2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025																						
Após um ano																						
Após dois anos																						
Após três anos																						
Após quatro anos																						
Após cinco anos																						
Após seis anos																						
Após sete anos																						
Estimativa corrente																						
Passivo reconhecido no balanço (Déficit) / Superávit																						
(7.244) (11.582) (11.222) (16.157) (7.611) 381 13.915 26.779																						
-26% -32% -27% -33% -13% -1% 17% 31%																						
Desenvolvimento de sinistros líquidos de resseguro:																						
Data de aviso																						
2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025																						
Ajuste da IBNR																						
PSL Administrativa																						
PSL Judicial																						
Provisão de Sinistro																						
15.476 17.384 21.598 22.203 32.017 51.114 69.707 84.063																						
Pagamentos acumulados																						
2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025																						
Após um ano																						
Após dois anos																						
Após três anos																						
Após quatro anos																						
Após cinco anos																						
Após seis anos																						
Após sete anos																						
Estimativa corrente																						
Passivo reconhecido no balanço (Déficit) / Superávit																						
(7.244) (11.582) (11.222) (16.157) (7.611) 381 13.915 26.779																						
-26% -32% -27% -33% -13% -1% 17% 31%																						
Desenvolvimento de sinistros líquidos de resseguro:																						
Data de aviso																						
2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025																						
Ajuste da IBNR																						
PSL Administrativa																						
PSL Judicial																						
Provisão de Sinistro																						
15.476 17.384 21.598 22.203 32.017 51.114 69.707 84.063																						
Pagamentos acumulados																						
2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025																						
Após um ano																						
Após dois anos																						
Após três anos																						
Após quatro anos																						
Após cinco anos																						
Após seis anos																						
Após sete anos																						
Estimativa corrente																						
Passivo reconhecido no balanço (Déficit) / Superávit																						
(7.244) (11.582) (11.222) (16.157) (7.611) 381 13.915 26.779																						
-26% -32% -27% -33% -13% -1% 17% 31%																						
Desenvolvimento de sinistros líquidos de resseguro:																						
Data de aviso																						
2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025																						
Ajuste da IBNR																						
PSL Administrativa																						
PSL Judicial																						
Provisão de Sinistro																						
15.476 17.384 21.598 22.203 32.017 51.114 69.707 84.063																						
Pagamentos acumulados																						
2018 20																						

continuação ➡		Allseg Seguradora S.A. CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27	
solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade da Auditoria Independente: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os		ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Allseg Seguradora são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da Allseg Seguradora em 31/12/2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do	
		escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.	
		Porto Alegre, 26/02/2026.	
		Danielle Bellissimo Wilk - Atuária MIBA 2841 Atuária Brasil Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda. - CIBA 0087 CNPJ nº 06.114.280/0001-45 - Rua General Câmara nº 236, Conj. 601 - POA/RS	
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras			
Aos Administradores e Acionistas Allseg Seguradora S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Allseg Seguradora S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação		da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um	
		referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. • Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.	
		São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.	
		 PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5	
		Thais Helena Ferreira Farat Cosentino Contadora CRC 1SP260324/O-0	

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/02/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 11.992.680/0001-93

Relatório da Administração 2025

Resultados 2025

São Paulo, 26 de fevereiro 2026. A Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Quali" ou "Companhia") (B3: QUAL3), empresa líder na comercialização, administração e gestão de planos de saúde coletivos por adesão, anuncia os resultados de 2025. As informações operacionais e financeiras da Companhia são apresentadas com base em números consolidados em milhares de Reais, conforme a Legislação Societária e regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários. Os números, bem como suas séries históricas, podem ser obtidos em formato Excel no site ri.qualicorp.com.br.

Destaques:

- **Fluxo de Caixa Livre Recorrente:** R\$ 287,8 milhões em 2025.
- **Dívida Líquida:** R\$ 853,6 milhões em 2025, -12,0% vs. 2024, equivalente a 1,45x o EBITDA Aj. LTM, melhor em 0,02x frente ao ano anterior.
- **Receita Líquida:** R\$ 1.458,6 em 2025 (-7,7% vs. 2024).
- **Ebitda Ajustado:** R\$588,6 milhões em 2025, com 40,4% de margem (-13,5% e -2,7 p.p. vs. 2024).
- **Ebitda Ajustado – CAC:** R\$463,2 milhões em 2025, com margem de 31,8% (-16,4% e -3,3 p.p. vs. 2025).
- **Portfólio Core:** 827,7 mil vidas em 2025, -14,6% vs. 2024.

Principais Indicadores (R\$MM)*	2025	2024	Δ2025/2024
Portfólio Core (mil vidas)	827,7	969,3	-14,6%
Adesão Cart. Administrada (mil vidas)	533,2	639,1	-16,6%
Adições Orgânicas (mil vidas)	156,0	203,4	-23,3%
Cancelamentos (mil vidas)	(261,8)	(351,8)	-25,6%
Receita Líquida	1.458,6	1.580,5	-7,7%
EBITDA Ajustado	588,6	680,3	-13,5%
Margem EBITDA Ajust.	40,4%	43,0%	-2,7 p.p.
EBITDA Aj. (-) CAC	463,2	554,2	-16,4%
Margem EBITDA Aj. (-) CAC	31,8%	35,1%	-3,3 p.p.
Lucro Líquido Ajustado	41,8	84,5	-50,5%
Fluxo de Caixa Livre Recorrente	298,2	438,8	-32,0%
Dívida Líquida	853,6	970,3	-12,0%
Div. Liq./EBITDA Aj. LTM	1,45x	1,43x	0,02x

Mensagem da Administração

Ao longo deste ano, avançamos de forma consistente na execução da nossa estratégia de transformação, sustentada pelo fortalecimento do nosso modelo de negócio e pelo compromisso contínuo com a geração de valor para todos os stakeholders da Qualicorp.

Nossa trajetória neste ano tem demonstrado resultados sólidos nas frentes que compõem o nosso flywheel de valor. Temos evoluído no desenvolvimento de produtos mais aderentes, com preços adequados e maior previsibilidade. Essa disciplina comercial, combinada a processos de aceitação mais assertivos, nos levou a um churn mais estável, menor reajuste da carteira ao longo do ano e melhor tempo médio de permanência, reforçando a qualidade do portfólio e um LTV maior. Estamos confiantes de que seguimos na direção adequada, aproximando-nos de um cenário de maior estabilidade e previsibilidade.

Continuamos avançando no aprimoramento da alocação de capital e na disciplina operacional, pilares que fortalecem a resiliência da Companhia. Esses esforços contribuem para um ciclo mais equilibrado do ponto de vista econômico, e reforça a perenidade de um ecossistema bastante resiliente.

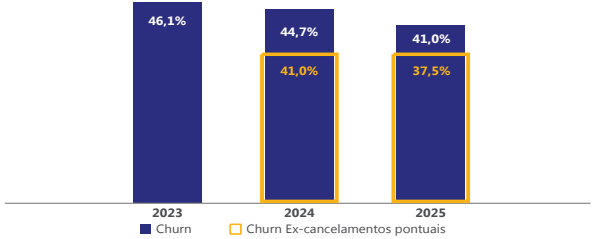
Em 2025 apresentamos R\$ 1.458,6 milhões (-7,7% vs. 2024), com um EBITDA Ajustado–CAC de R\$463,2 milhões e margem de 31,8% (-16,4% e -3,3 p.p. vs. 2024). Nosso foco permanece em construir um portfólio robusto, ampliando a aderência comercial e fortalecendo os diferenciais competitivos que sustentam o nosso *turnaround*. Seguimos comprometidos com a disciplina financeira, a evolução dos indicadores operacionais e a continuidade da transformação iniciada nos últimos ciclos, sempre priorizando iniciativas que garantam o equilíbrio, previsibilidade, maior competitividade e transparência, em prol de nossos clientes e parceiros comerciais. Encerramos este ano avançando estruturalmente de forma consistente, com reduções relativas em diversas linhas de SG&A (fixo e variável), rumo a um modelo cada vez mais sólido, equilibrado e orientado a resultados de longo prazo.

Portfólio de Vidas e Dados Operacionais

Portfólio	2025	2024	Δ2025/2024
Adesão Carteira Administrada			
Total de Vidas Iníc. Período	639.086	787.471	-18,8%
(+) Adições Brutas	155.985	203.405	-23,3%
(-) Saídas	(261.840)	(351.790)	-25,6%
Novas Vidas (líquida)	(105.855)	(148.385)	-28,7%
Total Vidas no Fim Período	533.231	639.086	-16,6%
Adesão Outros			
Total Vidas Iníc. Período	233.664	314.448	-25,7%
Novas Vidas (líquida)	(40.432)	(80.784)	-50,0%
Total Vidas no Fim Período	193.232	233.664	-17,3%
Portfólio Adesão			
PME	101.277	96.507	4,9%
Portfólio Total	827.740	969.257	-14,6%

Ao longo de 2025, a Quali passou por uma reorganização relevante do portfólio. No 4T25, foram concluídas as vendas dos segmentos Empresarial e Gama, desta forma, para fins comparativos, consideramos apenas o portfólio core (Adesão e PME). Com essa nova configuração, o portfólio total da Quali encerrou 2025 com 827,8 mil vidas, redução de 14,6% em relação a 2024.

A Carteira Administrada apresentou retração de 16,6% no ano, parte da redução é explicada pelo cancelamento pontual de uma carteira não rentável no 1T25 e desafios operacionais em especial com duas operadoras de pequeno porte, que descontinuaram suas operações de forma repentina durante o 4T25, o que contribuiu para uma redução líquida de 105,9 mil vidas. Assim, finalizamos 2025 com 533,2 mil vidas nesse segmento. Tais fatores, impactaram o desempenho da retenção em seus trimestres, fechamos o ano com um churn de 12,8%. Ainda assim, o churn de 2025, normalizado, chegou a 37,5% reduzindo 8,6 p.p nos últimos dois anos. Do outro lado, nas questões relacionadas a adições brutas, a sazonalidade de dezembro, aliada com uma forte agressividade no mercado do PME no período, culminou em uma desaceleração no período. Assim, terminamos o ano com 533,2 mil vidas.



¹ Churn calculado com saídas em relação ao total de vidas no início do período Na carteira de Adesão Outros, composta de planos massificados (principalmente odontológicos), tivemos uma redução líquida de 40,4 mil vidas, terminando o ano com 193,2 mil vidas.

A carteira PME apresentou variação positiva de 4,9% vs. 2024, refletindo os esforços da Companhia em fortalecer a performance comercial e aprimorar a qualidade da base. Com isso, o ano foi encerrado com 101,3 mil vidas. Seguimos evoluindo no Turnaround, onde temos convicção de que nossa capacidade de oferta de produtos se encontra em níveis saudáveis e nosso processo de retenção está cada vez mais eficiente.

Novos Produtos

Encerramos 2025 com 551 lançamentos e 3 exclusividades, visando fortalecer a composição do nosso portfólio e ampliar nossa capacidade de atrair novos beneficiários.

2024	2025
138	551
Novos Produtos	Novos Produtos

Deste modo, entramos em um ritmo normal de operação de lançamentos de novos produtos, nos tornando cada vez mais competitivos em esferas regionais e nacionais. Objetivamos agora, cada vez mais, desenvolver produtos em conjunto com as operadoras, adequados para o ambiente e de maior qualidade para reforçar a sustentabilidade e perenidade do ecossistema.

DRE (R\$ MM)*	2025	2024	Δ2025/2024
Receita Líquida	1.458,6	1.580,5	-7,7%
(-) COGS e SG&A	(559,4)	(647,2)	-13,6%
(-) Contingências e Desp. Judiciais	(108,3)	(77,5)	39,6%
(-) PCI	(111,5)	(125,4)	-11,1%

DRE (R\$ MM)*	2025	2024	Δ2025/2024
(+/-) Outras Operacionais	(90,8)	(50,1)	81,2%
EBITDA Ajustado	588,6	680,3	-13,5%
Margem EBITDA Ajustada	40,4%	43,0%	-2,7 p.p.
(+/-) Não Recorrente	10,4	(95,1)	-110,9%
EBITDA	599,0	585,1	2,4%
Margem EBITDA	41,1%	37,0%	4,0 p.p.
(-) D&A	(300,4)	(399,8)	-24,9%
(+/-) Res. Financeiro	(171,6)	(184,1)	-6,8%
(-) IR/CSLL	(109,9)	13,8	-894,0%
(-) Part. Minoritários	(6,4)	(8,5)	-24,7%
Lucro Líquido Controladora	10,7	6,6	NM
Margem Líquida	0,7%	0,4%	0,3 p.p.
Ajustes ao EBITDA, líquidos	31,1	77,9	-60,1%
Lucro Líquido Ajustado	41,8	84,5	-50,5%
Margem Líquida Ajustada	2,9%	5,3%	-2,5 p.p.

Visando uma melhor compreensão dos nossos resultados, tais como melhor comparabilidade das bases, apresentamos as informações recorrentes nas contas de OpEx, destacando o que deveria ser considerado como não recorrente.

Apresentamos R\$1.458,6 milhões de receita líquida (-7,7% vs. 2024) em 2025, EBITDA Ajustado de R\$588,6 milhões (-13,5% vs. 2024) e margem EBITDA Ajustada de 40,4% (-2,7 p.p.), além de um lucro líquido ajustado de R\$41,8 milhões (-50,5% vs. 2024) e margem de 2,9% (-2,5 p.p.).

Taremos maiores detalhes e visões nas sessões subsequentes.

Receita por Segmento

Receita (R\$ MM)*	2025	2024	Δ2025/2024
Carteira Administrada	1.466,8	1.566,4	-6,4%
Adesão	1.461,2	1.558,6	-6,2%
Agenciamento	54,2	78,9	-31,4%
Taxa de Administração	1.097,9	1.126,1	-2,5%
Corretagem	307,6	352,3	-12,7%
Outras Receitas	1,6	1,3	20,4%
Adesão Outros	5,7	7,8	-27,3%
PME	26,1	25,6	1,7%
Receita Outras Unidades de Negócio	85,6	117,0	-26,8%
Receita Bruta	1.578,5	1.708,9	-7,6%
Impostos s/ faturamento	(119,8)	352,3	-134,0%
Devoluções e cancelamentos	(0,1)	(1,0)	-88,7%
Receita Líquida	1.458,6	1.580,5	-7,7%

Em 2025, a receita bruta total apresentou redução de 7,6%, chegando a R\$ 1.578,5 milhões. A redução se dá principalmente pela queda de beneficiários ao longo do ano. A carteira administrada terminou o trimestre 6,4% menor vs. 2024, com R\$ 1.466,8 milhões. O PME terminou o ano com variação positiva de 1,7%, com R\$ 26,1 milhões.

Vale destacar que, ao longo do ano, no quarto trimestre, foi concluída a venda dos segmentos Empresarial e Gama. Como resultado, as bases de comparação não são totalmente equivalentes, uma vez que esses segmentos contribuíram para os resultados parcialmente no 4T25. Assim, de modo a fazer uma segregação menos distorcida, consolidamos em Receitas de Outras Unidades de Negócios, a Gama, Empresarial e Connect Med, totalizando R\$ 85,6 milhões, redução de 26,8% vs. 2024.

Custos e Despesas Recorrentes

Custos e Despesas (R\$ MM)*	2025	2024	Δ2025/2024
Total Consolidado	(870,0)	(900,2)	-3,4%
Custo de Serviços	(197,4)	(266,3)	-25,9%
Desp. Administrativas	(228,3)	(213,2)	7,1%
Desp. Comerciais	(133,7)	(167,6)	-20,2%
Contingência, PCI e Outras	(310,6)	(253,0)	22,7%
Total Consolidado	(870,0)	(900,2)	-3,4%
Despesas Fixas	(433,7)	(463,2)	-6,4%
Pessoal	(258,2)	(264,3)	-2,3%
Serviços de Terceiros	(120,0)	(140,4)	-14,5%
Ocupação	(7,7)	(8,7)	-11,6%
Marketing e Trade	(16,0)	(20,1)	-20,4%
Outros Custos e SG&A	(31,9)	(29,8)	6,9%
Despesas Variáveis	(436,3)	(436,9)	-0,2%
Contingências e Desp. Judiciais	(108,3)	(77,5)	39,6%
Comissões e Repasses	(125,7)	(183,9)	-31,7%
PCI	(111,5)	(125,4)	-11,1%
Outras Operacionais	(90,8)	(50,1)	81,2%

Obs.: Despesas gerais e administrativas sem depreciações e amortizações.

Para facilitar a análise das variações, agrupamos as linhas de custos e despesas da Quali em dois grandes blocos: despesas fixas (Pessoal, Serviços de Terceiros, Ocupação, Marketing e Outros SG&A) e despesas variáveis (Comissões & Repasses, PCI e Outras Operacionais) que estão, em sua maioria, atreladas ao prêmio faturado, e não diretamente à receita líquida. Para preservar a comparabilidade histórica, mantivemos também a abertura por natureza e por grupo contábil.

O total consolidado de custos e despesas no ano teve redução de 3,4% vs. 2024, atingindo R\$870,0 milhões.

As despesas fixas caíram 6,4%, atingindo R\$ 433,7 milhões, equivalente a 29,7% da receita líquida. As despesas variáveis atingiram R\$436,3 milhões (-0,2% vs. 2024), representando 29,9% da receita líquida.

Para melhor compreensão do segundo grupo, o de despesas variáveis, é importante segmentarmos em duas frentes: (i) aquelas que conseguimos influenciar diretamente através do nosso processo de turnaround e (ii) aquelas relacionadas às mudanças no ambiente de mercado e variáveis operacionais do negócio.

Na primeira frente, na linha de Comissões e Repasses, houve redução de 31,7% em relação ao 2024, que está relacionado diretamente às renegociações e revisões de métodos de comissionamento realizadas com a finalidade de termos um negócio mais sustentável.

Na segunda frente, o PCI demonstrou ganho de eficiência estrutural ano contra ano (-11,1% vs. 2024), representando 7,6% da receita líquida, dado ao aumento da assertividade em recuperações.

A linha de Contingências e Despesas Judiciais apresentou aumento de 39,6%. Devido ao volume de novos processos ao longo do ano, impactando em provisões. Estas provisões, decorrem em grande parte dos processos relacionados ao cancelamento unilateral ocorrido no 2T24. Seguimos cautelosos quanto às despesas variáveis, mas atuando ativamente para mitigar riscos relacionados.

EBITDA Ajustado

EBITDA Ajustado (R\$ MM)*	2025	2024	Δ2025/2024
Receita Líquida	1.458,6	1.580,5	-7,7%
(-) COGS	(197,4)	(266,3)	-25,9%
(-) SG&A	(362,0)	(380,8)	-4,9%
(-) Contingências e Desp. Judiciais	(108,3)	(77,5)	39,6%
(-) PCI	(111,5)	(125,4)	-11,1%
(-) Outras Operacionais	(90,8)	(50,1)	81,2%
EBITDA Ajustado	588,6	680,3	-13,5%
Margem EBITDA Ajustada	40,4%	43,0%	-2,7 p.p.
(+/-) Não Recorrente	10,4	(95,1)	-110,9%
EBITDA	599,0	585,1	2,4%
Margem EBITDA	41,1%	37,0%	4,0 p.p.
(-) Comissões Caixa (CAC)	(125,4)	(126,1)	-0,5%
EBITDA Aj. (-) CAC	463,2	554,2	-16,4%
Margem EBITDA Aj.-CAC	31,8%	35,1%	-3,3 p.p.

Obs.: O CAC se refere aos investimentos orgânicos em comissões (caixa), conforme demonstrados no fluxo de caixa gerencial.

Em 2025, o EBITDA Ajustado foi de R\$588,6 milhões (-13,5% vs. 2024), com margem de 40,4% (-2,7 p.p. vs. 2024).

O EBITDA Ajustado após CAC orgânico (visão caixa), é utilizado pela nossa Administração para uma melhor compreensão do resultado operacional da Companhia, já que considera os valores efetivamente desembolsados com comissionamento sobre vendas orgânicas no período (CAC), que são contabilmente registrados como investimento (CapEx).

O EBITDA Aj. – CAC foi 16,4% menor frente ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$463,2 milhões, com margem de 31,8%, e -3,3 p.p. vs. 2024.

Resultado Financeiro

Res. Financeiro (R\$ MM)*	2025	2024	Δ2025/2024
Rec/Desp. De Endividamento Liq.	(159,0)	(159,6)	-0,4%
Aplic. Financeiras	95,9	97,0	-1,1%
Juros Empr. e Financ.	(255,0)	(256,7)	-0,7%
Juros e Multas Clientes	18,7	24,1	-22,5%
Juros Arrendamentos	(2,3)	(3,9)	-40,4%
Outras Rec. Desp. Financ.	(28,9)	(44,7)	-35,4%
Resultado Financeiro	(171,6)	(184,1)	-6,8%

O resultado financeiro totalizou uma despesa líquida de R\$171,6 milhões no trimestre, 6,8% menor vs. 2024.

As despesas financeiras com empréstimos e financiamentos, líquidas das receitas com investimentos financeiros totalizou R\$159,0 milhões, com variação negativa de 0,4%. A linha de outras receitas/despesas encerrou o período com R\$ 28,9 milhões.

Lucro Líquido Ajustado

Lucro Líquido Ajustado (R\$ MM)*	2025	2024	Δ2025/2024
EBITDA	599,0	585,1	2,4%
D&A	(300,4)	(399,8)	-24,9%
Intangível/Imobilizado	(128,9)	(128,8)	0,0%
Amort. Comissões	(167,8)	(258,4)	-35,1%
Amort. Aluguel	(3,8)	(12,5)	-69,8%
Lucro Operacional	298,6	185,3	61,1%
Res. Financeiro	(171,6)	(184,1)	-6,8%
LAIR	127,0	1,2	NM
IR/CSLL	(109,9)	13,8	NM
Lucro Líquido Consolidado	17,1	15,1	13,2%
(-) Part. de minoritários	(6,4)	(8,5)	-24,8%
Lucro Líquido Controladora	10,7	6,6	62,1%
Ajustes ao EBITDA, líquidos	31,1	77,9	-60,1%
Lucro Líquido Ajustado	41,8	84,5	-50,5%

Em 2025, a linha de amortização de comissões apresentou redução, chegando a R\$167,8 milhões, -35,1% em relação a 2024.

No ano, registramos lucro líquido ajustado de R\$ 41,8 milhões. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pelo ajuste não recorrente de Resultado Financeiro e IRCS diferido da venda da Gama, que gerou efeitos fiscais extraordinários no 4T25 dado a reversão de impairment ocorrido no passado.

Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa Gerencial*	2025	2024	Δ2025/2024
EBITDA	599,0	585,1	2,4%
Itens Não Caixa	23,8	43,5	-45,3%
Val. Pgo de Arrendamentos	(5,8)	(15,1)	-61,7%
Comissões sobre Vendas (CAC)	(125,4)	(126,1)	-0,5%
IR e CSLL Pagos	(15,1)	(28,2)	-46,3%
Var. de Capital de Giro	(131,4)	(3,6)	NM
Cx. Ativ. Operacionais	345,0	455,7	-24,3%
Capex (Intang. + Imob.)	(30,2)	(39,3)	-23,1%
Fluxo de Caixa Oper. após Capex	314,8	416,4	-24,4%
Aquisições e Outros Intang.	(16,6)	22,4	NM
Fluxo de Caixa Livre Recorrente (Oper.)	298,2	438,8	-32,0%
Efeitos não recorrentes	9,5	(12,5)	-176,3%
Fluxo de Caixa Livre	307,7	426,3	-27,8%
Rec./Desp. Financeiras	(168,0)	(165,4)	-1,6%
Empréstimos e Financiamentos	(583,3)	(550,1)	NM
Dividendos pagos	(9,4)	(6,8)	38,0%
Cx. Ativ. Financiamento	(311,1)	(520,2)	-40,2%
Variação Caixa + Aplic. Financeiras	(3,3)	(93,9)	NM
Caixa + Aplic. Financeiras	889,6	892,9	-0,4%

Em 2025, o fluxo de caixa livre recorrente totalizou R\$ 298,2 milhões. Já o fluxo de caixa livre reportado foi de R\$ 307,7 milhões.

Os investimentos em CapEx, intangíveis e imobilizado totalizaram R\$ 30,2 milhões, representando 2,1% da receita líquida do ano, em linha com a estratégia de crescimento sustentável e modernização operacional. A companhia segue com disciplina financeira e foco na alocação eficiente de capital, reforçando seu compromisso com a criação de valor sustentável para os acionistas.

O CAC apresentou diminuição de 0,5% vs. 2024. 8,6% em proporção da receita líquida. Além disso, durante o ano fizemos 3 investimentos em novas exclusividades, com o objetivo de acelerarmos as vendas, alinhado com frutos positivos colhidos em estratégias semelhantes recentes.

Apresentamos ainda como

Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

... continuação do Relatório da Administração 2025

Em janeiro de 2024 lançamos nossa nova cultura organizacional, o “DNAQuali – Diligência, Negociação e Atitude”, as quais, em conjunto, colhemos frutos positivos e sustentáveis em nossos resultados e esperamos continuar colhendo. E em 2025 lançamos a nova campanha “Qualicorp, onde a sua saúde encontra o melhor plano”, com o marco de uma nova fase, retomando a comunicação com foco em saúde, proximidade e confiança.

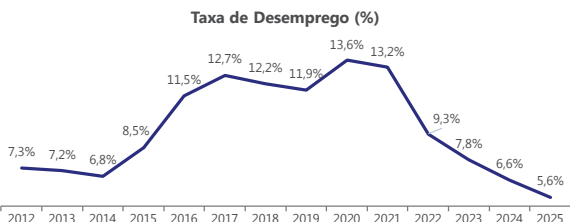
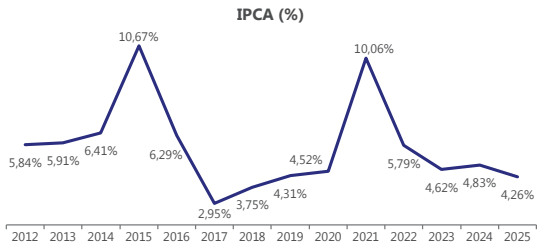
Por fim, pretendemos continuar consistentes na evolução da estratégia em 2026, para alcançar resultados positivos e continuar a mostrar a força da Qualicorp e de todos os nossos colaboradores nesse processo.

Ambiente Macroeconômico

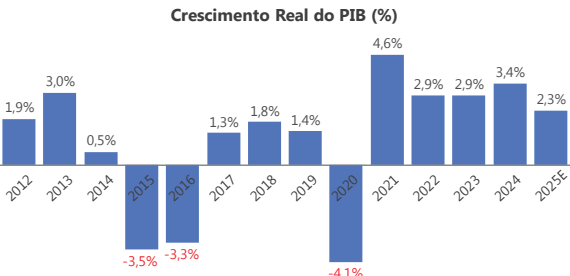
Em 2025, a inflação medida pelo IPCA fechou o ano em 4,26%, um aumento de 0,6 p.p. se comparado a 2024, dentro do teto do limite da meta de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A taxa SELIC atingiu o seu pico em 2025, com 15,00%. Ao longo do ano a política monetária permaneceu firme e o Copom deu continuidade ao ciclo de aperto iniciado no fim de 2024, resultado das sucessivas altas já previamente sinalizadas pelo Banco Central devido ao ambiente macroeconômico mais adverso, à inflação persistente e ao comportamento acelerado dos preços de serviços.

Observamos também uma redução na taxa de desemprego em 2024 para 5,6%, o menor patamar da série histórica iniciada em 2012. Embora a taxa de desemprego tenha caído, ainda não vimos uma recuperação significativa da renda da população, ambos fatores decisivos na escolha do plano de saúde.

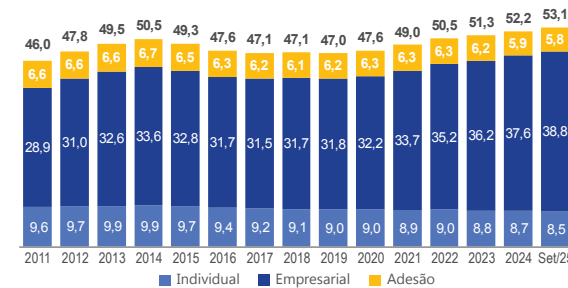
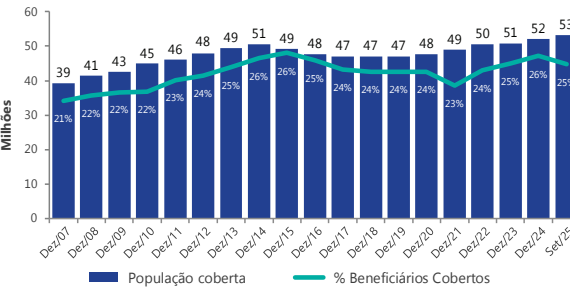


A pandemia do COVID-19 afetou fortemente a economia do país, como é possível observar no gráfico abaixo, em 2020 houve uma forte queda de 4,1% no PIB, seguida de uma recuperação com um crescimento de 4,6% em 2021. Em 2025, está estimado um crescimento do PIB de 2,3%.

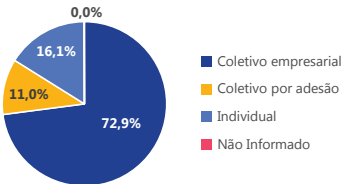


O mercado de saúde suplementar

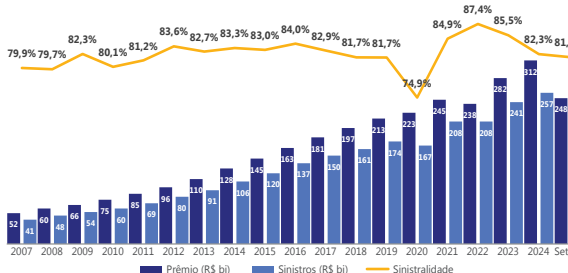
Em 2025 podemos ver um crescimento da quantidade de beneficiários no sistema de saúde suplementar de cerca de 938,7 mil de vidas ou 1,8% comparado a 2024, chegando a 53,1 milhões de pessoas cobertas por algum plano de saúde (cerca de 24,9% do total da população) conforme mostra o gráfico abaixo.



Esse crescimento, mesmo em um ambiente adverso para o mercado, deve-se à criação de vagas de empregos formais que oferecem a seus funcionários um plano de saúde empresarial. Dessa forma, a aceleração de novos planos vem do segmento Empresarial com avanço de 3,2% no ano. Os segmentos Adesão e Individual tiveram uma queda de 1,3% e 1,9%, respectivamente, vs. 2024, por possuírem renda como principal driver, seu descolamento da quantidade de empregos gerados afetou a capacidade de pagamento da população. Do total mencionado de beneficiários do Sistema de Saúde Suplementar do Brasil, a concentração está nos planos empresariais com 72,9%, seguido pelo Individual com 16,1% e por fim o Coletivo por Adesão com 11,0%.



Durante a pandemia o tivemos uma queda no índice de sinistralidade para menos de 75%, devido ao recuo das pessoas em frequentar hospitais e laboratórios. Passado esse momento houve um represamento dessa frequência e, como consequência, teve um aumento de uso de rede, assim sinistralidade atingiu o maior nível histórico do século em 2022 de 87,4%. Entretanto, até setembro de 2025 a sinistralidade teve uma leve melhora para 81,8%.



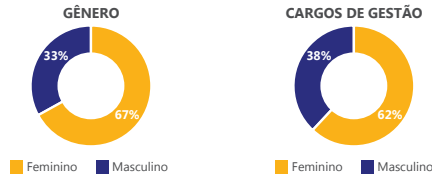
Respeito, pluralidade e equidade

Em 31 de dezembro de 2025, nosso quadro era composto por 1.211 Qualis. Sem eles, não conseguiríamos alcançar nossos objetivos. Respeitando todas as diferenças e diversidades que somam o nosso Brasil, temos 43,6% dos colaboradores não-brancos, além de diversidade de idade, com jovens e veteranos trabalhando juntos e gerando cada vez mais valor.

Geração	# Qualis	%
BABY BOOMERS (59 a 77 anos)	16	1,3%
X (43 a 58 anos)	159	13,1%
Y (27 a 42 anos)	670	55,3%
Z (13 a 26 anos)	366	30,2%
Total	1.211	100,0%

Diversidade de Raças	# Qualis	%
Branca	683	56,4%
Parda	366	30,2%
Preta	144	11,9%
Outros/Não Inf.	18	1,5%
Total	1.211	100,0%

Nosso quadro de colaboradores é majoritariamente feminino, representando 67% do total. Além disso, 62% das posições de liderança e gestão são ocupadas por mulheres. Também contamos com 1,4% de profissionais com deficiência (PCDs) em nosso time.



Ao longo do ano, registramos mais de 260 promoções e reconhecimentos por mérito, resultado de um trabalho contínuo e estruturado de valorização de nossos talentos.

Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico e evolução comparativa

Em 2025, a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia, pode ser visto por meio da seguinte distribuição:

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Total	%	Total	%
Assistente/Auxiliar	126	74%	271	79%
Consultores	241	72%	247	70%
Profissional	279	66%	344	69%
Supervisor	29	67%	28	62%
Coordenador/Especialista	97	61%	102	58%
Gerente/Superintendente	42	61%	45	58%
Diretor	1	14%	1	11%

Quantidade e proporção de mulheres por nível hierárquico que ocupam cargo na administração

Em 2025, a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração de liderança da companhia pode ser visto abaixo:

Mulheres que ocupam cargos na administração	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Total	%	Total	%
Liderança	140	63%	149	61%
Não liderança	675	68%	889	71%

Proporção da Remuneração Total Feminina em Relação à Masculina (Base Masculina = 100%) e evolução comparativa

Em 2025, o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia pode ser acompanhada de acordo com a seguinte distribuição:

Níveis	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Assistente/auxiliar	90%	97%	88%	91%
Consultores	107%	79%	111%	76%
Profissional	78%	79%	79%	79%
Supervisor	101%	82%	99%	93%
Coordenador/Especialista	93%	105%	90%	101%
Gerente/Superintendente	101%	95%	87%	82%
Diretor	73%	65%	77%	54%

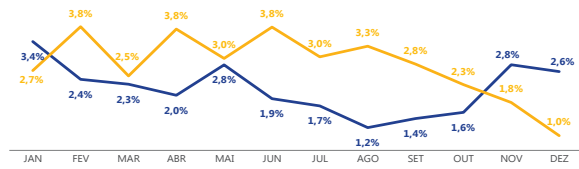
Comunicação, engajamento e desenvolvimento

Buscando sempre incentivar o aprimoramento dos nossos Qualis, a Companhia fomenta o aprendizado dos colaboradores através de treinamentos presenciais e online através da nossa Universidade Quali. Abaixo está discriminado a distribuição da formação acadêmica dos nossos Qualis, sendo a maioria com Ensino Superior completo ou acima disso.

Formação Acadêmica	Nº Qualis	%
Doutorado/Mestrado	5	0,4%
Pós Graduação	151	12,5%
Educação Superior	548	45,3%
Educação Superior Incomp.	57	4,7%
Técnico	33	2,7%
Ensino Médio Comp.	407	33,6%
Ensino Médio Incomp.	10	0,8%
Total	1.211	100,0%

Rotatividade

Em 2025, nossa rotatividade foi de 26,3%, comparado com 34,0% em 2024. No gráfico abaixo, demonstramos a distribuição mensal:



Distribuição de proventos

Em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30 de março de 2026, os acionistas da Companhia deliberarão sobre a proposta do Conselho de Administração de destinação de R\$ 2,5 milhões a título de dividendos referente ao exercício de 2025, aos quais terão direito os acionistas com posição na data base de 30 de junho de 2026.

Agradecimentos

Agradecemos profundamente o apoio e a participação de todos os nossos acionistas, conselheiros, colaboradores, clientes, beneficiários, parceiros, seguradoras e operadoras de planos de saúde. Cada contribuição foi essencial para sustentar nossas iniciativas, fortalecer nossa estratégia e impulsionar o desempenho da Companhia ao longo de 2025.

Reconhecemos e valorizamos o comprometimento de cada público que caminha ao nosso lado, construindo, diariamente, os resultados e avanços que alcançamos.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais – R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8.1	1.092	35.029	222.668	322.307	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	15	660.721	570.002	660.721	570.002
Aplicações financeiras	8.2	134.890	173.604	666.945	570.639	Impostos e contribuições a recolher		15.290	16.376	27.718	32.579
Créditos a receber de clientes	9	31.574	70.267	117.319	449.571	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		—	—	—	132.855
Outros ativos		67.213	47.924	217.108	315.362	Prêmios a repassar	17	—	—	251.811	276.093
Outros ativos financeiros	10	64.187	46.545	205.996	309.353	Repasse financeiro a pagar		—	—	34.243	36.387
Outros ativos não financeiros		3.026	1.379	11.112	6.009	Obrigações com pessoal		40.389	34.949	54.609	52.575
Partes relacionadas	12	35.413	40.227	—	—	Antecipações a repassar		—	—	36.106	43.621
		270.182	367.051	1.224.040	1.657.879	Partes relacionadas	12.1	41.153	1.569	2.533	1.631
Não Circulante						Débitos diversos	18	29.677	101.423	169.414	344.981
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	140.679	200.843	147.505	226.753	Arrendamentos	16	2.496	622	5.442	3.410
Créditos a receber de clientes	9	—	—	—	59.965	Opções para aquisição de participação de não controladores	5	16.148	9.241	107.142	9.241
Outros ativos		257.079	5.230	325.212	59.726			805.874	734.182	1.349.739	1.503.375
Outros ativos financeiros	10	256.056	4.764	321.897	59.244	Não Circulante					
Outros ativos não financeiros		1.023	466	3.315	482	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	15	1.082.515	1.293.162	1.082.515	1.293.162
Total do realizável a longo prazo		397.758	206.073	472.717	346.444	Impostos e contribuições a recolher		67	94	297	1.591
Investimentos	13	1.646.970	1.773.113	262	262	Passivo a descoberto em controlada		5.433	1.488	—	—
Imobilizado		6.822	6.982	27.743	29.277	Prêmios a repassar	17	—	—	—	167
Intangível:						Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	—	—	65.393	47.405
Ágio	14	673.520	673.520	1.854.712	1.854.712	Opções para aquisição de participação de não controladores	5	1.277	21.000	1.277	98.630
Outros ativos intangíveis	14	231.617	324.959	359.062	477.751	Provisão para riscos	19	39.176	18.903	116.125	105.148
Total do ativo não circulante		2.956.687	2.984.647	2.714.496	2.708.446	Débitos diversos	18	1.157	—	1.157	—
						Arrendamentos	16	934	604	13.644	15.277
						Total do passivo não circulante		1.130.559	1.335.251	1.280.408	1.561.380
						Patrimônio Líquido	20				
						Capital social		875.575	875.575	875.575	875.575
						Ações em tesouraria		(18.322)	(55.277)	(18.322)	(55.277)
						Reservas de capital		43.810	80.744	43.810	80.744
						Reservas de lucro		389.373	381.223	389.373	381.223
						Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		1.290.436	1.282.265	1.290.436	1.282.265
						Participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas		—	—	17.953	19.305
						Total do patrimônio líquido		1.290.436	1.282.265	1.308.389	1.301.570
						Total do Passivo e Patrimônio Líquido		3.226.869	3.351.698	3.938.536	4.366.325
Total do Ativo		3.226.869	3.351.698	3.938.536	4.366.325						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/02/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Demonstrações Condensadas do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 <i>(Em milhares de reais – R\$, exceto o lucro por ação)</i>					Demonstrações Condensadas dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 <i>(Em milhares de reais – R\$)</i>					
Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024 (Reapresentado)	01/01/2025 a 31/12/2025	01/01/2024 a 31/12/2024 (Reapresentado)		31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	
Receita Operacional Líquida	360.241	425.510	1.426.845	1.541.924	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais					
Custo dos Serviços Prestados	22 (16.992)	(26.620)	(183.595)	(254.239)	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		60.495	10.344	106.646	12.031
Receitas (despesas) Operacionais					Ajustes por:					
Despesas administrativas	22 (119.918)	(113.793)	(354.319)	(364.205)	Depreciações e amortizações	22 153.098	181.816	300.325	399.522	
Despesas comerciais	22 (164.789)	(211.300)	(301.379)	(431.712)	Baixas de imobilizado, intangível e arrendamento		(90)	(624)	3.360	(913)
Perdas com créditos incobráveis	9.1 (4.706)	(974)	(114.868)	(99.260)	Equivalência patrimonial	13 (38.555)	(27.229)	–	–	
Equivalência patrimonial	13 38.555	27.229	–	–	Ações restritas		1.899	2.090	4.549	10.029
Outras receitas (despesas) líquidas	23 39.646	(31.558)	(192.709)	(194.472)	(Receitas) despesas financeiras		240.041	89.152	269.899	267.014
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	132.037	68.494	279.975	198.036	Rendimentos sobre aplicações financeiras		(10.761)	(7.947)	(50.513)	(43.248)
Receitas financeiras	24 41.389	51.729	150.035	152.719	Resultado de operação descontinuada		13.199	–	13.199	–
Despesas financeiras	24 (112.931)	(109.879)	(323.364)	(338.724)	Perdas com dividendos desproporcionais		994	286	994	286
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	60.495	10.344	106.646	12.031	Provisão (Reversão) para riscos		20.273	27.364	13.656	39.725
Imposto de Renda e Contribuição Social	(63.029)	(10)	(102.796)	6.787	Variação dos ativos e passivos operacionais:	440.593	275.252	662.115	684.446	
Correntes	(2.865)	(3.048)	(17.112)	(24.727)	Redução (aumento) de créditos a receber de clientes		38.693	(22.298)	69.933	7.515
Diferidos	(60.164)	3.038	(85.684)	31.514	Redução (aumento) de outros ativos		(104.803)	3.242	(149.941)	12.846
(Prejuízo)lucro Líquido do Exercício das Operações em Continuidade	(2.534)	10.334	3.850	18.818	Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher		(3.978)	3.721	(6.526)	5.716
Lucro (Prejuízo) após os tributos provenientes de operações descontinuadas	13.199	(3.755)	13.199	(3.755)	Redução (aumento) de impostos a recuperar/compensar		7.544	11.353	16.458	40.075
Lucro Líquido do Exercício Atribuível a	10.665	6.579	17.049	15.063	Redução de prêmios a repassar		–	–	(24.449)	(82.339)
Participações dos acionistas controladores	10.665	6.579	10.665	6.579	Redução (aumento) de repasses financeiros a pagar		–	–	(2.144)	(26.232)
Participações dos não controladores	–	–	6.384	8.484	Redução de obrigações com pessoal		3.448	798	1.697	1.888
Lucro por Ação das Operações Continuadas	10.665	6.579	17.049	15.063	Aumento (redução) de débitos diversos		(70.903)	41.854	(76.995)	17.279
Básico (reais por ação)	29 (0,00895)	0,03673	(0,00895)	0,03673	Redução de antecipações a repassar		–	–	(7.515)	10.397
Diluído (reais por ação)	29 (0,00895)	0,03659	(0,00895)	0,03659	Aumento (redução) de valores a pagar/receber de operadoras		–	–	67.173	112.028
Lucro por Ação das Operações Descontinuadas	–	–	–	–	Aumento de partes relacionadas		126.513	289.822	(82)	(16.467)
Básico (reais por ação)	29 0,04662	(0,01335)	0,04662	(0,01335)	Caixa proveniente das operações		437.107	603.744	549.724	767.152
Diluído (reais por ação)	29 0,04640	(0,01335)	0,04640	(0,01335)	Juros pagos sobre debêntures	15 (243.740)	(111.319)	(243.740)	(252.835)	–
<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</i>					Juros pagos sobre empréstimos	15 (4.389)	–	(4.389)	–	–
					Imposto de renda e contribuição social pagos		–	(1.481)	(15.115)	(24.304)
					Caixa líquido proveniente das atividades operacionais continuadas		188.978	490.944	286.480	490.013
					Caixa líquido proveniente das atividades operacionais descontinuadas		–	–	–	(112.078)
					Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		188.978	490.944	286.480	377.935
					Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		–	–	–	–
					Aumento de capital em controladas		–	(96.610)	–	(96.609)
					Dividendos e JCP recebidos de controladas		8.729	32.391	–	–
					Valores recebidos na venda da Qsaúde		–	5.212	–	26.060
					Aquisição de ativo intangível		(141.735)	(140.755)	(179.914)	(161.946)
					Aquisição de ativo imobilizado		(101)	(913)	(2.273)	(7.568)
					Recebimentos por venda de ativo imobilizado		–	491	–	491
					Redução (aumento) de aplicações financeiras		49.475	52.963	(45.793)	39.790
					Valor pago na aquisição dos 25% de investimento da Uniconsult		–	–	(6.000)	–
					Caixa aplicado nas atividades de investimentos continuadas		(83.632)	(147.221)	(233.980)	(199.782)
					Caixa aplicado nas atividades de investimentos descontinuadas		–	–	–	121.608
					Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(83.632)	(147.221)	(233.980)	(78.174)
					Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		–	–	–	–
					Valores pagos de arrendamentos	16 (726)	–	(9.058)	(5.776)	(14.999)
					Custo de captação de debêntures		(3.268)	(1.730)	(3.268)	(1.730)
					Valores pagos de debêntures emitidas		(583.333)	(550.000)	(583.333)	(550.000)
					Valores recebidos de debêntures emitidas		400.000	200.000	400.000	200.000
					Outros custos de captação de debêntures		–	(438)	–	(438)
					Valores recebidos de empréstimos		50.000	–	50.000	–
					Custo de captação de empréstimos		(407)	–	(407)	–
					Aumento de capital em controladas por minoritários		–	–	–	1.996
					Dividendos pagos		(1.549)	–	(1.549)	–
					Dividendos pagos a minoritários		–	–	(7.806)	(6.780)
					Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos continuadas		(139.283)	(361.226)	(152.139)	(371.951)
					Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos descontinuadas		–	–	–	(92)
					Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(139.283)	(361.226)	(152.139)	(372.043)
					Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa		(33.937)	(17.503)	(99.639)	(72.282)
					Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período Continuadas		35.029	52.532	303.723	385.443
					Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período Descontinuadas		–	–	18.584	9.146
					Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		35.029	52.532	322.307	394.589
					Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período Continuadas		1.092	35.029	222.668	303.723
					Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período Descontinuadas		–	–	–	18.584
					Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		1.092	35.029	222.668	322.307
					Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa Continuadas		(33.937)	(17.503)	(81.055)	(81.720)
					Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa Descontinuadas		–	–	(18.584)	9.438
					Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa		(33.937)	(17.503)	(99.639)	(72.282)
<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</i>					<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</i>					
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 <i>(Em milhares de reais – R\$)</i>										
	Capital social			Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação dos não controladores	Total consolidado
	Capital social integralizado	Gastos na emissão de ações	Ações em Tesouraria		Legal	Outros				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	896.558	(20.983)	(97.910)	116.342	138.277	237.930	–	1.270.214	15.319	1.285.533
Ações restritas	–	–	–	7.035	–	–	–	7.035	–	7.035
Entrega de ações restrita	–	–	42.633	(42.633)	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	6.579	6.579	8.484	15.063
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	329	–	(329)	–	–	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	(1.563)	(1.563)	–	(1.563)
Constituição de reserva para investimento	–	–	–	–	–	4.687	(4.687)	–	–	–
Dividendos pagos a não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	(6.780)	(6.780)
Dividendos desproporcionais	–	–	–	–	–	–	–	–	286	286
Recebimento de capital social a integralizar em controlada por minoritários	–	–	–	–	–	–	–	–	1.996	1.996
Saldos em 31 de dezembro de 2024	896.558	(20.983)	(55.277)	80.744	138.606	242.617	–	1.282.265	19.305	1.301.570
Ações restritas	–	–	–	2.512	–	–	–	2.512	–	2.512
Entrega de ações restrita	–	–	36.955	(36.955)	–	–	–	–	–	–
Apropriação de opções outorgadas reconhecidas	–	–	–	729	–	–	–	729	–	729
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	10.665	10.665	6.384	17.049
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	533	–	(533)	–	–	–
Dividendo mínimo obrigatório	–	–	–	–	–	–	(2.533)	(2.533)	–	(2.533)
Constituição de reserva para investimento	–	–	–	–	–	7.599	(7.599)	–	–	–
Dividendos pagos a não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	(7.806)	(7.806)
Reversão de dividendos não pagos	–	–	–	–	–	18	–	18	–	18
Dividendos desproporcionais	–	–	–	–	–	–	–	–	994	994
Estorno de opção de compra para adquirir capital social de minoritários na controlada Uniconsult	–	–	–	1.856	–	–	–	1.856	–	1.856
Transação de capital entre sócios	–	–	–	(5.076)	–	–	–	(5.076)	(924)	(6.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	896.558	(20.983)	(18.322)	43.810	139.139	250.234	–	1.290.436	17.953	1.308.389
<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas</i>					<i>continua ...</i>					

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/02/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações Gerais

a) Contexto operacional: A Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“Qualicorp Consultoria” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, constituída em 19 de maio de 2010, que iniciou suas atividades em 1º de julho de 2010, com sede no Estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresariais, e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, além de operações de corretagem, agenciamento, consultoria e administração de seguros. Por intermédio de suas controladas diretas e indiretas suas atividades estão inseridas nos segmentos de: (a) planos privados de assistência à saúde, cujos provedores de serviços são as medicinas de grupo, seguradoras especializadas em saúde, cooperativas médicas, autogestões, entidades filantrópicas, cooperativas odontológicas e odontologias de grupo (“operadoras de planos de saúde”); (b) comercialização e gestão de outros seguros ou serviços complementares voltados à saúde; (c) serviços de captura, roteamento, autorização e faturamento de atendimentos médicos, hospitalares, bem como prestação de serviços de auditoria médica, processamento de contas médicas, *call center*, licenciamento de sistema de gestão de rede hospitalar e sinistros, e demais serviços terceirizados de suporte para a assistência à saúde; (d) corretagem de seguros massificados através dos canais de varejo, tais como seguro de vida, capitalização, seguro residencial, garantia estendida e seguro de proteção financeira, entre outros; (e) permissão aos clientes de acesso às suas redes credenciadas de prestadores de serviços; e (f) serviços de administração de cuidados especializados. Os planos privados de saúde e demais seguros e serviços complementares são denominados conjuntamente como “benefícios”. O Grupo Qualicorp (a Companhia e suas controladas) desenvolve suas atividades nos segmentos de mercado conhecidos como Grupos de Adesão, Saúde e Corporativo. O segmento Adesão possui atividades relacionadas à viabilização, administração, estipulação, corretagem e/ou intermediação de benefícios coletivos por adesão direcionados a entidades de classe (sindicatos, associações, conselhos regionais, etc.), o segmento Corporativo tem sua atuação relacionada com a corretagem e intermediação no reajuste de benefícios coletivos empresariais; adicionalmente, o Grupo Qualicorp atua nesse segmento como prestadora de serviços especializados na área consultiva, auxiliando na gestão dos benefícios contratados pelos seus clientes e, por fim, o segmento Gestão de Saúde que concentra as atividades de medicina preventiva, gerenciamento de pacientes, liberação prévia e regulação de eventos médicos, gestão de rede de prestadores de serviços médicos e atividades de processamento de informações médicas. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo Qualicorp apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 125.699 em virtude da transferência de longo prazo curto prazo da 3ª parcela das debêntures, que vencerá em junho de 2026. Para garantir o pagamento integral desta parcela, a Companhia realizou a 8ª oferta pública de debêntures conforme mencionado na nota explicativa nº 15. A Companhia e suas controladas monitoraram tempestivamente o capital circulante líquido e acreditam que a geração de caixa operacional e rolagem de dívida para o longo prazo, serão suficientes para manter seus compromissos de curto prazo. **b) Principais eventos ocorridos no exercício de 2025:** **I. Plano de Incentivo de longo Prazo da Companhia:** No dia 28 de março de 2025, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o Plano de Incentivo de Longo Prazo do Grupo Qualicorp. Este plano tem como principal objetivo promover e estimular a produtividade sustentável, a geração de valor a longo prazo, além de incentivar a retenção e permanência das pessoas elegíveis. Para isso, prevê a concessão de ações restritas e/ou a outorga de opções, permitindo o compartilhamento de riscos e ganhos de maneira justa e alinhada ao horizonte de longo prazo. **II. Debêntures:** Em junho de 2025, a Companhia efetuou o pagamento da segunda parcela da 7ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 550.000, bem como o pagamento de R\$ 119.017 referente aos juros incidentes sobre as debêntures. Em 15 de outubro de 2025, a Companhia concluiu a 8ª oferta pública de debêntures, distribuindo 400.000 (quatrocentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quinquagratária, com garantia adicional fiduciária, com valor nominal unitário de R\$1 no montante total de R\$ 400.000 com remuneração do CDI + 2,50% e vencimento em parcelas anuais a partir de 15 de outubro de 2027 e término em 15 de outubro de 2029. Essas informações estão detalhadas na nota explicativa nº 15. **III. Emissão de Nota Comercial Privada pela Companhia:** Em 09 de maio de 2025, a Companhia emitiu uma nota comercial privada no valor de R\$ 50.000, com prazo de 36 meses. Os juros serão pagos trimestralmente, sem carência. A amortização do principal será semestral, com 18 meses de carência, começando no 18º mês. A taxa aplicada é CDI + 2,88% ao ano. **IV. Plano de ações restritas:** Em maio de 2025, foi realizada a entrega da 2ª tranche de Ações Restritas referentes às concessões aprovadas pela Companhia e contratadas com os beneficiários em maio de 2023 e maio de 2024, conforme os respectivos planos de outorga. As entregas ocorreram em conformidade com os prazos de vencimento estabelecidos nos contratos firmados com os participantes dos programas. **V. Aquisição de participação residual na Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda.** Em 02 de maio de 2025, a Companhia, por meio da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., sua controlada, celebrou um contrato de aquisição com os sócios minoritários da Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. O contrato teve como objetivo, a aquisição pela Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., pelo montante de R\$ 6.000, da totalidade da participação detida pelos sócios minoritários, equivalente a 25% do capital social da Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. Como resultado dessa transação, a Companhia passou a deter, direta e indiretamente, 100% do capital social da Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. **VI. Cessão de Carteira – Segmento Empresarial:** Em 30 de julho de 2025, a Companhia celebrou parceria estratégica com a MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A., envolvendo a cessão da totalidade da carteira de clientes corporativos de planos de saúde empresariais, o fechamento está sujeito à aprovação do CADE e outras condições precedentes. Em 1 de outubro de 2025, diante do cumprimento e/ou renúncia de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), a Companhia concluiu o fechamento da transação. **VII. Alienação da Controlada Gama Saúde Ltda.:** Em 06 de agosto de 2025, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de quotas para a alienação de 100% do capital social da sua controlada Gama Saúde Ltda., pelo valor de R\$ 163.912, a ser pago em 60 parcelas mensais, corrigidas pela taxa CDI. A transação foi aprovada pelo Conselho de Administração na mesma data e está condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes. Em 12 de setembro de 2025, foi concedida a anuência prévia (*waiver*) pelos debenturistas da 6ª emissão, em série única, de debêntures simples, não conversíveis em ações, para a alienação de 100% das quotas do capital social da controlada Gama Saúde Ltda. Em 22 de outubro de 2025, foi concedida a anuência prévia (*waiver*) pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”). Em 01 de novembro de 2025, o fechamento da transação referente à alienação da participação de 100% do capital social da empresa Gama Saúde Ltda. foi concluído. Nesta mesma data, mediante primeiro termo aditivo ao contrato de compra e venda, o preço de aquisição foi alterado para R\$162.367 e ajustado por parcela de preço adicional no montante total de R\$12.029, portanto, o preço final da alienação totalizou R\$174.396. Em decorrência desta operação, foi necessária a reapresentação de determinados saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para fins de comparabilidade conforme nota explicativa nº 7.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

I. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e normas da CVM e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto. **II. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e por suas controladas estão divulgadas na nota explicativa nº 3. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo Qualicorp. As áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais as estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 4. A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está segura de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Para elaboração das notas explicativas, a premissa utilizada pela Administração é a de divulgar os valores superiores a 10% do Consolidado do subgrupo a qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes, não contempladas nesta premissa. **III. Base de consolidação:** Em 31 de dezembro de 2025 a controladora do Grupo é a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. e possui investimentos, diretos e indiretos. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Os investimentos são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial e contabilizados inicialmente ao custo, ajustados subsequentemente pelas participações da investidora nos resultados das operações e outros ganhos e perdas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluem:

Controladas	Principal atividade	Tipo de controle	Pais-Sede	Participação 31/12/2025	31/12/2024
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.	Administração e estipulação de benefícios	Direta	Brasil	100%	100%
Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda.	Administração e estipulação de benefícios	Direta e Indireta (i)	Brasil	100%	75%
Qualicorp Administração e Serviços Ltda.	Cobranças e informações cadastrais	Direta	Brasil	100%	100%
Gama Saúde Ltda.	Administração de planos de saúde	Direta (ii)	Brasil	–	100%
Connectmed-CRC Consultoria, Administração e Tecnologia em Saúde Ltda.	Atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios	Direta (iii)	Brasil	100%	100%
Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.	Administração e estipulação de benefícios	Direta	Brasil	98,81%	98,81%
Oxcorp Gestão Consultoria e Corretora Ltda.	Corretagem de seguros e planos de saúde	Direta	Brasil	75%	75%
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda.	Administração e estipulação de benefícios	Indireta (iv)	Brasil	75%	75%

i) A partir de 02 de maio de 2025, a participação na Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. passou a ser equivalente a 100%, mediante aquisição dos 25% de participação de sócios minoritários pela controlada Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. ii) Em 01 de novembro de 2025, o fechamento da transação referente à alienação da participação de 100% do capital social (99,99% de participação detida pela Companhia e 0,01% de participação detida pela controlada Qualicorp Administração de Serviços Ltda.) da empresa Gama Saúde Ltda. foi concluído. iii) A Companhia detém diretamente 99,99% de participação societária e a controlada Qualicorp Administração de Serviços Ltda. detém os demais 0,01% de participação societária nesta investida. iv) A controlada Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. é a detentora direta dos 75% de participação societária nesta investida.

3 Políticas Contábeis

As políticas contábeis materiais adotadas foram as seguintes: **Princípios gerais:** Ativos, passivos, receitas e despesas são apuradas de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados. Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente. **I. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas passam a fazer parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos materiais nas informações financeiras. Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados. Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados como mensurados nas seguintes categorias específicas: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9). A classificação depende do modelo de negócio da entidade e a finalidade dos ativos financeiros, determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos

financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações recorrentes correspondem a ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. **a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** **b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: **• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.** **c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **Desreconhecimento:** A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro, quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro sejam transferidos. A Companhia e suas controladas efetuam a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações contratuais são extintas, canceladas, quando expiram ou são liquidadas. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **ii. Caixa e equivalentes de caixa:** A Administração da Companhia define como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **iii. Aplicações financeiras:** A Administração da Companhia define “Aplicações financeiras” como os valores realizáveis após 90 dias da data da aplicação. Esses valores são registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, sem exceder o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras incluem fundos de investimento multimercado exclusivo de crédito privado e fundos de investimento em renda fixa e crédito privado. **iv. Créditos de operações com administração de benefícios, contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios e débitos de operações com administração de benefícios:** Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas operações de estipulação de contratos coletivos por adesão (contratos nos quais as estipulantes são as controladas Qualicorp Benefícios, Qualicorp Clube de Saúde e Uniconsult, Plural), o Grupo Qualicorp efetua as operações de cobrança dos beneficiários e as repassa às operadoras e seguradoras de saúde, através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que transferem o risco de crédito dos beneficiários para o Grupo Qualicorp), com exceção dos casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde. Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas na rubrica do ativo “Créditos a receber de clientes”, em contrapartida das rubricas “Prêmios a repassar” (valores devidos às operadoras e seguradoras) e “Repasses financeiros a pagar” (valores devidos às entidades) e às contas de resultado relativas à taxa de administração e repasses financeiros. Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo na rubrica “Antecipações a repassar”. O Grupo Qualicorp desenvolve atividades relacionadas com corretagem e intermediação de benefícios coletivos por adesão e empresariais. Adicionalmente, atua nesse segmento como prestadora de serviços especializados na área consultiva, auxiliando na gestão dos benefícios contratados pelos seus clientes, bem como atua no desenvolvimento e na distribuição de seguros massificados, como seguro de vida e acidentes pessoais, responsabilidade civil para profissional (advogados e profissionais de saúde), **v. Provisão para devedores duvidosos:** Utilizando-se de uma abordagem simplificada na mensuração de créditos de liquidação duvidosa, no reconhecimento inicial de contas a receber de clientes, as Administradoras de Benefícios do Grupo Qualicorp que assumem o risco de crédito, reconhecem no resultado a provisão de perdas, calculada através do percentual identificado no estudo interno de inadimplência da Companhia sobre os respectivos faturamentos. Esse estudo é reavaliado anualmente a menos que ocorra uma alteração significativa no mix de operadoras/clientes ou uma alteração significativa dos prazos de cancelamentos dos clientes por débito que exija avaliação em menor prazo. A Companhia também analisa a curva de recebimento para estimar a perda esperada para os saldos de contas a receber. **vi. Combinação de negócios e investimentos em controladas:** Uma combinação de negócios ocorre por meio de um evento em que a Companhia ou suas controladas adquirem o controle de um novo ativo (negócio), independente da sua forma jurídica. De acordo com a definição de negócio constante no item B7 da IFRS 3 revisada e atualizada no Pronunciamento Técnico CPC/15 (R1), um negócio consiste em *inputs* (entradas) e processos que aplicados a essas entradas possuem a capacidade de contribuir para a criação de *outputs* (saídas), ou seja, as principais alterações dizem respeito à uma definição mais restrita de saídas onde um conjunto de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* e um processo substantivo para ser um negócio. **Demonstrações financeiras consolidadas Controladas:** Todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle de forma direta ou indireta são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data de aquisição. O ágio por rentabilidade futura é determinado pela diferença entre as considerações pagas aos antigos controladores da adquirida, e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida, e o valor justo dos ativos adquirido, líquido de passivos assumidos. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo e são amortizados pela vida útil estimada utilizando o método linear. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **Demonstrações financeiras individuais:** Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 (R2) – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente. Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. **vii. Demonstração do valor recuperável (DVA):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição. **viii. Imobilizado:** Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (vide nota explicativa nº 3.x). **ix. Intangível:** Está representado principalmente: (i) pelos valores dos ágios pagos nas aquisições de controladas (*); (ii) pelos valores alocados a título de relacionamento com clientes pagos na aquisição de investimentos de controladas (*); (iii) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridas de terceiros; (iv) pelas licenças de softwares e softwares em uso e em desenvolvimento, pagos a terceiros; e (v) pelo custo de obtenção com novos contratos. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa. nº 14. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável conforme nota explicativa nº 3.x. (*) Nas demonstrações financeiras individuais esses valores estão demonstrados na rubrica “Investimentos”, líquidos das amortizações e baixas. **x. Redução ao valor recuperável do ativo (impairment):** Imobilizado e ativos intangíveis de vida útil definida: No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **Ágio:** O ágio (*goodwill*) é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros da adquirida. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou ao maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes. Os ágios gerados em aquisições da Companhia estão alocados na unidade geradora de caixa do Segmento Adesão e são avaliados anualmente para fins de *impairment*. Para detalhes ver nota explicativa nº 14. **xi. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:** A Gama Saúde (operação descontinuada) reconhece provisões técnicas de operações de assistência à saúde nas suas demonstrações financeiras, tendo como orientação reconhecer como provisão o valor integral informado pelo prestador ou beneficiário, determinada com base nos avisos que relatam a ocorrência de eventos cobertos pelos contratos em vigor e que tenham sido recebidos até a data das demonstrações financeiras. **xii. Arrendamentos:** A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se um contrato de aluguel é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, que são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arren-

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/02/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

damento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo Qualicorp utiliza a taxa de empréstimo incremental na data de início do contrato, pois a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento. **xiii. Empréstimos, financiamentos e debêntures: a) Debêntures:** Estão representados por recursos captados através da emissão de debêntures, que são demonstrados pelo valor atualizado dos encargos financeiros, calculados com base nas taxas de juros acrescidas dos custos de transação. Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução de captações de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida são custos contabilizados em conta redutora do próprio grupo de debêntures emitidas pela Companhia e são amortizados no resultado, no prazo da operação, até a dívida ser liquidada. **xiv. Apuração do resultado:** A receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é concluída e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando ocorrer o pagamento. Para as Administradoras de Benefícios, a obrigação de desempenho é atendida no envio do boleto aos beneficiários ativos, para que possuam cobertura junto às Operadoras e Seguradoras de Saúde/Odontológico no mês vigente, sendo a receita reconhecida pro rata dia, a partir do início da vigência do plano. Para as Corretoras de Seguros, a obrigação de desempenho é atendida no aceite das Operadoras e Seguradoras de Saúde/Odontológicos e no acompanhamento contínuo da carteira de clientes, sendo a receita de agenciamento proveniente de beneficiários novos e a receita de corretagem, sobre os beneficiários que permanecem ativos mensalmente em nossa base. A receita líquida é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Nos casos em que os boletos são emitidos antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica “Antecipações a repassar”. Para as receitas da Companhia não há componente variável. Adicionalmente, a Companhia paga comissão de vendas aos seus colaboradores e corretores terceiros para cada contrato que obtiverem, pois representam vendas novas de planos de saúde e odontológicos. Esses valores são registrados como ativo intangível, uma vez que são considerados como custos incrementais para obtenção de um novo contrato com cliente, conforme Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 14. As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. As principais receitas são as seguintes: a) Receita de agenciamento: corresponde à remuneração única sobre o montante das novas vendas efetuadas pela Companhia, bem como pela controlada Oxcorp, montante esse que é pago diretamente pelas seguradoras e operadoras. Inclui, ainda, a taxa de cadastramento paga pelo beneficiário para a Companhia no momento da sua adesão ao respectivo plano (receita oriunda dos contratos coletivos por adesão) quando efetuada a venda pela própria equipe da Companhia. b) Receita de corretagem: corresponde a negociação e a estipulação de apólices e contratos coletivos de planos de assistência à saúde e odontologia efetuadas tanto pela Companhia, como também pela controlada Oxcorp, além de seguros de vida entre Pessoas Jurídicas (empresas) e Operadoras de Planos de Assistência à Saúde e Seguradoras, auxiliando tais pessoas jurídicas a incorporarem a assistência à saúde e seguros como parte do pacote de benefícios oferecido aos seus empregados. Dessa forma, cria-se uma relação direta entre o contratante (empresa) e o contratado (Operadora ou Seguradora), na qual a Companhia figura como corretora. Nessa relação, a Operadora ou a Seguradora, emite uma apólice ou contrato para cada contratante, cujos termos e condições se aplicarão aos empregados a serem beneficiados. Cada empresa, por meio de sua política de recursos humanos, determina as características e coberturas do seguro ou plano contratado de acordo com a grade de produtos da Operadora ou Seguradora, podendo ainda solicitar customizações, bem como definir o critério pelo qual o benefício será subsidiado-SE integralmente pela empresa, ou se por meio de uma coparticipação dos empregados. c) Receita de taxa de administração: corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos de saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão, efetuados pelas controladas Qualicorp Benefícios, Qualicorp Clube de Saúde, Uniconsult e Plural, bem como à remuneração mensal da atividade de estipulação dos ramos de seguro de vida e acidentes pessoais, efetuados pela controlada Qualicorp Administração e Serviços Ltda. As receitas da Gama Saúde (operação descontinuada) também são reconhecidas nessa rubrica. Essas receitas são decorrentes dos prêmios ganhos, sendo reconhecidas, considerando o período de cobertura do risco, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, na data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado, quando a receita pode ser mensurada com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as empresas. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de planos médico-hospitais. d) Receita de consultoria em gestão de benefícios e na prevenção de saúde: corresponde à remuneração mensal de serviços de consultoria prestados aos clientes corporativos pela Companhia. e) Receitas de sistemas de conectividade: correspondem à remuneração mensal dos serviços de sistemas de conectividade prestados a clientes corporativos pela controlada Connectmed-CRC. **xv. Regime de tributação: a) Imposto de renda e contribuição social correntes:** Para a empresa do lucro presumido, controlada Oxcorp, a provisão para o imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% sobre 32% da receita de serviços prestados. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre 32% da receita de serviços prestados e da receita financeira. Já para a Companhia e demais controladas, que estão sob o regime de lucro real, a provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia e suas controladas reconhecem imposto de renda e contribuição social diferidos gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, do montante a ser registrado do ativo fiscal. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. **xvi. Provisões para ações judiciais:** As provisões para riscos tributários e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Companhia e suas controladas, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente. As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, onde os montantes são registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e atualizados de acordo com a legislação fiscal. Já as provisões cíveis relacionadas a processos massificados (ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante), são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da perda de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos, bem como as taxas de carta. **xvii. Participações sobre o lucro e ações restritas:** As remunerações a empregados e administradores que não forem definidas em virtude, direta e proporcionalmente, do lucro da Companhia e suas controladas são classificadas como custo ou despesa operacional. A Companhia e suas controladas, com base nessas determinações, adotam os seguintes procedimentos: (i) classificam as despesas de participações de administradores e empregados em despesas administrativas; e (ii) efetuam o cálculo, a alocação proporcional para cada controlada e a contabilização, em despesas administrativas, de todos os custos estimados ações restritas outorgadas aos contratos de pagamento baseados em ações existentes na nota explicativa nº 21. A contabilização dessas despesas administrativas é em contrapartida à conta “Reserva de capital – opções outorgadas de ações”. **Plano de ações restritas:** O valor justo do plano de outorga de compra de ações restritas é reconhecido em despesas administrativas com correspondente ajuste no patrimônio líquido. O valor é devido aos participantes anualmente, ressalvado alguma deliberação adversa por parte do Conselho de Administração da Companhia, na proporção de 25% a 33% das ações, na data de cada aniversário de celebração do contrato. O total de ações destinadas ao programa não pode ultrapassar 4% do total de ações da Companhia, as quais podem ser exercidas mediante emissão de novas ações do capital social ou mediante alienação de ações mantidas em tesouraria da Companhia. O prazo máximo para o exercício das ações outorgadas varia conforme cada contrato, contados a partir da data de assinatura do contrato de opção. As ações poderão ser entregues como parte do pagamento da participação dos resultados e lucros de sua controladora; e o preço de exercício das ações restritas será o preço de cotação de mercado de cada ação restrita na B3 S.A. no dia útil imediatamente anterior a respectiva data de outorga. **xviii. Resultado por ação básico e diluído:** O resultado por ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no final do exercício. O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações com potencial efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados. **xix. Contabilização dos dividendos:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante vide nota explicativa nº 20, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada no patrimônio líquido na rubrica “Reserva de lucros - Dividendo adicional proposto”. **xx. Apresentação de informações por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Diretor Presidente da Companhia e de suas controladas. A gestão dos recursos é efetuada da seguinte forma: segmento Adesão e PME sendo que os dois últimos não representam 10% atribuíveis de negócios no resultado da Companhia. As apresentações das segmentações e seus detalhes estão descritas na nota explicativa nº 27. **xxi. Operação descontinuada:** A operação descontinuada relativa à alienação da Gama, foi excluída dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentada como um único valor no resultado após os tributos a partir de operação descontinuada na demonstração do resultado. O fluxo de caixa da operação descontinuada está incluído nas demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas, e divulgados separadamente na nota explicativa nº 7. A Companhia incluiu os recursos provenientes da alienação no fluxo de caixa da operação descontinuada. Divulgações adicionais são apresentadas na nota explicativa nº 7, todas as demais notas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

4 Estimativas, julgamentos e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis, são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Companhia e suas controladas e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que estas entendem como razoáveis e relevantes. A Companhia e suas controladas adotam premissas e fazem estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, onde os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados. Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram premissas que podem afetar as demonstrações financeiras. As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir: **a) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (impairment):** A Companhia anualmente testa os saldos de ágio por *impairment*, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 3.x e premissas na nota explicativa nº 14. Os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculo efetuado conforme estimativas descritas na nota explicativa nº 14. Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração, passaria de 14,9% para 15,9% e continuaria não havendo perda a ser reconhecida. **b) Provisão para riscos cíveis:** As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos e aos pagamentos realizados, que pode de forma sazonal, aumentar ou diminuir a provisão.

Caso a variação na média de pagamentos realizados fosse de 10%, o acréscimo ou redução na provisão no valor de R\$5.945. **c) Provisão para perdas esperadas de contas a receber de clientes:** Calculada através de um percentual identificado em estudo interno do Grupo Qualicorp sobre os respectivos faturamentos, que considera uma média ponderada de inadimplência histórica aplicável às controladas do segmento de administração e estipulação de benefícios. Em 31/12/2025 o percentual médio ponderado aplicável ao Grupo Qualicorp é 1,11%. **d) Opções para aquisição de participação de não controladores** A Companhia anualmente revisa as estimativas dos passivos de opção para aquisição de participação de não controladores a valor justo com base em projeções de resultado descontados a valor presente por uma taxa de desconto. Se as projeções de resultado fossem 10% maiores, então o passivo aumentaria em R\$ 1.743 na controladora e R\$ 10.842 no consolidado.

5 Instrumentos Financeiros

a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Controladora			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo e Passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Ativo e Passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa				
– aplicações financeiras de liquidez imediata	737	–	34.383	–
Aplicações financeiras	134.890		173.604	
Créditos a receber de clientes	–	31.574	–	70.267
Outros ativos financeiros – circulante e não circulante	–	320.243	–	51.309
Partes relacionadas – circulante	–	35.413	–	40.227
Passivos financeiros:				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – circulante e não circulante		1.743.236	–	1.863.164
Obrigações com pessoal – circulante		40.389	–	34.949
Débitos diversos – circulante e não circulante		30.834	–	101.423
Partes relacionadas – circulante		41.153	–	1.569
Opções para aquisição de participação de não controladores – circulante e não circulante	17.425	–	30.241	–
Arrendamentos – circulante e não circulante	–	3.430	–	1.226

		Consolidado	
31/12/2025		31/12/2024	
Ativo e Passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Ativo e Passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado

Ativos financeiros: Caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras de liquidez imediata 214.184 – 308.712 – Aplicações financeiras 666.945 – 570.639 – Créditos a receber de clientes – circulante e não circulante – 117.319 – 509.536 Outros ativos financeiros – circulante e não circulante – 527.893 – 368.597 **Passivos financeiros:** Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – circulante e não circulante – 1.743.236 – 1.863.164 Prêmios a repassar – circulante e não circulante – 251.811 – 276.260 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde – 132.855 Repasses financeiros a pagar – circulante e não circulante – 34.243 – 36.387 Antecipações a repassar – 36.106 – 43.621 Obrigações com pessoal – circulante – 54.609 – 52.575 Débitos diversos – circulante e não circulante – 170.569 – 344.981 Partes relacionadas – circulante – 2.533 – 1.631 Opções para aquisição de participação de não controladores – circulante e não circulante 108.419 – 107.871 – Arrendamentos – circulante e não circulante – 19.086 – 18.687 **Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial:** A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo após o reconhecimento inicial e agrupados por nível com base em seus respectivos graus de hierarquia de valor justo: • Nível 1 – Valores cotados num mercado ativo para ativos ou passivos idênticos: mercado ativo é o mercado no qual as transações de ativos e passivos ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preço numa base contínua. • Nível 2 – Inputs relevantes além dos valores cotados no nível 1, direta ou indiretamente: inputs de nível 2 incluem valores cotados para ativos ou passivos similares no mercado ativo, bem como outros inputs além daqueles valores cotados para o ativo ou passivo como, por exemplo, taxas de juros e curvas de rendimento. • Nível 3 – Inputs não relevantes: mensurações obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado. Dessa forma, por se tratar de dados não observáveis, a seleção deve ser baseada no dado mais confiável disponível, pois os inputs de mensuração de Nível 3 devem incluir os riscos inerentes à técnica de avaliação e os riscos inerentes aos inputs dessa técnica.

Descrição	31/12/2025		31/12/2024	
	Nível 1	Nível 3	Nível 1	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras de liquidez imediata	214.184	–	308.712	–
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado – aplicações financeiras	666.945	–	570.639	–
Opções para aquisição de participação de não controladores	–	108.419	–	107.871
Derivativos: Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não operaram contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas posições ou para especulação.	–	–	–	–
Riscos: A Companhia e suas controladas efetuam operações de estipulação e administração de benefícios e de planos de saúde, inclusive autogestões, corretagens e consultoria, por intermédio de suas controladas diretas, basicamente nos segmentos de seguro-saúde e de planos de saúde suplementar e odontológicos. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e de suas controladas são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas. A Companhia e suas controladas possuem controles internos que garantem que essas políticas e estratégias sejam cumpridas, de forma que os resultados obtidos estejam de acordo com os objetivos definidos pela Administração. Risco de crédito: O Grupo Qualicorp está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais refletidas no balanço patrimonial no grupo de contas a receber. Esse risco de inadimplência advém da possibilidade da Companhia e suas controladas terem de arcar com o pagamento das faturas das operadoras/seguradoras decorrentes das parcelas dos planos/seguros vencidos e não pagos pelos beneficiários. Para mitigar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática comercial o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo a sua maioria cancelada com até 60 dias de inadimplência a partir da data do vencimento da mensalidade. A metodologia de apuração da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3.v. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas também estão sujeitas a riscos de crédito relacionadas a operações que mantêm em instituições financeiras representado por aplicações financeiras. A Administração considera o risco baixo, pois as operações são realizadas em bancos de primeira linha e existem políticas de tesouraria com limites específicos de alocação de recursos para que as aplicações financeiras se centralizem naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de “rating” de “AAA” até “AA”. Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Companhia e suas controladas é de 30 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros a variação do CDI, que está assim resumida:	–	–	–	–

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Valor justo por meio do resultado					
Circulante					
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda.	—	—	—	90.994	—
Oxcorp Gestão Consultoria e Corretora Ltda.	16.148	—	—	16.148	—
Uniconsult Administradora de Benefícios e Serviços Ltda.	—	9.241	—	—	9.241
Total do circulante	16.148	9.241	—	107.142	9.241
Não Circulante					
Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda.	—	—	—	—	77.630
Oxcorp Gestão Consultoria e Corretora Ltda.	—	19.258	—	—	19.258
Qualicorp Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.	1.277	1.742	1.277	1.742	—
Total do não circulante	1.277	21.000	1.277	98.630	96.888
Total geral	17.425	30.241	108.419	107.871	106.129

A Companhia tem compromissos contratados através de opção de compra de participações de não controladores relativos à aquisição da Oxcorp Gestão Consultoria e Corretora de Seguros Ltda, Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda. e Qualicorp Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. A determinação do valor de compra da participação de não controladores foi realizado através das cláusulas dos contratos das aquisições. Esse passivo é mensurado com base no valor justo das participações de não controladores e estimado com a aplicação de uma abordagem do fluxo de caixa descontado. **Instrumentos Derivativos:** Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não operaram contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas posições ou para especulação. **b) Gerenciamento dos principais riscos:** A Companhia e suas controladas efetuam operações de estipulação e administração de benefícios e de planos de saúde, inclusive autogestões, corretagens e consultoria, por intermédio de suas controladas diretas, basicamente nos segmentos de seguro-saúde e de planos de saúde suplementar e odontológicos. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia e de suas controladas são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas. A Companhia e suas controladas possuem controles internos que garantem que essas políticas e estratégias sejam cumpridas, de forma que os resultados obtidos estejam de acordo com os objetivos definidos pela Administração. **Risco de crédito:** O Grupo Qualicorp está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais refletidas no balanço patrimonial no grupo de contas a receber. Esse risco de inadimplência advém da possibilidade da Companhia e suas controladas terem de arcar com o pagamento das faturas das operadoras/seguradoras decorrentes das parcelas dos planos/seguros vencidos e não pagos pelos beneficiários. Para mitigar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática comercial o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo a sua maioria cancelada com até 60 dias de inadimplência a partir da data do vencimento da mensalidade. A metodologia de apuração da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3.v. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas também estão sujeitas a riscos de crédito relacionadas a operações que mantêm em instituições financeiras representado por aplicações financeiras. A Administração considera o risco baixo, pois as operações são realizadas em bancos de primeira linha e existem políticas de tesouraria com limites específicos de alocação de recursos para que as aplicações financeiras se centralizem naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de “rating” de “AAA” até “AA”. **Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Companhia e suas controladas é de 30 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros a variação do CDI, que está assim resumida:

Rubrica	Contas patrimoniais	Controladora		
		Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa (i)	Ativo circulante	8.1	737	34.383
Aplicações financeiras (i)	Ativo circulante	8.2	134.890	173.604
Empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	Passivos circulante e não circulante	15	(1.743.236)	(1.863.164)
	Passivos circulante e não circulante	16	(3.430)	(1.226)
Arrendamentos (iii)			(1.611.039)	(1.656.403)
Total de exposição				
Rubrica	Contas patrimoniais	Consolidado		
		Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa (i)	Ativo circulante	8.1	214.184	308.712
Aplicações financeiras (i)	Ativo circulante	8.2	666.945	570.639
Empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	Passivos circulante e não circulante	15	(1.743.236)	(1.863.164)
	Passivos circulante e não circulante	16	(19.086)	(18.687)
Arrendamentos (iii)			(881.193)	(1.002.500)
Total de exposição				

i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivas.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/02/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

vamente negociadas atreladas, na sua totalidade, à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado durante o exercício, conforme descrito na nota explicativa nº 8. A política de aplicações financeiras adotada pela Administração da Companhia define as instituições financeiras com as quais a Companhia e suas controladas podem operar, bem como os limites para alocação de recursos e os objetivos, conforme detalhado na nota explicativa nº 3.iii. ii) Os empréstimos, financiamentos e as debêntures escrituradas pelo Grupo Qualicorp, são remunerados com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (B3), acrescida de “spread” entre 1,85% e 3,5% ao ano para as debêntures. Para maiores detalhes ver nota explicativa nº 15. iii) Os arrendamentos são atualizados financeiramente pela taxa de juros estimada através de análises de mercado (taxa de empréstimo incremental). **Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros:** As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e equivalentes de caixa e de obrigações com debêntures, empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2025 se as taxas de juros do CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o lucro do exercício findo naquela data, antes dos efeitos tributários, aumentaria/diminuiria em R\$16.013. **Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros:** A Administração estimou, para o exercício corrente, com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil – BACEN, taxas futuras de juros (15,00% a.a.), acrescidas da taxa de “spread” entre 1,85% até 3,50% ao ano, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

Premissas:

Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos

Exposição líquida

31/12/2025

Provável

CDI 15,00% a.a.

Possível

CDI 18,75% a.a.

Remoto

CDI 22,50% a.a.

881.129

1.013.298

1.046.341

1.079.383

(1.762.322)

(2.199.909)

(2.285.632)

(2.374.525)

(881.193)

(1.186.611)

(1.239.291)

(1.295.142)

31/12/2024

Provável

CDI 15,00% a.a.

Possível

CDI 18,75% a.a.

Remoto

CDI 22,50% a.a.

879.351

1.011.254

1.044.229

1.077.205

(1.881.851)

(2.339.651)

(2.428.266)

(2.522.370)

(1.002.500)

(1.328.397)

(1.384.037)

(1.445.165)

Premissas

Provável

Possível

Remoto

Relatório “Focus” -BACEN

25% sobre taxa provável

50% sobre taxa provável

No cenário provável, a Companhia apresentaria uma exposição líquida de R\$ 1.186.611 até 31 de dezembro de 2025, resultante da diferença de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures, arrendamentos acrescidos da sobretaxa entre 1,85% e 3,50% ao ano para debêntures. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas de diferenças futuras de CDI sobre a posição das aplicações da Companhia em 31 de dezembro de 2025. Nos cenários possível e remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável, as estimativas gerariam aumento de exposição líquida de R\$ 52.680 e R\$ 108.531, respectivamente, em comparação ao cenário provável. **Risco de capital:** O Grupo Qualicorp administra seu capital para assegurar que tanto a Companhia quanto suas controladas, possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital do Grupo Qualicorp é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhadas na nota explicativa nº 15, arrendamentos detalhados na nota explicativa nº 16 deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras detalhadas na nota explicativa nº 8 e pelo patrimônio líquido na nota explicativa nº 20. A Companhia e suas controladas estão sujeitas a certos limites de alavancagem conforme mencionado na nota explicativa nº 15. Adicionalmente, as controladas Qualicorp Benefícios, Qualicorp Clube de Saúde, Uniconsult e Plural estão sujeitas a requerimentos de manutenção de recursos próprios mínimos, conforme determinação da ANS através da RN nº 569, de 19 de dezembro de 2022, que estabelece um capital regulatório exigido. Este é definido pelo maior valor entre o Capital Base e o Capital Baseado em Risco, sendo que ambos devem ser inferiores ao patrimônio líquido ajustado (“PLA”) por efeitos econômicos. O índice de endividamento da Companhia e suas controladas está demonstrado conforme segue:

Controladora

Consolidado

31/12/2025

31/12/2024

31/12/2025

31/12/2024

(1.746.666)

(1.864.390)

(1.762.322)

(1.881.851)

135.982

208.633

889.613

892.946

(1.610.684)

(1.655.757)

(872.709)

(988.905)

1.290.436

1.282.265

1.308.389

1.301.570

(124.82%)

(129.13%)

(66.70%)

(75.98%)

Risco de liquidez: Considerando as atividades do Grupo Qualicorp, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos. A Companhia e suas controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os passivos financeiros está demonstrada como segue:

Taxa de juros estimada a.m.

Menos de seis meses

De seis meses a um ano

De um ano a dois anos

Mais de dois anos

Total

%

R\$

R\$

R\$

R\$

R\$

CDI + (entre 1,85% e 3,50%)

717.896

135.182

901.608

370.925

2.125.611

CDI + (entre 1,15% e 3,50%)

251.811

3.874

5.221

12.567

25.542

82.211

–

1.157

–

83.368

87.203

–

–

–

87.203

54.609

–

–

–

54.609

36.106

–

–

–

36.106

2.533

–

–

–

2.533

34.243

–

–

–

34.243

–

107.142

–

1.277

108.419

1.270.492

246.198

907.986

384.769

2.809.445

6

Adoção de Normas Internacionais de Contabilidade Novas e Revisadas

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que estão em vigor: A Companhia e suas controladas iniciaram o exercício 2025 com alteração de normas que passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2025, conforme a seguir:

Normas

Descrição da alteração

CPC18/IAS 28 e ICP 09

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao CPC 18 (R3) Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3) Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. As mudanças incluem a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, harmonizando as práticas contábeis no Brasil com as internacionais. Além disso, a ICP 09 foi atualizada para alinhar sua redação às mudanças ocorridas após sua emissão. As alterações entram em vigor em 1º de janeiro de 2025. Após avaliação, concluímos que não houve impactos para a Companhia, pois atualmente aplicamos o método MEP na mensuração dos nossos investimentos.

CPC 02/IAS 21

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que incorpora alterações trazidas pelo “Lack of Exchangeability” emitido pelo IASB. Essas alterações impactam o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio. As mudanças visam definir o conceito de moeda conversível e orientar sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações entram em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Companhia concluiu que não houve impactos devidos a essa mudança.

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

IFRS 18/CPC 26

Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Substitui o CPC 26/ IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras a partir de 1º de janeiro de 2027, com o objetivo de melhorar a qualidade das divulgações financeiras, através da (i) apresentação de subtotais definidos para as demonstrações de resultados do exercício, segregando receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, operações descontinuadas e imposto de renda; (ii) divulgações sobre Management-defined Performance Measures (MPM), ou medidas de desempenho definidas pela Administração, para prover transparência; (iii) e requisitos aprimorados para agregação e desagregação, com a finalidade de fornecer informações úteis. Tais mudanças impactarão a apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, cujo ponto de partida será o lucro operacional. A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos do novo padrão e irão adequar suas divulgações no período de exigibilidade da norma.

IFRS 19

Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: A nova norma, publicada pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, simplifica e reduz os custos dos relatórios financeiros das subsidiárias que não têm obrigação pública de divulgação. A norma permite que essas subsidiárias apliquem as normas contábeis IFRS com requisitos de divulgação reduzidos, mantendo a utilidade das demonstrações financeiras. A IFRS 19 entra em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos desta norma.

Lei complementar 214 de 16 de janeiro de 2025.

A Companhia e suas controladas vem acompanhando as alterações no sistema tributário nacional introduzidas pela LC nº 214/2025, especialmente no que se refere à substituição dos tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI) pelos novos tributos sobre o valor agregado, denominados Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em nível estadual/municipal e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS) em nível federal. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Em razão da necessidade de regulamentação de determinados temas por lei complementar, os impactos da Reforma Tributária somente serão plenamente conhecidos após a finalização do processo de regulamentação. A Companhia e suas controladas continuam monitorando a evolução da legislação para avaliar tempestivamente seus efeitos.

IFRS S1 e S2/ CBPS 1 e 2

As normas IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, com foco em todos os riscos e oportunidades de sustentabilidade relevantes ao desempenho econômico e a IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima, especificando requisitos para temas climáticos, emitidas pelo *International Sustainability Standards Board* – ISSB e com adoção obrigatória em ou após 01 de janeiro de 2026 para as companhias abertas, requerem a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. A Companhia e suas controladas estão em preparação para implementação dos requisitos da nova norma conforme prazo regulatório.

Não existem outras alterações, revisões, normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas em relação às já divulgadas, na avaliação da Administração, que possam impactar significativamente os resultados ou o patrimônio divulgado pela Companhia e suas controlada até o presente momento.

7

Operação descontinuada

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, em 1º de agosto de 2025, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de quotas para alienação de 100% do capital social da sua controlada Gama Saúde Ltda. Em 1º de novembro de 2025, o fechamento desta transação foi concluído. Os efeitos da alienação desta participação societária no resultado do exercício da Controladora e no Consolidado foram:

Resultado com a venda de investida:

Receita de venda

Custo de venda

Lucro líquido do exercício da operação descontinuada

Impostos sobre a venda

Total

Em atendimento ao item 33 do CPC 31 (Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada), abaixo são apresentados os resultados do período e os fluxos de caixa da operação descontinuada em 31 de outubro de 2025 (data base das demonstrações financeiras da Gama Saúde Ltda. para fins de mensuração da alienação):

Gama Saúde – Saldo R\$ em

Acumulado até 31/10/2025

33.671

(38)

(21.966)

726

(5.367)

6.687

2.509

(770)

8.426

(3.097)

136

(3.233)

5.329

Gama Saúde – Saldo R\$ em

Acumulado até 31/10/2025

21.193

(34)

–

21.159

Adicionalmente, em virtude desta alienação (operação descontinuada), também é necessária a reapresentação de determinados saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para fins de comparabilidade. Os efeitos da reapresentação dos saldos comparativos nas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e da demonstração do valor adicionado estão demonstra- dos a seguir: a) Reapresentação dos saldos da Demonstração do Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Controladora

Consolidado

Acumu- lado até 31/12/2024

Operação descon- tinuada 31/12/2024

Acumu- lado até 31/12/2024

Acumu- lado até 31/12/2024

Operação descon- tinuada 31/12/2024

Acumu- lado até 31/12/2024

Receita Operacional Líquida

425.510

–

425.510

1.580.459

38.535

1.541.924

Custo dos Serviços Prestados

(26.620)

–

(26.620)

(266.321)

(12.082)

(254.239)

Receitas (despesas) Operacionais

(113.793)

–

(113.793)

(369.148)

(4.943)

(364.205)

Despesas administrativas

(211.300)

–

(211.300)

(433.035)

(1.323)

(431.712)

Despesas comerciais

(974)

–

(974)

(125.357)

(26.097)

(99.260)

Perdas com créditos incobráveis

23.474

(3.755)

27.229

–

–

–

Equivalência patrimonial

(31.558)

–

(31.558)

(201.250)

(6.778)

(194.472)

Outras receitas (despesas) líquidas

64.739

(3.755)

68.494

185.348

(12.688)

198.036

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro

51.729

–

51.729

155.749

3.030

152.719

Receitas financeiras

(109.879)

–

(109.879)

(339.876)

(1.152)

(338.724)

Despesas financeiras

–

–

–

–

–

–

Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

6.589

(3.755)

10.344

1.221

(10.810)

12.031

Imposto de Renda e Contribuição Social

(10)

–

(10)

13.842

7.055

6.787

Correntes

(3.048)

–

(3.048)

(29.264)

(4.537)

(24.727)

Diferidos

3.038

–

3.038

43.106

11.592

31.512

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício das Operações em Continuidade

6.579

(3.755)

10.334

15.063

(3.755)

18.818

Lucro (Prejuízo) após os tributos provenientes de operações descontinuadas

–

3.755

(3.755)

–

3.755

(3.755)

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

6.579

–

6.579

15.063

–

15.063

Atribuível a Participações dos acionistas controladores

6.579

–

6.579

6.579

–

6.579

Participações dos não controladores

–

–

–

8.484

–

8.484

Total

6.579

–

6.579

15.063

–

15.063

b) Reapresentação dos saldos da Demonstração do Fluxo de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Controladora

Consolidado

(-) Operação descon- tinuada

(-) Operação descon- tinuada

31/12/2025

31/12/2025

31/12/2024

31/12/2024

Reapre- sentado

Reapre- sentado

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

490.944

–

490.944

377.935

112.078

490.013

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

Caixa aplicado nas atividades de investimentos

(147.221)

–

(147.221)

(78.174)

(121.608)

(199.782)

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos

(361.226)

–

(361.226)

(372.043)

92

(371.951)

Aumento Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa

(17.503)

–

(17.503)

(72.282)

(9.438)

(81.720)

c) Reapresentação dos saldos da Demonstração do Valor Adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Controladora

Consolidado

(-) Operação descon- tinuada

(-) Operação descon- tinuada

31/12/2024

31/12/2024

31/12/2024

31/12/2024

Reapre- sentado

Reapre- sentado

Receitas

Total das Receitas

475.962

–

475.962

2.269.811

687.011

1.582.800

Intosdos Adquiridos de Terceiros

(153.195)

–

(153.195)

(1.354.463)

(689.880)

(664.583)

Valor Adicionado Bruto (consumido)

322.767

–

322.767

915.348

(2.869)

918.217

Depreciação, Amortização e Exaustão

(181.816)

–

(181.816)

(399.783)

(261)

(399.522)

Valor Adicionado Líquido Produzido (consumido)

140.951

–

140.951

515.565

(3.130)

518.695

Valor Adicionado Recebido em Transferência

75.203

(3.755)

78.958

155.749

3.030

152.719

Valor Adicionado das Operações a Distribuir

216.154

3.755

219.909

671.314

(100)

671.414

Total do Valor Adicionado a Distribuir

216.154

3.755

219.909

671.314

(100)

671.414

Valor Adicionado Distribuído

216.154

3.755

219.909

671.314

(100)

671.414

Total do valor adicionado distribuído

216.154

3.755

219.909

671.314

(100)

671.414

8

Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

8.1. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição

Controladora

Consolidado

31/12/2025

31/12/2024

31/12/2025

31/12/2024

Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)

737

34.383

214.184

308.712

Bancos conta depósito (ii)

352

640

8.477

13.585

Caixa

3

6

7

10

Total

1.092

35.029

222.668

322.307

i) A Administração tem como estratégia efetuar aplicações que podem ser resgatadas antecipadamente. Essas aplicações são compostas por:

Descrição

Controladora

Consolidado

31/12/2025

31/12/2024

31/12/2025

31/12/2024

Operação compromissada (a)

737

34.383

136.729

252.310

CDBs (b)

–

–

73.436

56.171

Outros investimentos

–

–

1.019

231

Total

737

34.383

214.184

308.712

a) Refere-se à operação compromissada com lastro em debêntures, com liquidez imediata. A remuneração é com base na taxa DI que varia entre 90% e 95%. b) Esses instrumentos financeiros são atualizados com base na taxa de 92% a 102% do CDI e estão custodiados na B3 CETIP. ii) Em 31 de dezembro de 2025, no consolidado, incluem principalmente recebimentos de clientes que ocorreram no último dia útil do mês.

continua

Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

8.2. Aplicações financeiras

<

A Administração da Companhia encaminhou ao Conselho de Administração a proposta para destinar o resultado apurado no exercício de 2025, como segue:

	2025	2024
Lucro do exercício	10.665	6.579
(-) Constituição de reserva legal	(533)	(329)
Base de cálculo dos dividendos	10.132	6.250
Dividendos mínimo obrigatório (i)	2.533	1.563
Constituição de reserva para investimento (ii)	7.599	4.687
i) Registrado na rubrica de partes relacionadas, referem-se à destinação para atingimento dos 25% de distribuição de lucro obrigatório. Será pago aos acionistas até 31 de dezembro de 2026, após ser aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada até 30 de março de 2026.		
ii) Será destinado à constituição de reserva de investimentos nos termos do artigo 25, § 3º do Estatuto Social da Companhia após ser aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada até 30 de março de 2026.		

21 Plano de Incentivo de Longo Prazo

No dia 28 de março de 2025, foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária, o Plano de Incentivo de Longo Prazo do Grupo Qualicorp. Este plano tem como principal objetivo promover e estimular a produtividade sustentável, a geração de valor a longo prazo, além de incentivar a retenção e permanência das pessoas elegíveis. Para isso, prevê a concessão de ações restritas e/ou a outorga de opções, permitindo o compartilhamento de riscos e ganhos de maneira justa e alinhada ao horizonte de longo prazo. O Conselho de Administração é o responsável por administrar o Plano, contando com amplos poderes para sua organização e implementação. Suas atribuições incluem: criar normas gerais sobre Ações Restritas, Opções e Programas de *Matching*; estabelecer Programas e definir a quantidade e condições das Ações Restritas e/ou Opções; indicar as pessoas elegíveis e autorizar o uso de ações em tesouraria para entrega; definir regras de períodos de carência, *lock-up* e restrições adicionais; elaborar propostas de alterações ao plano para a assembleia geral; determinar as características dos contratos e autorizar sua celebração; fixar termos para recebimento das ações, inclusive com possibilidade de liquidação em dinheiro; e criar ou ajustar mecanismos operacionais para atender aos objetivos do Plano. No âmbito deste Plano, poderão ser concedidas ou outorgadas às pessoas elegíveis em quantidade correspondente ao direito ao recebimento e/ou aquisição de ações que representem, no máximo, 5% do capital social da Companhia, em base totalmente diluídas.

Outorga de Opções: O Conselho de Administração pode criar programas de outorga de opções, indicando as pessoas elegíveis, a quantidade de opções e estabelecendo condições específicas. A participação exige contratos que definem detalhes como quantidade de ações, período de carência, prazo e preço de exercício, *lock-up* e regras aplicáveis em caso de desligamento. Pessoas elegíveis podem participar de múltiplos programas, inclusive simultaneamente com ações restritas. A outorga considera o desempenho da companhia e a contribuição individual do participante, com critérios definidos pelo Conselho. A quantidade e o preço de exercício podem variar entre outorgas. Participantes só adquirem direitos de acionistas após o exercício das opções e o cumprimento de todas as exigências legais e regulamentares.

Programas de Matching: O Conselho de Administração pode criar programas de *Matching* para conceder ações aos participantes que adquirirem um número específico de ações, desde que cumpram os períodos de carência, *vesting* e outras condições previstas nos contratos. As condições de entrega, como *lock-up* e períodos de carência, podem variar em relação a outros programas da companhia. Até a transferência efetiva das ações, os participantes não possuem direitos de acionista, como direitos políticos ou econômicos, salvo especificações dos programas.

Concessão de Ações Restritas: O Conselho de Administração da Companhia pode criar Programas de Concessão de Ações Restritas para pessoas elegíveis, determinando a quantidade de ações, condições e restrições específicas. Para participar, é necessário assinar contratos individuais que estabelecem detalhes como: quantidade de ações, período de *lock-up*, carência, metas de desempenho e o tratamento das ações em caso de desligamento. Esses contratos também definem que os participantes só terão a titularidade das ações se cumprirem todos os termos estipulados no Plano, nos Programas e nos Contratos, além de manterem vínculo com a Companhia até a data de entrega das ações. Até o momento da transferência, os participantes não possuem direitos ou privilégios de acionistas, como direitos políticos ou econômicos, salvo regras específicas dos Programas. Adicionalmente, é possível que as pessoas elegíveis participem de mais de um programa simultaneamente, incluindo Programas de Ações Restritas e de Opções, conforme definido em cada caso. A concessão das ações leva em consideração fatores como as perspectivas de crescimento e desempenho efetivo da Companhia, sendo avaliada a critério do Conselho de Administração.

21.1. Programa de Ações Restritas: Não houve movimentações ou mudanças no plano ações restritas da Companhia, devidamente aprovado em Assembleia Geral realizada em 27 de abril de 2018, em relação às demonstrações individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram alocadas despesas de apropriação de ações restritas outorgadas pela Companhia e/ou por suas controladas no montante total de R\$ 2.512 alocado no patrimônio líquido.

Data da outorga	Valor justo na data da concessão	Data e validade	Quantidade de opções	Concedidas	Exercidas	Canceladas	Saldo
11/05/2023	4,3	11/05/2027	4.700.000	29.498	(1.125.000)	(2.825.000)	779.498
10/05/2024	1,7	10/05/2026	4.500.000	9.113	(3.000.000)	(301.823)	1.207.290
19/06/2024	1,4	19/06/2026	1.800.000	3.646	(1.200.000)	–	603.646
			11.000.000	42.257	(5.325.000)	(3.126.823)	2.590.434

Para 31 de dezembro de 2025, o período de duração contratual médio ponderado restante é de 249 dias (581 em 31 de dezembro de 2024).

<

Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

... continuação do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita por taxa de administração:** Conforme mencionado na nota explicativa 3.xiv, as receitas da Companhia e suas controladas são originadas, entre outras, por taxa de administração. As receitas por taxa de administração correspondem à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos de saúde e odontológicos dos planos coletivos por adesão e são reconhecidas mensalmente a partir das informações geradas no sistema interno de gerenciamento de beneficiários. Em decorrência do modelo de negócio, existem diferenças temporais entre o faturamento pelos serviços prestados e o montante a pagar reconhecido pelas operadoras, as quais são monitoradas através dos controles internos da Companhia. Em nossa visão, em função dos aspectos mencionados acima poderem impactar de forma relevante o montante de reconhecimento da receita, e consequentemente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, bem como pela relevância dos montantes envolvidos nas transações representar elevado risco de distorção material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Os nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluíram, entre outros: i) Avaliação dos critérios de reconhecimento de receitas adotados pela Companhia, que suportam a contabilização das taxas de administração ao longo do exercício, ii) Teste da reconciliação dos saldos e dos ajustes relacionados ao controle das diferenças temporais relacionadas ao faturamento pelos serviços prestados e os valores a pagar para as operadoras, iii) Análise, em base amostral, das composições das diferenças temporais e suportes documentais sobre os montantes reconhecidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita por taxa de administração, consideramos que os critérios e premissas para reconhecimento de receita adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 3.xiv, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Ênfase – Reapresentação dos valores correspondentes:** Chamamos atenção à nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que em decorrência de operação descontinuada, apresenta os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos às demonstrações do resultado, das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, que foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas contro • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP 034.519/0

Carlos Augusto Amado Junior
Contador – CRC-SP 292.320/O

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/02/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/02/2026

ICP Brasil #

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

ção fluirão para a Companhia; e

- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Receita de royalties e serviços:

- A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis. A receita é reconhecida em duas oportunidades; uma parcela fixa na assinatura do contrato de franquia, e um percentual sobre as compras e/ou vendas realizadas pelos franqueados, dependendo da marca, no período de competência.

d. Instrumentos financeiros:

- (i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento: Ativos financeiros:** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros: O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e. Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor do realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui ajustes incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em tráfego para suas localizações e condições existentes. O custo das mercadorias para revenda compreende o custo do material importado, o que abrange os respectivos impostos de importação e demais despesas aduaneiras.

f. Investimentos: Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial na controladora.

g. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Grupo inclui: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, a depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil
Equipamentos de processamento de dados	05 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Intangíveis: Reconhecimento e Mensuração: Softwares: Os softwares são reconhecidos pelo custo, através do preço de compra adicionando qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida, deduzido da amortização acumulada. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida: Os ágios apurados em aquisições de investimentos são inicialmente mensurados como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Outros ativos intangíveis: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida útil
Marcas e patentes	12 anos
Carteira de clientes	05 anos
Softwares	02 a 05 anos

i. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: (i) Arrendamentos: Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) o Grupo tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o exercício do contrato; e (iii) o Grupo tem o direito de direcionar o uso do ativo. Significa que o Grupo tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos paga-

Uni.Co S.A.

mentos futuros decorrente de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se o Grupo de que exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

j. Provisões: As provisões são reconhecidas quando: 1) o Grupo tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; 2) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e 3) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação que refletem os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

k. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) :

- (i) **Ativos financeiros:** O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas Baseado no modelo da metodologia CPC 48 / IFRS 9, o Grupo avalia o comportamento de toda a carteira de crédito, tanto na recuperação quanto na concessão do crédito, e presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. Operações em dia e até 30 dias de atraso, perdas não são esperadas para os próximos 6 meses. Operações de 31 a 179 dias de atraso, ou renegociação inadimplente, o limite de crédito é atingido e novas tratativas com o cliente para cumprir suas obrigações. Operações 180 dias de atraso ou renegociações inadimplentes, uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

- (ii) **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e IRPJ diferido) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos de fornecedores, variação cambial ativa e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial passiva e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: valor contábil bruto do ativo financeiro; ou - ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

n. IRPJ e CSLL corrente e diferido: O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e CSLL correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) **Despesas de IRPJ e CSLL corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. As controladas Imaginarium Franchising Ltda. e Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. tributam seus lucros pelo Lucro Presumido, neste caso, o IRPJ e a CSLL do exercício são calculados com base na presunção das receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 4,80% para IRPJ e 2,88% para CSLL. Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, aplicam-se para o IRPJ as seguintes alquotas:

- 15% de IRPJ sobre a receita financeira apurada no período;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido (base de cálculo) que exceder a R\$ 60 no trimestre, ou pelo resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração;
- 9% de CSLL sobre a receita financeira apurada no período.

(ii) **Despesa de IRPJ e CSLL diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e CSLL diferida. O IRPJ não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas e, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

o. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

p. Informação por segmento: Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva do Grupo para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual as demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis. As atividades do Grupo estão concentradas no segmento de varejo.

q.

Demonstração do valor adicionado: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período. É apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

r. Novas normas contábeis e interpretações vigentes e não vigentes: Apresentamos a seguir as normas que entraram em vigor em 01/01/2025 e as novas normas e interpretações que serão efetivas para exercícios futuros.

i. Normas e interpretações que entram em vigor em 01/01/2025:

- **Preço de Transferência (Lei nº 14.596/23):** As operações com partes relacionadas e/ou paraísos fiscais no exterior foram adequadas às novas regras vigentes. Não houve impacto relevante na apuração do IRPJ e CSLL.
- **IAS 1 / CPC 26:** Esclarecimentos sobre a classificação de passivos como circulante ou não circulante, baseados em direitos existentes ao final do período de reporte, e não houve impacto na data base das demonstrações financeiras.
- **CPC 18 (R3) e ICP 09 (R3):** Atualização sobre o Método de Equivalência Patrimonial (MEP) em demonstrações individuais. Sem impacto, dado que a Companhia já utiliza o MEP.
- **IAS 7 e IFRS 7:** Novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (*confirming*), não houve impacto na data base das demonstrações financeiras.
- **IFRS 16:** Esclarecimentos sobre a mensuração do passivo em transações de venda e retroarrendamento (*sale and leaseback*), não houve impacto na data base das demonstrações financeiras.
- **IAS 21 / CPC 02 (R2):** Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade: As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. A seguinte alteração não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Não houve impacto significativo na data base das demonstrações financeiras.

ii. Normas e interpretações vigentes a partir de 01/01/2026:

- **IFRS 9 e IFRS 7 (Instrumentos Financeiros): Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes:
- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação.
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados.
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.
- Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 01/01/2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. O Grupo não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11: Em julho de 2024, o IASB emitiu novas alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 01/01/2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

- **IFRS 18 / CPC 26 (R1): Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtópicos especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtópicos de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 01/01/2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes:
- A receita de aluguel, a variação no valor justo de propriedades para investimento e a participação no lucro de uma coligada e de um empreendimento conjunto serão classificadas na categoria de investimento, dentro da demonstração do resultado.
- As diferenças de variação cambial serão classificadas na categoria da demonstração do resultado (receita e a despesa) em que estiverem os itens que deram origem a tais diferenças de câmbio.

Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPfMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores representados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).

- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussões dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.
- **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 01/01/2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

- **Reforma Tributária:** Em conformidade com a Emenda Constitucional nº 132/2023 e suas regulamentações, a Companhia informa que, pretende iniciar a partir de 01/04/2026, o período de transição do novo sistema tributário brasileiro. Neste exercício, vigora a alíquota de teste de 0,1% para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e de 0,9% para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), valores estes que são integralmente compensáveis com os débitos de PIS e COFINS devidos pela Companhia. A administração avaliou que, para o exercício de 2026, não há impactos materiais imediatos no fluxo de caixa ou no resultado, dado o mecanismo de neutralidade previsto. Entretanto, a Companhia mantém monitoramento contínuo das leis complementares para avaliar os impactos futuros na mensuração de ativos e passivos tributários diferidos (IAS 12 / CPC 32), considerando a extinção gradual dos tributos atuais a partir de 2027.

5. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:

a. Gerenciamento de riscos: O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: — Risco de crédito (veja (iii)); — Risco de liquidez (veja (iii)); — Risco de mercado (veja (iv)); e — Risco de taxa de juros (veja (vi)).

(i) Estrutura de gerenciamento de riscos: O Grupo mantém demonstrações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras em 31/12/2025 e 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. O Grupo apresenta exposição

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/02/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

continuação

Uni.Co S.A.

para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Uni.Co S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Uni.Co S.A. e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo

com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Uni.Co S.A. e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Uni.Co S.A. e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Uni.Co S.A. e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2026.

BDO

BDO RCS

Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/O-1

Márcio Silva

Contador

CRC 1 RS 078817/O-2 – S - SP

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA

São Paulo

DATA MERCANTIL



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/02/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Darwin Seguros S.A.														
31/12/2024										31/12/2025			31/12/2025	
Ramos	PPNG	PPNG-RVNE	PSL	IBNeR	(-) Estimativa de salvados	IBNR	PDR	Total Provisões técnicas	Total	Probabilidade de perda	Quantidade de ações	Valor do risco	Valor provisionado	Custos de aquisição
0520 - Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	76	-	-	-	-	-	-	76	12	Provável	5	192	192	Comissões sobre prêmios emitidos (18.378)
0531 - Automóvel - Casco	1.645	28	4.166	-	(279)	464	-	6.024	254	Possível	30	2.682	919	Comissões sobre riscos vigentes e não emitidos (RVNE) (84)
0542 - Assistências e Outras Coberturas - Auto	771	1	190	5	-	701	-	1.668	114	Total	35	2.874	1.111	Outros custos de aquisição (4.167)
0553 - Responsabilidade Civil Facultativa Veículos - RCFV	1.948	33	1.897	289	(46)	554	-	4.675	273					Variação dos custos de aquisição diferidos (CAD) 8.487
Total	4.440	62	6.253	294	(325)	1.719	-	12.443	653					(14.142)
Circulante	4.440	62	6.253	294	(325)	1.719	-	12.443	653					(6.480)
b) Movimentação das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos de seguros:														
31/12/2025										31/12/2025			31/12/2025	
Ramos	PPNG	PPNG-RVNE	PSL	IBNeR	(-) Estimativa de salvados	IBNR	PDR	Total Provisões técnicas	Total	Probabilidade de perda	Quantidade de ações	Valor do risco	Valor provisionado	Custos de aquisição
Saldo em 31/12/2024	4.440	62	6.253	294	(325)	1.719	-	12.443	653	18. PROVISÕES JUDICIAIS: As ações cíveis, impetradas por segurados ou beneficiários, referem-se a processos não relacionados à cobertura de seguros. O quadro de processos em curso, de acordo com a avaliação dos advogados, é assim demonstrado:	Quantidade de ações	Valor do risco	Valor provisionado	Comissãoamento (d + b)
Constituições decorrentes de prêmios	113.360	565	-	-	-	-	-	113.925	18.462	Possível	9	667	267	Operacionais
Diferimento pelo risco decorrido (70.848)	-	-	-	-	-	-	-	(70.848)	(9.975)	Remota	3	49	20	Outras receitas e despesas com resseguro (456)
Avisos de sinistros	-	-	56.442	-	-	-	1.735	58.177	-	Total	12	716	287	Outras receitas e despesas operacionais (76)
Ajustes de estimativas de sinistros	-	-	36.945	-	-	-	805	37.750	-					Provisões cíveis (95)
Cancelamentos	-	-	(26.178)	-	-	-	(253)	(26.431)	-					Total (627)
Juros e atualização monetária	-	-	65	-	-	-	-	65	-					f) Resultado com resseguro (29.765)
Pagamentos	-	-	(58.238)	-	-	-	(1.769)	(60.007)	-					(+) Receitas com resseguro 10.248
Outras constituições e reversões	-	-	(325)	824	(835)	1.551	304	1.519	-					Sinistros avisados cedidos 28.073
Saldo em 31/12/2025	46.952	627	14.964	1.118	(1.160)	3.270	822	66.593	9.140					Variação da IBNeR 273
31/12/2024														
Saldo em 31/12/2023	1.535	-	1.435	-	-	539	-	3.509	185					
Constituições decorrentes de prêmios	43.075	62	-	-	-	-	-	43.137	6.166					
Diferimento pelo risco decorrido (40.170)	-	-	-	-	-	-	-	(40.170)	(5.698)					
Aviso de sinistros	-	-	22.520	-	-	-	-	22.520	-					
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	23.654	-	-	-	-	23.654	-					
Cancelamentos	-	-	(13.269)	-	-	-	-	(13.269)	-					
Pagamentos	-	-	(28.412)	-	-	-	-	(28.412)	-					
Outras constituições/reversões	-	-	325	294	(325)	1.180	-	1.474	-					
Saldo em 31/12/2024	4.440	62	6.253	294	(325)	1.719	-	12.443	653					
c) Ativos de resseguro - composição das provisões técnicas:														
31/12/2025										31/12/2025			31/12/2025	
Ramos	PPNG	PPNG-RVNE	PSL	IBNeR	(-) Estimativa de salvados	IBNR	PDR	Total Provisões técnicas	Total	Probabilidade de perda	Quantidade de ações	Valor do risco	Valor provisionado	Custos de aquisição
0520 - Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	464	5	-	-	-	-	-	469	-					
0531 - Automóvel - Casco	7.522	100	4.774	195	(530)	632	309	13.002	-					
0553 - Responsabilidade Civil Facultativa Veículos - RCFV	3.083	49	1.324	129	(51)	115	66	4.715	-					
Total	11.069	154	6.098	324	(581)	747	375	18.186	-					
Circulante	11.069	154	6.098	324	(581)	747	375	17.766	-					
Não circulante	-	-	420	-	-	-	-	420	-					
31/12/2024														
0520 - Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	27	-	-	-	-	-	-	27	-					
0531 - Automóvel - Casco	398	8	1.669	-	(150)	118	-	2.043	-					
0553 - Responsabilidade Civil Facultativa Veículos - RCFV	145	2	383	51	-	77	-	658	-					
Total	570	10	2.052	51	(150)	195	-	2.728	-					
Circulante	570	10	2.052	51	(150)	195	-	2.728	-					
d) Ativos de resseguro - movimentação das provisões técnicas:														
31/12/2025										31/12/2025			31/12/2025	
Ramos	PPNG	PPNG-RVNE	PSL	IBNeR	(-) Estimativa de salvados	IBNR	PDR	Total Provisões técnicas	Total	Probabilidade de perda	Quantidade de ações	Valor do risco	Valor provisionado	Custos de aquisição
Saldo em 31/12/2024	570	10	2.052	51	(150)	195	-	2.728	-					
Constituições decorrentes de prêmios	29.968	144	-	-	-	-	-	30.112	-					
Diferimento pelo risco decorrido (19.469)	-	-	-	-	-	-	-	(19.469)	-					
Avisos de sinistros	-	-	24.125	-	-	-	897	25.022	-					
Ajustes de estimativas de sinistros	-	-	17.033	-	-	-	399	17.432	-					
Cancelamentos	-	-	(13.085)	-	-	-	(109)	(13.194)	-					
Juros e atualização monetária	-	-	23	-	-	-	-	23	-					
Pagamentos	-	-	(24.050)	-	-	-	(923)	(24.973)	-					
Outras constituições e reversões	-	-	-	273	(431)	552	111	505	-					
Saldo em 31/12/2025	11.069	154	6.098	324	(581)	747	375	18.186	-					
31/12/2024														
Saldo em 31/12/2023	125	-	333	-	-	-	-	458	-					
Constituições decorrentes de prêmios	8.538	10	-	-	-	-	-	8.548	-					
Diferimento pelo risco decorrido (8.093)	-	-	-	-	-	-	-	(8.093)	-					
Aviso de sinistros	-	-	8.351	-	-	-	-	8.351	-					
Ajuste de estimativa de sinistros	-	-	6.919	-	-	-	-	6.919	-					
Cancelamentos	-	-	(5.118)	-	-	-	-	(5.118)	-					
Pagamentos	-	-	(8.433)	-	-	-	-	(8.433)	-					
Outras constituições/reversões	-	-	-	51	(150)	195	-	96	-					
Saldo em 31/12/2024	570	10	2.052	51	(150)	195	-	2.728	-					
16. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS: Desenvolvimento de sinistros ocorridos (brutos de resseguro): a tabela abaixo apresenta a evolução acumulada das estimativas dos sinistros administrativos e judiciais ocorridos (brutos de resseguro) e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente e os períodos do triângulo contemplam os sinistros ocorridos no período de 12 meses considerando o mês de apuração. Por exemplo, dezembro de 2025 contempla a ocorrência de janeiro a dezembro de 2025:														
Mês/ano de ocorrência	Até 12/2022	12/2023	12/2024	12/2025	Total									
Até a data-base:	-	2.768	32.082	63.447	63.447									
Um ano mais tarde:	3	3.596	35.905	35.905	35.905									
Dois anos mais tarde:	3	3.601	-	-	3.601									
Três anos mais tarde:	3	-	-	-	-									
Posição em 31/12/2025	3	3.601	35.905	63.447	102.956									
Pago acumulado														
Até a data-base:	-	(1.374)	(26.224)	(49.624)	(49.624)									
Um ano mais tarde:	(3)	(3.527)	(34.791)	-	(34.791)									
Dois anos mais tarde:	(3)	(3.573)	-	-	(3.573)									
Três anos mais tarde:	(3)	-	-	-	-									
Posição em 31/12/2025	(3)	(3.573)	(34.791)	(49.624)	(87.991)									
PSL em 31/12/2025	-	28	1.113	13.823	14.964									
Diferença entre as estimativas inicial e final	(3)	(833)	(3.822)	-	-									
% Diferença	-100%	-23%	-11%	-	-									
Desenvolvimento de sinistros ocorridos (recuperados com resseguro): a tabela abaixo apresenta a evolução acumulada das estimativas dos sinistros administrativos e judiciais ocorridos (recuperados com resseguro) e seus pagamentos até totalizarem o ativo corrente e os períodos do triângulo contemplam os sinistros ocorridos no período de 12 meses considerando o mês de apuração. Por exemplo, dezembro de 2025 contempla a ocorrência de janeiro a dezembro de 2025:														
Mês/ano de ocorrência	Até 12/2022	12/2023	12/2024	12/2025	Total									
Até a data-base:	-	771	9.995	27.380	27.380									
Um ano mais tarde:	-	823	10.697	10.697	10.697									
Dois anos mais tarde:	-	826	-	-	826									
Três anos mais tarde:	-	-	-	-	-									
Posição em 31/12/2025	-	826	10.697	27.380	38.903									
Pago acumulado														
Até a data-base:	-	(453)	(7.935)	(21.450)	(21.450)									

Até 12/2022

12/2023

12/2024

12/2025

Total

Até a data-base:

Um ano mais tarde:

Dois anos mais tarde:

Três anos mais tarde:

Posição em 31/12/2025

PSL em 31/12/2025

Diferença entre as estimativas inicial e final

% Diferença

Desenvolvimento de sinistros ocorridos (recuperados com resseguro): a tabela abaixo apresenta a evolução acumulada das estimativas dos sinistros administrativos e judiciais ocorridos (recuperados com resseguro) e seus pagamentos até totalizarem o ativo corrente e os períodos do triângulo contemplam os sinistros ocorridos no período de 12 meses considerando o mês de apuração. Por exemplo, dezembro de 2025 contempla a ocorrência de janeiro a dezembro de 2025:

Mês/ano de ocorrência

Até 12/2022

12/2023

12/2024

12/2025

Total

Até a data-base:

Um ano mais tarde:

Dois anos mais tarde:

Três anos mais tarde:

Posição em 31/12/2025

PSL em 31/12/2025

Diferença entre as estimativas inicial e final

% Diferença

Desenvolvimento de sinistros ocorridos (recuperados com resseguro): a tabela abaixo apresenta a evolução acumulada das estimativas dos sinistros administrativos e judiciais ocorridos (recuperados com resseguro) e seus pagamentos até totalizarem o ativo corrente e os períodos do triângulo contemplam os sinistros ocorridos no período de 12 meses considerando o mês de apuração. Por exemplo, dezembro de 2025 contempla a ocorrência de janeiro a dezembro de 2025:

Mês/ano de ocorrência

Até 12/2022

12/2023

12/2024

12/2025

Total

Até a data-base:

Um ano mais tarde:

Dois anos mais tarde:

Três anos mais tarde:

Posição em 31/12/2025

PSL em 31/12/2025

Diferença entre as estimativas inicial e final

% Diferença

Desenvolvimento de sinistros ocorridos (recuperados com resseguro): a tabela abaixo apresenta a evolução acumulada das estimativas dos sinistros administrativos e judiciais ocorridos (recuperados com resseguro) e seus pagamentos até totalizarem o ativo corrente e os períodos do triângulo contemplam os sinistros ocorridos no período de 12 meses considerando o mês de apuração. Por exemplo, dezembro de 2025 contempla a ocorrência de janeiro a dezembro de 2025:

Mês/ano de ocorrência

Até 12/2022

12/2023

12/2024

12/2025

Total

Até a data-base:

Um ano mais tarde:

Dois anos mais tarde:

Três anos mais tarde:

Posição em 31/12/2025

PSL em 31/12/2025

Diferença entre as estimativas inicial e final

% Diferença

Desenvolvimento de sinistros ocorridos (recuperados com resseguro): a tabela abaixo apresenta a evolução acumulada das estimativas dos sinistros administrativos e judiciais ocorridos (recuperados com resseguro) e seus pagamentos até totalizarem o ativo corrente e os períodos do triângulo contemplam os sinistros ocorridos no período de 12 meses considerando o mês de apuração. Por exemplo, dezembro de 2025 contempla a ocorrência de janeiro a dezembro de 2025:

Mês/ano de ocorrência

Até 12/2022

12/2023

12/2024

12/2025

Total

Até a data-base:

Um ano mais tarde:

Dois anos mais tarde:

Três anos mais tarde:

Posição em 31/12/2025

PSL em 31/12/2025

Diferença entre as estimativas inicial e final

% Diferença

Desenvolvimento de sinistros ocorridos (recuperados com resseguro): a tabela abaixo apresenta a evolução acumulada das estimativas dos sinistros administrativos e judiciais ocorridos (recuperados com resseguro) e seus pagamentos até totalizarem o ativo corrente e os períodos do triângulo contemplam os sinistros ocorridos no período de 12 meses considerando o mês de apuração. Por exemplo, dezembro de 2025 contempla a ocorrência de janeiro a dezembro de

continuação 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos		Darwin Seguros S.A. de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Darwin Seguros S.A. e utilizadas em nossa Auditoria Atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir	em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 27 de fevereiro de 2026 Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda. CNPJ nº 33.950.548/0001-51 CIBA nº 161 Mariana Neves Aleixo Cabral Mathias Pereira Atuária MIBA 3398
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
Aos: Diretores, Conselheiros e Acionistas da Darwin Seguros S.A. São Paulo - SP Opinião Examinamos as Demonstrações financeiras da Darwin Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as Demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Darwin Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião Outros assuntos Auditoria dos valores correspondentes As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram auditadas por nós, com relatório emitido em 15 de março de 2025 contendo opinião com ressalva em razão da ausência de evidências apropriadas e suficientes para os saldos de Fornecedores e Imposto a Recolher, no montante de R\$ 1.086 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. Outras informações que acompanham as Demonstrações financeiras e o relatório do auditor A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos		qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas	
		de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da Auditoria Atuarial), para o exercício auditado, com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as Demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião; • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações contábeis pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das Demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as Demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras; • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria; • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as Demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferior (es) ao considerado relevante para as Demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as Demonstrações financeiras como um todo; • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demons-	
		trações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de fevereiro de 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-025.583/0-1 Bruna Campos Peagno Contadora CRC 1SP-294.016/0-0	

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/02/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A.

CNPJ/MF nº 58.056.076/0001-19 - NIRE: 3530065117-1
Ata de Assembleia Geral Extraordinária

I. Data, Horário e Local: 05 de fevereiro de 2026, às 16:00 horas, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.188, conjunto 21, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, São Paulo/SP. **II. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, em razão da presença dos acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas abaixo. **III. Composição da Mesa:** Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga e Secretário: Sr. Enio Stein Júnior. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a conversão facultativa, a critério dos respectivos titulares, de ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias; **(ii)** a consequente alteração e adequação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e **(iii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante no Anexo I a esta ata. **V. Deliberações:** Após as oportunas discussões, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: (i) Aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a conversão facultativa de parte das ações de titularidade dos acionistas, totalizando 22.925.285 (vinte e dois milhões, novecentos e vinte e cinco mil e duzentos e oitenta e cinco), **ações preferenciais de classe A** de emissão da Companhia, em ações ordinárias, na proporção de um por um, conforme detalhado no Anexo II desta ata. (ii) Em razão da aprovação da matéria (i) acima, aprovar a alteração da redação do artigo 5º do estatuto social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 142.925.285 (cento e quarenta e dois milhões, novecentos e vinte e cinco mil e duzentos e oitenta e cinco) ações ordinárias e 97.074.715 (noventa e sete milhões, setenta e quatro mil e setecentos e quinze) ações preferenciais classe A, todas nominativas e sem valor nominal."** (iii) De forma a refletir a deliberação acima, consolidar o Estatuto Social da Companhia, o qual passar a vigorar com a redação prevista no Anexo I desta ata. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das S.A. **VII. Assinaturas:** Mesa: Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior. **Acionistas:** EPR Participações S.A. (por: José Carlos Cassaniga e Enio Stein Júnior); Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. (por Danilo Dias Garcez de Castro Dória e Luiz Felipe Setten Fustaino) e Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, representado por sua gestora, Perfin Infra Administração de Recursos Ltda., que, por sua vez, é representada nos termos do seu contrato social, por Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Camilla Sisti. **A presente ata foi lavrada em 1 (uma) via digital, sendo uma cópia mantida no livro próprio.** São Paulo, 05 de fevereiro de 2026. JUCESP nº 055.294/26-1 em 25/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração. Artigo 1º - A EPR Infraestrutura PR Lote 6 S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), pelo acordo de acionistas arquivado na sede social ("Acordo de Acionistas") e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjunto 21, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto social explorar, no território nacional, (i) projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração direta e/ou participação em sociedades de propósitos específicos que se dediquem a empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais; (ii) aluguel de curta ou longa duração de máquinas e equipamentos, elétricos ou não, comerciais e industriais, sem operador; (iii) testes físicos, químicos e outros testes analíticos de todos os tipos de materiais e de produto; e (iv) agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação. **Artigo 4º -** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II. Capital Social. Artigo 5º -** O capital social da Companhia é de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 142.925.285 (cento e quarenta e dois milhões, novecentos e vinte e cinco mil e duzentos e oitenta e cinco) ações ordinárias e 97.074.715 (noventa e sete milhões, setenta e quatro mil e setecentos e quinze) ações preferenciais classe A, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º -** Cada ação ordinária confere ao seu titular 1 (um) voto nas assembleias gerais de acionistas ("Assembleia Geral"). **Parágrafo 2º -** A Companhia poderá emitir ações preferencias classe A. As ações preferenciais classe A: (i) não conferirão direito a voto nas deliberações das assembleias gerais; (ii) farão jus à prioridade de reembolso de capital por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial classe A menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial classe A, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas; (iii) farão jus ao pagamento de dividendos correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos dividendos e quaisquer outros proventos distribuídos pela Companhia aos seus acionistas até o que o valor total de tais distribuições atinja o valor previsto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social; e (iv) serão resgatáveis por decisão da assembleia geral da Companhia, independentemente de aprovação pelos titulares das referidas ações preferenciais classe A, por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial classe A menos o valor total de todos os pagamentos realizados à ação preferencial classe A, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas. **Parágrafo 3º -** As ações preferenciais não poderão ultrapassar número correspondente a 50% (cinquenta por cento) do total de ações emitidas. **Parágrafo 4º -** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que não reconhecerá mais do que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes. **Parágrafo 5º -** Todas as ações de emissão da Companhia serão escrituradas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares. **Parágrafo 6º -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas e na Lei das S.A., mediante aprovação da Assembleia Geral, a Companhia, poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas. **Parágrafo 7º -** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas. **Parágrafo 8º -** A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores e empregados. **Parágrafo 9º -** É vedada a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 6º -** Observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A., bem como o disposto no Acordo de Acionistas, os acionistas (diretos e/ou indiretos) terão direito de preferência para subscrever novas ações, bônus de subscrição e valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia. **Artigo 7º -** A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim de subscrição, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido pela variação positiva do IPCA, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die, até a data do efetivo pagamento, e multa não compensatória igual a 10% (dez por cento) do valor devido. **Capítulo III. Assembleias Gerais. Artigo 8º -** Os acionistas reunir-se-ão anualmente, em assembleia geral ordinária da Companhia, a ser realizada nos 4 (quatro) primeiros meses contados do encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias dispostas no artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Artigo 9º -** As Assembleias Gerais poderão ser convocadas, a qualquer momento, na forma prevista na Lei das S.A. Será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia que comparecer a totalidade dos acionistas. **Parágrafo 1º -** Além de presencialmente, a Assembleia Geral poderá, ainda, ser realizada (i) semipresencialmente – quando os acionistas puderem participar e votar presencialmente, no local físico da realização do conclave, mas também à distância; ou (ii) digitalmente – quando os acionistas só puderem participar e votar à distância. Quando semipresencial ou digital, a participação e a votação à distância dos acionistas podem ocorrer mediante o envio de boletim de voto à distância (inclusive por e-mail) e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico. O instrumento de convocação deverá informar, em destaque, se a Assembleia Geral será presencial, semipresencial ou digital, conforme o caso, detalhando como os acionistas poderão participar e votar. Para todos os fins legais, as Assembleias Gerais realizadas digitalmente serão consideradas como realizadas na sede da Companhia aplicável. **Parágrafo 2º -** Os acionistas não poderão deliberar sobre qualquer matéria que não tenha sido expressamente incluída na ordem do dia da respectiva Assembleia Geral, exceto se todos os acionistas estiverem presentes e expressamente concordarem em deliberar a matéria. **Parágrafo 3º -** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126, parágrafo 1º da Lei das S.A. **Parágrafo 4º -** Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos, na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas. **Parágrafo 5º -** O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem tampouco em quaisquer outras em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. **Parágrafo 6º -** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. **Artigo 10º -** Compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das S.A. e sobre as matérias abaixo elencadas: **(i)** alteração do Estatuto Social para (a) realizar aumentos de capital, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; **(b)** alterar a composição, competência e funcionamento da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, se criado, observado o disposto no Acordo de Acionistas; **(c)** alteração a apuração ou destinação de resultados, incluindo criação, capitalização e extinção de reservas; ou **(d)** implementar alteração que implique na supressão do quórum qualificada de aprovação em relação às Matérias Qualificadas; **(ii)** aprovação de planos de outorga de opções de compra de ações a executivos e colaboradores da Companhia; **(iii)** deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos em desacordo com a política de dividendos; **(iv)** transformação do tipo societário; **(v)** fusão, incorporação ou cisão envolvendo a Companhia, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; **(vi)** registro de companhia aberta na Categoria A (ou categoria que a substitua) ou oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia; **(vii)** dissolução e liquidação da Companhia; **(viii)** nomeação e destituição de liquidante da Companhia; **(ix)** apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, pela Companhia; **(x)** participação em grupo de sociedades, pela Companhia, nos termos do artigo 265 da Lei das S.A.; **(xi)** aprovação de investimento em novos empreendimentos no setor de concessão de rodovias federais e estaduais para operação e manutenção no Brasil e do respectivo plano de negócios; **(xii)** fixação da remuneração individual (fixa e variável) de membro da administração que seja uma parte relacionada de qualquer dos acionistas; **(xiii)** aprovar planos de remuneração referenciados em ações; **(xiv)** outorga de opções de compra de ações no âmbito de planos de outorga de opção de compra de ações; **(xv)** deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; **(xvi)** contratação de endividamento em valor que eleve a razão Dívida Líquida/EBITDA a valor superior ao previsto no plano de negócios aplicável, admitida uma variação de 10% (dez por cento), salvo se o endividamento for comprovadamente indispensável para o cumprimento das obrigações da Companhia sob contrato de concessão por ela celebrado ou perante autoridade governamental, desde que contratado em condições de mercado, observado o disposto no Acordo de Acionistas; **(xvii)** outorga, pela Companhia, de garantia, real ou fidejussória, salvo no âmbito de financiamento ou operação contratada em benefício da Companhia, observados os termos do plano de negócios aprovado; **(xviii)** aquisição, subscrição ou alienação, pela Companhia, de quotas, ações ou participações em outra sociedade (personificada ou não), ou em fundos de investimento (exceto fundos mútuos ou exclusivos destinados à aplicação do caixa), salvo (a) a subscrição de capital em subsidiária em atendimento de capitalização prevista no plano de negócios aprovado ou (b) conforme o item (xxiv) abaixo; **(xix)** criação (i.e., constituição), pela Companhia, de nova subsidiária, exceto se necessário para fins regulatórios ou para a captação de financiamento para a Companhia; **(xx)** celebrar, alterar ou resgatar quaisquer acordos de sócios, acionistas ou cotistas; **(xxi)** participação, da Companhia, em associações, fundações, empresas individuais de responsabilidade limitada ou consórcios; **(xxii)** alienação ou oneração de bens do grupo não prevista no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado e que envolvam valores relativos superiores a 10% (dez por cento) do total do ativo não circulante da Companhia (no caso de alienação de ativos pela Companhia); **(xxiii)** celebrar, alterar ou rescindir contratos celebrados entre, de um lado, a Companhia e, de outro, uma parte relacionada, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; **(xxiv)** abandonar ou rescindir contratos de concessão; **(xxv)** outorgar empréstimos ou abrir linhas de crédito, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; e **(xxvi)** propor, celebrar acordo ou liquidar processos administrativos, judiciais ou arbitrais que envolvam

práticas de corrupção ou crimes ambientais. **Artigo 11º -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, as deliberações das Assembleias Gerais serão aprovadas pela maioria do capital social votante na Assembleia Geral. **Artigo 12º -** O presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições do Acordo de Acionistas, não devendo computar quaisquer votos que venham a ser proferidos em desacordo com as disposições de tais acordos de acionista. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 13º -** A Companhia será administrada por uma Diretoria. **Parágrafo 1º -** Os membros da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos nos 30 (trinta) dias subsequentes à sua eleição, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim. **Parágrafo 2º -** Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. **Parágrafo 3º -** Todos os Diretores deverão atender aos requisitos de elegibilidade revistos na legislação aplicável, notadamente a Lei das S.A., e ser pessoas com reputação ilibada, ter comprovada experiência em sua área de atuação e declarar ausência de conflito de interesse. **Parágrafo 4º -** A Assembleia Geral fixará a remuneração dos administradores, conforme aplicável. **Parágrafo 5º -** Os administradores ficam dispensados de prestar caução. **Artigo 14º -** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente e os demais diretores sem designação específica, exceto se diversamente deliberado pela Assembleia Geral na sua eleição. **Parágrafo 1º -** Os Diretores terão mandato de até 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo 2º -** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral poderá a qualquer tempo substituir os Diretores. **Parágrafo 3º -** Compete ao Diretor Presidente supervisionar os negócios e supervisionar e dirigir os trabalhos da Companhia, bem como coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria. **Parágrafo 4º -** Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada uma Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto. **Artigo 15º -** A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada pelo Diretor Presidente. **Parágrafo 1º -** As reuniões da Diretoria serão convocadas com antecedência mínima de 3 (três) dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Companhia será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício. **Parágrafo 2º -** Além de presencialmente, as reuniões da Diretoria poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **Parágrafo 3º -** As resoluções da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria dos Diretores presentes à respectiva reunião. **Parágrafo 4º -** Não será aprovada nenhuma deliberação sobre quaisquer assuntos que não estejam expressamente incluídos na ordem do dia da reunião, conforme declarado na convocação, sob pena de ser considerada nula, excetuadas as matérias que forem acrescentadas à ordem do dia com a aprovação de todos os diretores. **Parágrafo 5º -** As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 16º -** A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observado o disposto neste Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral e as deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria da controladora da Companhia, competindo-lhe especialmente: **(i)** cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social; **(ii)** administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; **(iii)** administrar e gerir a cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; **(iv)** administrar e gerir a assinatura de correspondências de assuntos rotineiros; **(v)** implementar e explorar o objeto social da Companhia de acordo com o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da controladora da Companhia; **(vi)** observar o orçamento anual aprovado; **(vii)** deliberar sobre a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país; **(viii)** representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; **(ix)** apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, observadas as imposições legais e o que dispõe este Estatuto Social; e **(x)** cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelos acionistas da Companhia ou pelo Conselho de Administração ou Diretoria da controladora da Companhia. **Artigo 17º -** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais e quaisquer terceiros, bem como a assinatura de escrituras, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou a prática de quaisquer atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigação para com a Companhia; incumbirão, sendo obrigatoriamente realizados: **(i)** por 2 (dois) Diretores, agindo sempre em conjunto; **(ii)** por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no Parágrafo Único desta Cláusula; **(iii)** por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto; ou **(iv)** por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo e/ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conforme especificado nos instrumentos de mandato, vedada a outorga de subestabelecimento sem reservas. **Parágrafo Único -** As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas por 2 (dois) Diretores e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 (um) ano, exceto as procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 18º -** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **Parágrafo 1º -** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. **Parágrafo 2º -** Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, se aplicável. **Parágrafo 3º -** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. **Artigo 19º -** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação. **Capítulo VI. Exercício Social e Demonstrações Financeiras. Artigo 20º -** O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável. **Parágrafo Único -** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 21º -** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma: **(i)** 5% (cinco por cento) serão destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e **(ii)** 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável. **Parágrafo Único -** A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 22º -** A Companhia poderá: **(i)** levantar balanços semestrais e com base nesses declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros; **(ii)** levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das S.A.; e **(iv)** creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los em parte dos efeitos legais. **Capítulo VII. Liquidação. Artigo 23º -** A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo VIII. Acordo de Acionistas. Artigo 24º -** A Companhia observará fielmente o Acordo de Acionistas. **Parágrafo 1º -** O presidente da Assembleia Geral não computará o voto proferido com infração ao Acordo de Acionistas. **Parágrafo 2º -** A Companhia não registrará em seus livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia, aos acionistas e a terceiros, a alienação ou oneração de ações em violação às disposições do Acordo de Acionistas. **Capítulo IX. Arbitragem. Artigo 25º -** Quaisquer disputas, controvérsias, litígios, conflitos ou discrepâncias entre as Partes de qualquer natureza que surgirem em decorrência deste Estatuto ("Conflito") serão resolvidos definitivamente por arbitragem administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara do Comércio Brasil e Canadá ("CCBC"), de acordo com a Lei Federal nº 9.307/96 ("Lei de Arbitragem"), e com o regulamento de arbitragem da CCBC em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem ("Regulamento"), com exceção das alterações aqui previstas. A lei aplicável à arbitragem será a lei brasileira e será vedado o julgamento por equidade. **(i)** A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral (conforme abaixo definido), motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. A arbitragem será conduzida na língua portuguesa e será sigilosa. **(ii)** A arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("Tribunal Arbitral"). A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pela CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes da arbitragem no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com o Regulamento. Quaisquer omissões, recusas, impedimentos, suspeições, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes da arbitragem ou a escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CCBC. Caso qualquer dos 3 (três) árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento, caberá à CCBC nomeá-lo(s), de acordo com o previsto no Regulamento, ficando afastado o dispositivo do Regulamento que limite a escolha de coárbitro ou presidente do Tribunal Arbitral à lista de árbitros da CCBC. Os procedimentos previstos neste item também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. **(iii)** Na hipótese de arbitragem envolvendo 3 (três) ou mais partes em que (i) estas partes não se reúnam em apenas dois grupos de requerentes ou requeridas; ou (ii) as partes reunidas em um mesmo grupo de requerentes ou requeridas não cheguem a um consenso sobre a indicação do respectivo coárbitro, todos os árbitros serão nomeados pela CCBC, nos termos do Regulamento, salvo acordo de todas as partes da arbitragem em sentido diverso. **(iv)** Qualquer das partes da arbitragem poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência e antes da constituição do Tribunal Arbitral, não podendo esta disposição ser considerada inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste Estatuto. Para tal finalidade, fica eleita a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. **(v)** A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes da arbitragem de acordo com seus termos, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra ela, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem e eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem. A sentença arbitral será tida pelas partes da arbitragem como solução do Conflito, as quais deverão acatar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme a lei brasileira. O Tribunal Arbitral alocará entre as partes da arbitragem, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à CCBC, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares, e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das partes da arbitragem a pagar ou reembolsar (i) honorários advocatícios de sucumbência e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consularizações e despesas de viagens. A execução da sentença arbitral será feita na comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Capítulo X. Disposições Gerais. Artigo 26º -** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., observado o disposto no Acordo de Acionistas. São Paulo, 05 de fevereiro de 2026.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/02/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Uriel Gaspar II Empreendimento Imobiliario S.A.

CNPJ/MF nº 18.584.241/0001-90 – NIRE 35.300.606.205

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

1. Data, Hora e Local: Aos 25 de fevereiro de 2026, às 10h00, na sede da Companhia, localizada na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Vilela, nº 665, 2º andar, Tatuapé, CEP: 03314-000. **2. Mesa:** Presidente: Marco Antonio Melro; Secretário: Fernando Henrique da Silva. **3. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"). **4. Ordem do Dia:** Os acionistas reuniram-se para examinar, discutir e votar sobre: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) a reeleição de diretoria da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) a reforma dos artigos 5.1 e 7.4 do estatuto social da Companhia; e (ii) a consolidação do estatuto social da Companhia. **5. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, aprovaram: Em Assembleia Geral Ordinária: **5.1.** Os acionistas aprovam a reeleição para o cargo de diretoria da Companhia, conforme termo de posse e declaração de desimpedimento que segue na forma de Anexo I à presente, reelegendo o Sr. Marco Antonio Melro, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 8.733.602-9-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 036.100.078-26, com endereço comercial na capital do estado de São Paulo, na Rua Vilela, nº 665, 2º andar, Tatuapé, CEP: 03314-00, o qual exercerá seu mandato pelo prazo de 3 (três) anos, permitida a reeleição, e, vencido o prazo de gestão, permanecerá o diretor ora eleito empossado no cargo e investido de poderes necessários à administração da Companhia até que seja eleita nova diretoria ou reeleito o diretor nos termos da legislação em vigor. **5.1.1.** O diretor eleito declara que aceita sua eleição, tomando posse de seu respectivo cargo neste ato, e que não está impedido de exercer a administração da Companhia, por não estar incurso em nenhum dos crimes legalmente previstos que o impeça de exercer atividades empresariais, bem como que, sob as penas da lei, não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, ou qualquer outro que o impeça de exercer atividades mercantis. Em Assembleia Geral Extraordinária: **5.2.** Os acionistas aprovam, sem reservas ou ressalvas, a reforma do artigo 5.1 da Cláusula V e do artigo 7.4 da Cláusula VII, ambos do estatuto social da Companhia, os quais passarão a vigorar com as redações a seguir: "5.1 O capital social da Companhia é de R\$ 34.470.472,00 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e setenta mil, quatrocentos e setenta e dois reais), divididos em 534.011.960 (Quinhentos e trinta e quatro milhões, onze mil e novecentas e sessenta) ações, sendo 100.000.000 (Cem milhões) de ações Ordinárias Nominativas Sem Valor Nominal, subscritas e integralizadas anteriormente em moeda corrente nacional, mais 434.011.960 (Quatrocentos e trinta e quatro milhões, onze mil e novecentas e sessenta) ações Ordinárias Nominativas Sem Valor Nominal, totalmente subscritas e integralizadas anteriormente em moeda corrente nacional. A Companhia poderá criar e emitir uma ou mais classes de ações preferenciais, observados este estatuto social e a legislação aplicável". "7.4. As procurações serão outorgadas em nome da Companhia, por instrumento público ou particular, da seguinte forma: (i) para representação da Companhia por advogados, em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, por instrumento firmado por 1 (um) dos diretores, devendo os respectivos mandatos ser outorgados com base nesta alínea: (a) especificar expressamente os poderes conferidos; e, (b) conter prazo de validade indeterminado, específico para a representação no respectivo processo ou procedimento para o qual foi outorgado; e (ii) para representação nos demais atos da Companhia, a Companhia poderá constituir procuradores, nomeados por 1 (um) dos Diretores, caso em que os procuradores serão referidos como "Procuradores", cujos respectivos poderes de representação corresponderão àqueles atribuídos aos respectivos outorgantes. Os respectivos mandatos, outorgados com base nesta alínea deverão: (a) especificar expressamente os poderes conferidos; e, (b) conter prazo de validade limitado ao máximo de 1 (um) ano". **5.3.** Os acionistas resolvem, ainda, ratificar todas as demais disposições do Estatuto Social que não foram expressamente retificadas por este instrumento e, ao contínuo, aprovam a reforma e consolidação do Estatuto Social (Anexo II). **6. Autorização:** Os acionistas autorizam o diretor da Companhia a adotar as medidas legais e formais necessárias para a efetivação das deliberações ora tomadas, inclusive a assinatura de todos os documentos e a prática dos atos necessários para tal fim junto aos órgãos competentes. **7. Esclarecimentos:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária dos fatos ocorridos, nos termos do art. 130 da Lei nº 6.404/76. **8. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo-se a reunião pelo período necessário à lavratura desta ata e, reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada, sendo a seguir assinada por todos os presentes. **Mesa:** Marco Antonio Melro, Presidente; Fernando Henrique da Silva, Secretário. **Acionistas:** **Porte Engenharia e Urbanismo Ltda. e Marco Antonio Melro. Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais. São Paulo-SP, 25 de fevereiro de 2026. Anexo II. Cláusula I – Denominação. 1.1. A Uriel Gaspar II Empreendimento Imobiliario S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, que se rege pelo presente Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas, assim que arquivado na sede da Companhia ("Acordo de Acionistas"), pela Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Cláusula II – Sede Social. 2.1. A Companhia tem sua sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vilela, nº 665, 2º Andar, Tatuapé, CEP: 03314-000, podendo manter filiais, escritório e representações em qualquer localidade do país ou no exterior, por deliberação dos sócios, na forma prevista na Cláusula XII abaixo. Cláusula III – Objeto. 3.1. A Companhia tem por objetivo social (i) deter patrimônio constituído por bens imóveis e direitos a eles relativos; (ii) comprar, vender ou alienar, por qualquer forma, bens imóveis próprios; (iii) locar bens imóveis próprios; (iv) administrar bens imóveis próprios; (v) participar, como sócia ou acionista, em outras sociedades ou companhias de atividade preponderantemente não-financeiras; e (vi) realizar atividades de gestão de construção, incorporação e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários. Cláusula IV – Prazo. 4.1. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Cláusula V – Capital Social. 5.1. O capital social da Companhia é de R\$ 34.470.472,00 (Trinta e quatro milhões, quatrocentos e setenta mil, quatrocentos e setenta e dois reais), divididos em 534.011.960 (Quinhentos e trinta e quatro milhões, onze mil e novecentas e sessenta) ações, sendo 100.000.000 (Cem milhões) de ações Ordinárias Nominativas Sem Valor Nominal, subscritas e integralizadas anteriormente em moeda corrente nacional, mais 434.011.960 (Quatrocentos e trinta e quatro milhões, onze mil e novecentas e sessenta) ações Ordinárias Nominativas Sem Valor Nominal, totalmente subscritas e integralizadas anteriormente em moeda corrente nacional. A Companhia poderá criar e emitir uma ou mais classes de ações preferenciais, observados este estatuto social e a legislação aplicável. 5.2. Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. 5.3. A Companhia poderá criar classes adicionais de ações ordinárias ou extingui-las, por deliberação da maioria do capital social votante presente em Assembleia Geral, conforme disposto no art. 16, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações. 5.4. O preço de subscrição, em qualquer aumento de capital mediante a emissão de novas ações, deverá ser estabelecido nos termos do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações. 5.5. É vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. 5.6. A Companhia não poderá de qualquer forma contratar operações de hedge com fins especulativos. 5.7. A Companhia poderá, por meio de deliberação da Assembleia Geral e conforme previsto em lei, criar ou emitir ações preferenciais, com ou sem direito a voto, e fixar suas características, preferências e vantagens, assim como emitir novas classes de ações preferenciais já existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações já existentes. Cláusula VI – Assembleia Geral. 6.1. As acionistas se reunirão por meio da Assembleia Geral ordinariamente dentro os 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social para: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger, quando for o caso, os membros da Diretoria; e (iv) deliberar sobre qualquer outro assunto que a Lei das S.A. ou outras normativas aplicáveis determinem que seja objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária; e, extraordinariamente, sempre que necessário, para: (i) deliberar sobre a reforma do presente Estatuto Social; e (ii) deliberar sobre qualquer outro assunto que o presente Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, a Lei das S.A. ou outras normativas aplicáveis determinem que seja objeto de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária. Parágrafo 1º. As deliberações das Assembleias Gerais serão adotadas por maioria de votos das Acionistas presentes, não se computando os votos em branco, nos termos do artigo 129 da Lei das S.A., ressalvadas as exceções previstas na própria Lei das S.A., neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas. Parágrafo 2º. Compete à Assembleia Geral, ainda, deliberar sobre as seguintes quais requererão para sua aprovação votos afirmativos de todas as Acionistas: (i) alteração do objeto social da Companhia; (ii) participação da Companhia, fora do curso normal de seus negócios, em qualquer contrato, acordo, transação ou compromisso; (iii) alteração do conceito do Empreendimento, isto é, empreendimento destinado ao uso hospitalar e consultórios, salvo se determinadas por qualquer órgão público, governamental, administrativo ou judicial; (iv) alteração de projeto do Empreendimento que ocasione mudança na ABL, total projetada acima de 10% (dez por cento), para mais ou para menos, garantido, em qualquer caso, a ABL Mínima, e qualquer alteração substancial no Memorial de Construção; (v) a celebração de qualquer outro acordo, contrato ou documento que verse sobre regras aqui estabelecidas, ou sobre as regras previstas em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, incluindo sobre participação nos lucros, direito de voto e/ou transferência de ações; (vi) a celebração de qualquer outro acordo, contrato ou documento que verse sobre regras aqui estabelecidas, ou sobre as regras previstas em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, incluindo sobre participação nos lucros, direito de voto e/ou transferência de ações; (vii) em execução dos contratos relacionados às obras do Empreendimento e da contratação de financiamento ou securitização de créditos, observado o previsto no Acordo de Acionistas, celebração de qualquer outro contrato que, isoladamente ou em conjunto com as demais obrigações já contratadas pela Companhia, implique em assunção de obrigações em valor superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por semestre, salvo este que será corrigido anualmente pelo IPCA/IBGE, considerando com o data base o dia primeiro do mês da assinatura do presente Estatuto; (viii) extinção, liquidação, dissolução, cessação do estado de liquidação, cisão, incorporação, fusão, transformação do tipo societário, ou qualquer tipo de reorganização societária envolvendo a Companhia; (ix) nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas; (x) pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou pedido de falência pela Companhia; (xi) celebração de qualquer tipo de contrato com qualquer Parte Relacionada a qualquer das Acionistas, observada a definição constante de Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; (xii) contratação de qualquer forma de financiamento necessário à construção do Empreendimento, observado o previsto em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; (xiii) cessão de créditos decorrentes dos contratos de locação do Empreendimento; (xiv) definição da construtora a ser escolhida no processo de bid entre construtoras, que será realizado com experiência comprovada na construção de empreendimentos de uso hospitalar; (xv) suspensão, por decisão da Companhia, por mais de 30 (trinta) dias, das obras de construção do Empreendimento; (xvi) rescisão antecipada de qualquer contrato de locação, bem como a renúncia a qualquer direito pecuniário não previsto nos contratos de locação firmados pela Companhia, observadas as exceções previstas em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; (xvii) qualquer obra extraordinária nos imóveis da Companhia, de sua responsabilidade, que envolva um montante superior ao fundo de obras de manutenção; (xviii) ajuizamento de qualquer tipo de ação contra quaisquer terceiros, incluindo locatários e autoridades públicas, observadas as exceções previstas em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia; e (ix) definição do montante de remuneração dos membros componentes dos órgãos da administração da Companhia, após início da locação do Empreendimento. 6.2. As Assembleias Gerais serão convocadas nos prazos e formas previstos no artigo 124 da Lei das S.A. e no Acordo de Acionistas da Companhia. Parágrafo 1º. Observadas as disposições aplicáveis da Lei das S.A., qualquer Assembleia Geral deverá ser considerada como validamente instalada (i) em primeira convocação, com a presença das Acionistas representando, no mínimo, a maioria absoluta do capital social votante, a não ser que a Lei das S.A. exija quórum mais elevado; e (ii) em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Acionistas. Parágrafo 2º. Independentemente da observância às formalidades, as Assembleias Gerais da Companhia serão consideradas validamente convocadas e instaladas se todas as Acionistas estiverem presentes. Parágrafo 3º O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. Parágrafo 4º Das Assembleias Gerais serão lavradas atas no Livros de Atas das Assembleias Gerais, com indicação de data e local e detalhamento acerca das deliberações. Cláusula VII – Administração. 7.1. A Companhia será administrada e representada perante terceiros por sua Diretoria. 7.2. A Diretoria será composta por até 2 (dois) Diretores sem designação específica, eleitos pela Assembleia Geral, devendo todos serem residentes no Brasil, acionistas ou não. O mandato dos Diretores será de 3 (três) anos, permitida a reeleição. 7.3. A Companhia será sempre representada: (i) por um Diretor ou dois Diretores, em conjunto; ou (ii) por 1 Diretor, em conjunto com 1 (um) Procurador da Companhia; ou (iii) por 2 (dois) Procuradores da Companhia, desde que investidos de poderes específicos. 7.4. As procurações serão outorgadas em nome da Companhia, por instrumento público ou particular, da seguinte forma: (i) para representação da Companhia por advogados, em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, por instrumento firmado por 1 (um) dos diretores, devendo os respectivos mandatos ser outorgados com base nesta alínea: (a) especificar expressamente os poderes conferidos; e, (b) conter prazo de validade indeterminado, específico para a representação no respectivo processo ou procedimento para o qual foi outorgado; e (ii) para representação nos demais atos da Companhia, a Companhia poderá constituir procuradores, nomeados por 1 (um) dos Diretores, caso em que os procuradores serão referidos como "Procuradores", cujos respectivos poderes de representação corresponderão àqueles atribuídos aos respectivos outorgantes. Os respectivos mandatos, outorgados com base nesta alínea deverão: (a) especificar expressamente os poderes conferidos; e, (b) conter prazo de validade limitado ao máximo de 1 (um) ano. 7.5 Os diretores receberão a remuneração que vier a ser aprovada pela assembleia geral que os eleger, e não prestarão caução pelo desempenho de suas funções. 7.6. Os Diretores serão investidos em seus respectivos cargos mediante a assinatura dos termos de posse, lavrados nos Livros de Registro de Atas de reunião de Diretoria da Companhia, com a devida observância do art. 149 da Lei das S.A. 7.7. Os Diretores cumprirão o disposto neste Estatuto e observarão as deliberações tomadas em Assembleia Geral, exercendo suas atribuições dentro dos limites de seus poderes e com a devida observância das leis aplicáveis e do presente Estatuto. Cláusula VIII – Proibições. 8.1. Salvo quando expressamente autorizado na forma prevista na Cláusula XII abaixo, são expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer das sócias, administradores ou procuradores que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. Cláusula IX – Conselho Fiscal. 9.1. A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente composto por 3 (três) membros com os poderes e deveres que lhe são conferidos por lei, só devendo se reunir por deliberação da Assembleia Geral ou por solicitação das Acionistas, nos casos previstos em lei. Cláusula X – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. 10.1. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Parágrafo único. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. 10.2. Juntamente com as demonstrações financeiras de cada exercício, a administração deverá submeter à Assembleia Geral Ordinária, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, calculado após as deduções mencionadas no artigo 189 da Lei das S.A., sendo que: (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da Reserva Legal até o limite previsto em lei; e (ii) o saldo será distribuído como dividendo obrigatório, observado o artigo 202 da Lei das S.A., ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 3º e 4º do mesmo artigo. 10.3. A Companhia poderá levantar balanços e demonstrações financeiras e contábeis em periodicidade semestral ou em períodos menores, distribuindo ou não, por deliberação da Diretoria, os dividendos intercalares neles apurados ou ainda os dividendos Intermediários existentes na conta de reserva de lucros do último balanço anual, desde que respeitado o disposto na legislação em vigor e neste Estatuto Social, permitida, ainda, a distribuição desproporcional de dividendos às Acionistas, nos termos do art. 294, § 4º da Lei das S.A. 10.4. Os dividendos não recebidos ou reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados a partir da data em que foram colocados à disposição do Acionista reverterão em benefício da Companhia. Cláusula XI Liquidação. 11.1. A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação. Cláusula XII – Solução de Controvérsias. 12.1. Em caso de controvérsias decorrentes do presente instrumento a questão deverá ser submetida à arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/1996, conforme alterada ("Lei de Arbitragem"), vedado o julgamento por equidade. O procedimento arbitral deverá ser administrado pela Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com o seu Regulamento de Arbitragem ("Regulamento da CAMARB"), e, no silêncio deste, conforme a Lei de Arbitragem. Parágrafo 1º. O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros fluentes na língua portuguesa, escrita e falada, devendo ser indicados conforme previsto no Regulamento da CAMARB ("Tribunal Arbitral"). Parágrafo 2º. A Tribunal Arbitral caberá resolver todas as controvérsias relativas ao litígio, inclusive as de cunho incidental, cautelar, coercitivo ou interlocutório. Parágrafo 3º. A arbitragem realizar-se-á na Capital do Estado de São Paulo e será conduzida em caráter confidencial e na língua portuguesa. Os árbitros eleitos aderirão à obrigação de confidencialidade ora prevista. Parágrafo 4º. A sentença arbitral deverá ser proferida em território brasileiro, na cidade de realização do procedimento, e terá caráter definitivo, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título, e deverá ser proferida em período inferior a um ano contado da data de início da arbitragem, devendo as partes envolvidas concordarem com um cronograma da arbitragem que permita que a decisão seja proferida em observância a este prazo. Parágrafo 5º. Cada uma das partes envolvidas na controvérsia se reserva o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de (a) assegurar a instituição da arbitragem, (b) obter medidas cautelares de proteção de direitos previamente à instituição da arbitragem, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à arbitragem como o único meio de solução de conflitos escolhido, (c) executar qualquer decisão do Tribunal Arbitral, inclusive, mas não exclusivamente, a sentença arbitral, e (d) pleitear eventualmente a nulidade de tal sentença, conforme previsto em lei. Fica eleito desde já o foro da Comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo para a hipótese de recurso ao Poder Judiciário. Parágrafo 6º. Ainda que este Estatuto Social ou qualquer de suas cláusulas seja considerado, por qualquer tribunal, inválido, ilegal ou inexequível, a validade, legalidade ou exequibilidade deste artigo não será afetada ou prejudicada. Parágrafo 7º. Exceto pelos honorários dos respectivos advogados, os quais serão arcados por cada uma das partes envolvidas na controvérsia, individualmente, todas as demais despesas e custos de arbitragem serão suportados por qualquer uma das partes ou por todas, conforme o Tribunal Arbitral venha a determinar. Cláusula XIII – Disposições Finais e Transitórias. 13.1 Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral da Companhia, com base na legislação aplicável.**

Arteris S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746 – Companhia Aberta Categoria "B"

Termo de Não Instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série da 9ª (nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Arteris S.A.

1. Data, Hora e Local: Realizada exclusivamente de forma digital e remota, aos 22 dias do mês de janeiro de 2026, às 10:00 horas, nos termos do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), através da plataforma de conexão "Plataforma Ten Meetings", via internet, sem prejuízo da utilização da instrução de voto a distância como instrumento para exercício do direito de voto pelos debenturistas da primeira série da 9ª (Nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Arteris S.A. ("Debenturistas", "Debêntures", "Emissão" e "Companhia", respectivamente), conforme informado pela Companhia aos Debenturistas e ao mercado em geral no âmbito dos documentos referentes à convocação desta assembleia ("Assembleia"), coordenada pela Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição, CEP: 04.543-906. **2. Convocação:** Convocação regularmente realizada por meio de edital de convocação publicado nas versões impressa e digital no jornal "Folha de São Paulo" ("Jornal de Publicação") nas edições dos dias 31 de dezembro de 2025, 1º e 2 de janeiro de 2026, respectivamente nas páginas 32, 23 e 23, com divulgação simultânea na página do Jornal de Publicação na internet, nos termos do artigo 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Presença e Quórum:** Presentes (i) Debenturistas detentores de 8,78% (oito inteiros e setenta e oito centésimos por cento) das Debêntures em circulação, nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 9ª (Nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Arteris S.A.", celebrado em 22 de setembro de 2020 entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), conforme aditado ("Escritura de Emissão"); (ii) representantes do Agente Fiduciário; e (iii) representantes da Companhia. **4. Mesa:** Presidida pelo Sr. Cyro Lessa ("Presidente"), e secretariada pelo Sr. Guilherme D'Andrea ("Secretário"). **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) Anúncia prévia para a perda ou transferência de concessões ou ativos detidos pela Companhia ou qualquer de suas controladas que resulte em uma redução de mais de 20% (vinte por cento) da receita bruta de pedágio consolidada da Companhia, acumulada no período de 12 (doze) meses, sem que seja configurado evento de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, na Cláusula 6.1.1, alíneas "(l)", "(m)" e "(p)", desde que (a) a referida perda ou transferência seja decorrente do término ordinário dos respectivos contratos de concessão ("Término Ordinário") ou do processo de readaptação e modernização dos respectivos contratos de concessão, nos termos da Portaria do Ministério dos Transportes nº 848/2023 e da Portaria do Ministério dos Transportes nº 995/2023 ("Reaptação"); e (b) o respectivo Término Ordinário ou Reaptação ocorra entre 11 de dezembro de 2025 e até 12 (doze) meses contados da data desta anúncia ("Período de Renúncia"); e (ii) Autorização para que a Companhia e o Agente Fiduciário realizem todos os atos e celebrem todos os documentos necessários à implementação da ordem do dia acima. **6. Termo de Não Instalação:** Tendo em vista que não foi atingido o quórum mínimo de instalação em primeira convocação previsto no artigo 71, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e na Cláusula 9.5 da Escritura de Emissão, as matérias constantes da ordem do dia desta Assembleia não puderam ser discutidas, de modo que a Companhia publicará, oportunamente, edital para segunda convocação desta Assembleia, a qual será instalada com a presença de qualquer número de Debenturistas, na forma do artigo 71, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e da Cláusula 9.5 da Escritura de Emissão. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia, da qual se lavrou este termo que, lido e aprovado, foi assinado pelo Presidente, Secretário, Companhia e Agente Fiduciário. O Presidente da mesa, nos termos do artigo 76, § 2º, da Resolução CVM 81, registrou a presença dos Debenturistas presentes, de forma que serão dispensadas suas respectivas assinaturas na lista de presença anexa. Foi autorizada, ainda, a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **Assinaturas:** Mesa: Cyro Lessa (Presidente); Guilherme D'Andrea (Secretário); Representante do Agente Fiduciário: Amanda Cardoso da Silva; Representantes da Companhia: Cyro Lessa e Guilherme D'Andrea. São Paulo, 22 de janeiro de 2026. **Certificamos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio. Cyro Lessa – Presidente; Guilherme D'Andrea – Secretário. Agente Fiduciário:** Nome: Amanda Cardoso da Silva CPF: 433.964.368-81. **Companhia:** Nome: Cyro Lessa CPF: 366.517.918-18; Nome: Guilherme D'Andrea CPF: 442.142.978-30. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 49.112/26-0 em 12/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Arteris S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746 – Companhia Aberta Categoria "B"

Termo de Não Instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da 11ª (Décima Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Arteris S.A.

1. Data, Hora e Local: Realizada exclusivamente de forma digital e remota, aos 22 dias do mês de janeiro de 2026, às 13:00 horas, nos termos do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), através da plataforma de conexão "Plataforma Ten Meetings", via internet, sem prejuízo da utilização da instrução de voto a distância como instrumento para exercício do direito de voto pelos debenturistas da 11ª (Décima Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Arteris S.A. ("Debenturistas", "Debêntures", "Emissão" e "Companhia", respectivamente), conforme informado pela Companhia aos Debenturistas e ao mercado em geral no âmbito dos documentos referentes à convocação desta assembleia ("Assembleia"), coordenada pela Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição, CEP: 04.543-906. **2. Convocação:** Convocação regularmente realizada por meio de edital de convocação publicado nas versões impressa e digital no jornal "Folha de São Paulo" ("Jornal de Publicação") nas edições dos dias 31 de dezembro de 2025, 1º e 2 de janeiro de 2026, respectivamente nas páginas 30, 23 e 23, com divulgação simultânea na página do Jornal de Publicação na internet, nos termos do artigo 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Presença e Quórum:** Presentes (i) Debenturistas detentores de 30,89% (trinta inteiros e oitenta e nove centésimos por cento) das Debêntures em circulação, nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 11ª (Décima Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Arteris S.A.", celebrado em 10 de março de 2022 entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), conforme aditado ("Escritura de Emissão"); (ii) representantes do Agente Fiduciário; e (iii) representantes da Companhia. **4. Mesa:** Presidida pelo Sr. Guilherme D'Andrea ("Presidente"), e secretariada pela Sra. Sabrina Indelicato Penteado ("Secretária"). **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) Anúncia prévia para a perda ou transferência de concessões ou ativos detidos pela Companhia ou qualquer de suas controladas que resulte em uma redução de mais de 20% (vinte por cento) da receita bruta de pedágio consolidada da Companhia, acumulada no período de 12 (doze) meses, sem que seja configurado evento de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, na Cláusula 6.1.1, alíneas "(l)", "(m)" e "(p)", desde que (a) a referida perda ou transferência seja decorrente do término ordinário dos respectivos contratos de concessão ("Término Ordinário") ou do processo de readaptação e modernização dos respectivos contratos de concessão, nos termos da Portaria do Ministério dos Transportes nº 848/2023 e da Portaria do Ministério dos Transportes nº 995/2023 ("Reaptação"); e (b) o respectivo Término Ordinário ou Reaptação ocorra entre 11 de dezembro de 2025 e até 12 (doze) meses contados da data desta anúncia ("Período de Renúncia"); e (ii) Autorização para que a Companhia e o Agente Fiduciário realizem todos os atos e celebrem todos os documentos necessários à implementação da ordem do dia acima. **6. Termo de Não Instalação:** Tendo em vista que não foi atingido o quórum mínimo de instalação em primeira convocação previsto no artigo 71, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e na Cláusula 9.5 da Escritura de Emissão, as matérias constantes da ordem do dia desta Assembleia não puderam ser discutidas, de modo que a Companhia publicará, oportunamente, edital para segunda convocação desta Assembleia, a qual será instalada com a presença de qualquer número de Debenturistas, na forma do artigo 71, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e da Cláusula 9.5 da Escritura de Emissão. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia, da qual se lavrou este termo que, lido e aprovado, foi assinado pelo Presidente, Secretária, Companhia e Agente Fiduciário. O Presidente da mesa, nos termos do artigo 76, § 2º, da Resolução CVM 81, registrou a presença dos Debenturistas presentes, de forma que serão dispensadas suas respectivas assinaturas na lista de presença anexa. Foi autorizada, ainda, a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **Assinaturas:** Mesa: Guilherme D'Andrea (Presidente); Sabrina Indelicato Penteado (Secretária). Representante do Agente Fiduciário: Amanda Cardoso da Silva; Representantes da Companhia: Guilherme D'Andrea e Sabrina Indelicato Penteado. **Certificamos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio. Guilherme D'Andrea – Presidente; Sabrina Indelicato Penteado – Secretária. Agente Fiduciário:** Nome: Amanda Cardoso da Silva CPF: 433.964.368-81. **Companhia:** Nome: Guilherme D'Andrea CPF: 442.142.978-30; Nome: Sabrina Indelicato Penteado CPF: 274.871.328-11. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 49.111/26-7 em 12/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Esze Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 31.534.848/0001-24 – NIRE 35.300.548.141

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Diretoria da **Esze Seguros S.A.**, convoca os Srs. Acionistas a se reunirem em AGOE, que realizar-se-á no dia 31/03/2026, às 14h00min, na sede da Companhia, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 10º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, com a seguinte ordem do dia: AGO: a) examinar, discutir e votar as contas da diretoria e as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025; b) dar destinação aos resultados, se houver; c) eleição para membros da Diretoria com mandatos vencendo no exercício de 2026; d) fixar os honorários dos administradores. AGE: a) deliberar sobre a alteração do Artigo 4.º do Estatuto Social. Ficam os Srs. Acionistas avisados que os documentos pertinentes à Ordem do Dia encontram-se à disposição na sede da Companhia. São Paulo/SP, 24/02/2026. **Diretoria.** (27, 28/02 e 03/03/2026)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/02/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Sinch BR S.A.

CNPJ/MF nº 01.126.946/0001-61 – NIRE 35.300.148.711

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de outubro de 2025

1. **Data, Horário e Local:** aos 17 dias de outubro de 2025, às 10:00 horas, na sede da Sinch BR S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 10º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-001. 2. **Convocação e Presença:** dispensada a publicação do edital de convocação tendo em vista a presença de acionistas detentores de ações representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura no Livro de Presença de Acionistas, nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). 3. **Mesa:** os trabalhos foram presididos pelo Sr. Mario Sergio Marchetti, tendo como secretária da assembleia a Sra. Cecilia Pain Alvares Colaco. 4. **Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a reeleição dos atuais membros da Diretoria da Companhia; (ii) a alteração do objeto da Companhia e a consequente alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. 5. **Deliberações:** após as discussões relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovar: (i) a reeleição dos atuais Diretores da Companhia, os quais permanecerão em seus cargos pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da presente data: (a) Sr. **Mario Sergio Marchetti**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 162862318-70 e portador da Cédula de Identidade RG nº 20884400-4 SSP/SP, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 10º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, para o cargo de **Diretor sem designação específica** da Companhia; e (b) Sra. **Cecilia Pain Alvares Colaco**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 34.165.726-8 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 220.072.648-11, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 10º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, para o cargo de **Diretora sem designação específica** da Companhia. Cada Diretor ora eleito toma posse, na presente data, mediante assinatura do respectivo Termo de Posse, no qual declara não estar incurso em qualquer dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade mercantil, conforme constante do **Anexo I** a presente ata, o qual será lavrado em livro próprio. (ii) a alteração do objeto social da Companhia desenvolvido **exclusivamente pela matriz** que inclui: (a) a modificação do texto do item "(a)" que passará a constar como "o fornecimento de serviços de valor adicionado por meio do disparo de mensagens curtas de texto (SMS) para aparelhos telefônicos móveis"; (b) a modificação do item "(d)" que passará a constar como "a intermediação de negócios relacionados ao disparo de mensagens de texto, de mensagens de voz e de mensagens de e-mail"; (c) a modificação do item "(e)" que passará a constar como "a prestação de consultoria especializada em tecnologia da informação visando a uma melhor utilização de ferramentas conversacionais"; (d) a inclusão de novas atividades, sendo estas: (1) o fornecimento de serviços de valor adicionado por meio do disparo de mensagens de serviços de comunicação ricos (RCS) e de mensagens de WhatsApp® para aparelhos telefônicos móveis; (2) o disparo de mensagens de e-mail; (3) a prestação de serviços de suporte técnico e manutenção de ferramentas conversacionais; e (4) a integração e a customização de ferramentas conversacionais. Assim, o Artigo 4 do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: **Artigo 4. A Companhia tem por objeto social:** (a) o fornecimento de serviços de valor adicionado por meio do disparo de mensagens curtas de texto (SMS) para aparelhos telefônicos móveis; (b) o fornecimento de serviços de valor adicionado por meio do disparo de mensagens de serviços de comunicação ricos (RCS) e de mensagens de WhatsApp® para aparelhos telefônicos móveis; (c) o disparo de mensagens de e-mail; (d) a intermediação de negócios relacionados ao disparo de mensagens de texto, de mensagens de voz e de mensagens de e-mail; (e) o fornecimento de software como serviço (Software as a Service – "Saas"); (f) a participação em outras sociedades simples ou empresariais; (g) a prestação de serviços de suporte técnico e manutenção de ferramentas conversacionais; (h) a integração e a customização de ferramentas conversacionais; e (i) a prestação de consultoria especializada em tecnologia da informação visando a uma melhor utilização de ferramentas conversacionais. (iii) em decorrência das deliberações acima tomadas, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar na forma do **Anexo II** à presente Ata. 6. **Encerramento e Lavratura da Ata:** O Presidente deu por encerrada a Assembleia e suspendeu os trabalhos para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme o artigo 130, § 1º, da Lei das S.A., e autorizada a sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, § 2º da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Presidente da mesa: Mario Sergio Marchetti. Secretária da mesa: Cecilia Pain Alvares Colaco. Acionistas presentes: Sinch Latin America Holding AB, p.p. Cecilia Pain Alvares Colaco; e Sinch Holding AB, p.p. Cecilia Pain Alvares Colaco. Confere com original lavrada em livro próprio, São Paulo, 17 de outubro de 2025. **Mesa:** Presidente: Mario Sergio Marchetti. Secretária: Cecilia Pain Alvares Colaco. **Anexo II – Estatuto Social Consolidado: Capítulo I – Nome, Sede, Duração e Objeto Social: Artigo 1. A Sinch BR S.A. (a "Companhia")** é uma sociedade anônima por ações regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2.** A Companhia tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 10º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-001. **Parágrafo Primeiro.** Mediante deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios, representações ou quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior. **Parágrafo Segundo.** A Companhia possui uma filial, localizada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Av. Coronel Silva Teles, nº 977, 5º andar, conjuntos comerciais 61, 62, 63, 64 e 74, CEP 13024-001, a qual desenvolverá, exclusivamente, as atividades de *back-office/apoio administrativo e applications*, tecnologia de atendimento automatizado de clientes, com CNPJ/ME em fase de obtenção. **Artigo 3.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4.** A Companhia tem por objeto social: (a) o fornecimento de serviços de valor adicionado por meio do disparo de mensagens curtas de texto (SMS) para aparelhos telefônicos móveis; (b) o fornecimento de serviços de valor adicionado por meio do disparo de mensagens de serviços de comunicação ricos (RCS) e de mensagens de WhatsApp® para aparelhos telefônicos móveis; (c) o disparo de mensagens de e-mail; (d) a intermediação de negócios relacionados ao disparo de mensagens de texto, de mensagens de voz e de mensagens de e-mail; (e) o fornecimento de software como serviço (Software as a Service – "Saas"); (f) a participação em outras sociedades simples ou empresariais; (g) a prestação de serviços de suporte técnico e manutenção de ferramentas conversacionais; (h) a integração e a customização de ferramentas conversacionais; e (i) a prestação de consultoria especializada em tecnologia da informação visando a uma melhor utilização de ferramentas conversacionais. **Capítulo II – Capital Social e Ações: Artigo 5.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 131.803.073,73 (cento e trinta e um milhões, oitocentos e três mil e setenta e três reais e setenta e três centavos), dividido em 25.415.238 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e quinze mil, duzentas e trinta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas validamente emitidas e subscritas. **Parágrafo Único.** A acionista terá direito de preferência na subscrição de novas ações, de qualquer tipo ou classe, proporcionalmente a sua participação no capital social da Companhia. **Artigo 6.** Nas decisões da Assembleia Geral, cada ação ordinária atribuirá a seu titular o direito a um voto. **Capítulo III – Da Administração: Artigo 7.** A administração da Companhia caberá à Diretoria, conforme estabelecido neste Estatuto Social. **Artigo 8.** A Diretoria da Companhia será composta de 1 (um) a 6 (seis) Diretores, acionistas ou não, residentes no Brasil. Os Diretores da Companhia não terão designação específica. **Artigo 9.** Os Diretores serão eleitos por período de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, mediante deliberação da Assembleia Geral. Cada Diretor deverá permanecer no cargo até que o seu sucessor tenha sido eleito e empossado. A posse dos Diretores será efetivada mediante a assinatura dos respectivos termos de posse. **Parágrafo Primeiro.** Qualquer Diretor da Companhia poderá ser destituído de seu cargo, a qualquer tempo, com ou sem justa causa, pelo voto da maioria dos acionistas, em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim. **Parágrafo Segundo.** A vacância em qualquer cargo da Diretoria deverá ser preenchida pela Assembleia Geral especialmente convocada para este fim. **Parágrafo Terceiro.** Os Diretores estão isentos de prestar caução. **Parágrafo Quarto.** A remuneração dos Diretores será fixada pelos acionistas, em Assembleia Geral convocada para esse fim. **Artigo 10.** Compete aos Diretores administrar e gerir os negócios da Companhia, devendo realizar todos os atos necessários para seu bom funcionamento, exceto por aqueles proibidos por Lei ou de competência exclusiva da Assembleia Geral, tendo poderes para, dentre outros: (a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as Leis aplicáveis; (b) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral; e (c) formular e aprovar regras internas que julgar necessário para o bom funcionamento da Companhia. **Artigo 11.** Exceto pelas matérias constantes do parágrafo segundo deste Artigo 11, a representação da Companhia, judicialmente ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, perante terceiros, repartições públicas federais, estaduais e municipais, será realizada pelos Diretores. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia somente será obrigada mediante: (a) a assinatura de 2 (dois) Diretores; ou (b) a assinatura conjunta de 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador devidamente constituído; ou (c) a assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores devidamente constituídos. **Parágrafo Segundo.** A prática dos seguintes atos compete sempre aos Diretores, agindo conjuntamente, mediante a autorização prévia e por escrito dos acionistas representando a maioria absoluta do capital social; autorização e aprovação que poderão ser manifestadas por ata, carta, e-mail, telegrama ou fac-símile endereçado à Companhia: (a) celebração, pela Companhia, de novos contratos, ou quaisquer aditamentos de contratos existentes, com operadoras de telecomunicação (*carriers*) em valor individual superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (b) aprovar quaisquer investimentos, inclusive em capital (CAPEX), pela Companhia, em valores que excedam, em um ou em uma série de desembolsos no mesmo exercício social, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); (c) celebração, pela Companhia, de quaisquer contratos, ou quaisquer aditamentos de contratos existentes, em valor individual superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), exceto (i) para contratos de câmbio, em nome da Companhia, independentemente dos valores envolvidos, desde que referentes, exclusivamente, a pagamentos realizados por clientes do exterior, ou (ii) se de outra forma disposto neste parágrafo 2º; (d) aprovação e pagamento de faturas enviadas por operadoras de telecomunicação (*carriers*) em valor individual mensal superior a R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) por mês e fatura; (e) realização de pagamentos, pela Companhia, referentes à sua folha de pagamento (ou quaisquer outras formas de remuneração aos seus funcionários) em valor mensal superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); (f) realização de pagamentos, pela Companhia, de quaisquer tributos, taxas, impostos ou contribuições em valor mensal superior a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais); (g) aprovação e pagamento de quaisquer faturas, pela Companhia, em valor mensal superior a R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) exceto se de outra forma disposto neste parágrafo 2º; (h) constituição, dissolução, liquidação ou extinção de subsidiárias, bem como a aquisição, alienação ou oneração de participações em outras sociedades ou negócios; (i) prática de atos que impliquem a transformação, cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, dissolução ou qualquer outra forma de reorganização ou reestruturação envolvendo a Companhia; (j) emitir quaisquer valores mobiliários ou, ainda, alterar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia; (k) participar em qualquer joint venture (contratual ou societária) ou negócio similar envolvendo parceria, aliança ou combinação de negócios, parcial ou totalmente, a título gratuito ou oneroso, direta ou indiretamente; e (l) estabelecimento de caução, concessão de aval ou fiança, constituição de penhor ou oneração de bens móveis da Companhia, ou, ainda, outorga de qualquer outra forma de garantia ou endividamento em nome da Companhia. **Parágrafo Terceiro.** As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser sempre assinadas por 2 (dois) Diretores, e deverão especificar os poderes por elas conferidos aos outorgados, assim como o prazo de validade, que não deverá exceder a 1 (um) ano, com exceção das procurações para o foro em geral, que poderão ser outorgadas com prazo de validade indeterminado. **Parágrafo Quarto.** O uso do nome da Companhia para a concessão de qualquer tipo de garantia, ou em qualquer documento que não seja relacionado aos negócios da Companhia, ou que possam ser considerados atos de favor, é expressamente proibido. **Capítulo IV – Assembleia Geral dos Acionistas: Artigo 12.** Os acionistas da Companhia deverão reunir-se em Assembleia Geral, ordinariamente, todo ano, dentro dos 4 (quatro) meses após o encerramento do ano fiscal e, extraordinariamente sempre que for do interesse da Companhia, desde que convocada nos termos da Lei e de acordo com este Estatuto Social. **Parágrafo Único.** A Assembleia deverá ser instalada com um quórum mínimo de acionistas representando pelo menos a maioria das ações com direito a voto em circulação da Companhia. **Artigo 13.** A Assembleia Geral deverá ser convocada de acordo com a lei. A Assembleia Geral deverá ser presidida por escolhido pela maioria dos acionistas presentes. O presidente da Assembleia deverá escolher, entre os presentes, um Secretário. **Parágrafo Único.** As decisões da Assembleia Geral serão tomadas com observância dos quóruns e maiorias estabelecidos em lei ou conforme estipulado neste Estatuto Social. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Artigo 14.** O Conselho Fiscal da Companhia será composto pode 3 (três) membros e igual número de suplentes, tendo sua atuação de forma não permanente e sendo instalado ou dissolvido por deliberação da Assembleia Geral, com as atribuições descritas em lei. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral que instalar o Conselho Fiscal deverá determinar a remuneração de seus membros. **Capítulo VI – Exercício Social: Artigo 15.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 16.** Ao fim de cada exercício social, os demonstrativos financeiros da Companhia deverão ser preparados, observados os requisitos legais. **Artigo 17.** Eventual lucro líquido apurado no exercício social encerrado deverá, após as deduções legais aplicáveis, ser distribuído conforme decidido pela Assembleia Geral. **Capítulo VII – Liquidação: Artigo 18.** A Companhia entrará em liquidação nas hipóteses estabelecidas em lei ou quanto autorizada pela Assembleia Geral a qual é competente para determinar a forma de liquidação e para designar o liquidante." **Mesa:** Mario Sergi Marchetti – **Presidente;** Cecilia Pain Alvares Colaco – **Secretária.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 387.535/25-1 em 03/11/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Arteris S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746 – Companhia Aberta Categoria "B"

Termo de Não Instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da 14ª (Décima Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Arteris S.A.

1. **Data, Hora e Local:** Realizada exclusivamente de forma digital e remota, aos 22 dias do mês de janeiro de 2026, às 15:00 horas, nos termos do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), através da plataforma de conexão "*Plataforma Ten Meetings*", via internet, sem prejuízo da utilização da instrução de voto a distância como instrumento para exercício do direito de voto pelos debenturistas da 14ª (Décima Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Arteris S.A. ("**Debenturistas**", "**Debêntures**", "**Emissão**" e "**Companhia**", respectivamente), conforme informado pela Companhia aos Debenturistas e ao mercado em geral no âmbito dos documentos referentes à convocação desta assembleia ("**Assembleia**"), coordenada pela Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição, CEP: 04.543-906. 2. **Convocação:** Convocação regularmente realizada por meio de edital de convocação publicado nas versões impressa e digital no jornal "Folha de São Paulo" ("**Jornal de Publicação**") nas edições dos dias 31 de dezembro de 2025, 1º e 2 de janeiro de 2026, respectivamente nas páginas 32, 24 e 22, com divulgação simultânea na página do Jornal de Publicação na internet, nos termos do artigo 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). 3. **Presença e Quórum:** Presentes (i) Debenturistas detentores de 3,67% (três inteiros e sessenta e sete centésimos por cento) das Debêntures em circulação, nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 14ª (Décima Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Arteris S.A.*", celebrado em 26 de julho de 2023 entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("**Agente Fiduciário**"), conforme aditado ("**Escritura de Emissão**"); (ii) representantes do Agente Fiduciário; e (iii) representantes da Companhia. 4. **Mesa:** Presidida pelo Sr. Cyro Lessa ("**Presidente**"), e secretariada pelo Sr. Guilherme D'Andrea ("**Secretário**"). 5. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) Anuência prévia para a perda ou transferência de concessões ou ativos detidos pela Companhia ou qualquer de suas controladas que resulte em uma redução de mais de 20% (vinte por cento) da receita bruta de pedágio consolidada da Companhia, acumulada no período de 12 (doze) meses, sem que seja configurado evento de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, na Cláusula 6.1.1, alíneas "(l)", "(m)" e "(p)", desde que (a) a referida perda ou transferência seja decorrente do término ordinário dos respectivos contratos de concessão ("**Término Ordinário**") ou do processo de readaptação e modernização dos respectivos contratos de concessão, nos termos da Portaria do Ministério dos Transportes nº 848/2023 e da Portaria do Ministério dos Transportes nº 995/2023 ("**Repactuação**"); e (b) o respectivo Término Ordinário ou Repactuação ocorra entre 11 de dezembro de 2025 e até 12 (doze) meses contados da data desta anuência ("**Período de Renúncia**"); e (ii) Autorização para que a Companhia e o Agente Fiduciário realizem todos os atos e celebrem todos os documentos necessários à implementação da ordem do dia acima. 6. **Termo de Não Instalação:** Tendo em vista que não foi atingido o quórum mínimo de instalação em primeira convocação previsto no artigo 71, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e na Cláusula 9.5 da Escritura de Emissão, as matérias constantes da ordem do dia desta Assembleia não puderam ser discutidas, de modo que a Companhia publicará, oportunamente, edital para segunda convocação desta Assembleia, a qual será instalada com a presença de qualquer número de Debenturistas, na forma do artigo 71, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e na Cláusula 9.5 da Escritura de Emissão. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia, da qual se lavrou este termo que, lido e aprovado, foi assinado pelo Presidente, Secretário, Companhia e Agente Fiduciário. O Presidente da mesa, nos termos do artigo 76, § 2º, da Resolução CVM 81, registrou a presença dos Debenturistas presentes, de forma que serão dispensadas suas respectivas assinaturas na lista de presença anexa. Foi autorizada, ainda, a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **Assinaturas:** Mesa: Cyro Lessa (Presidente); Guilherme D'Andrea (Secretário). Representante do Agente Fiduciário: Amanda Cardoso da Silva; Representantes da Companhia: Cyro Lessa e Guilherme D'Andrea. São Paulo, 22 de janeiro de 2026. **Certificamos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio. Cyro Lessa** – Presidente; **Guilherme D'Andrea** – Secretário. **Agente Fiduciário:** Nome: Amanda Cardoso da Silva CPF: 433.964.368-81. **Companhia:** Nome: Cyro Lessa CPF: 366.517.918-18; Nome: Guilherme D'Andrea CPF: 442.142.978-30. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 50.651/26-2 em 13/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Arteris S.A.

CNPJ/MF nº 02.919.555/0001-67 – NIRE 35.300.322.746 – Companhia Aberta Categoria "B"

Termo de Não Instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da 15ª (Décima Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, Sob Rito de Registro Automático, da Arteris S.A.

1. **Data, Hora e Local:** Realizada exclusivamente de forma digital e remota, aos 23 dias do mês de janeiro de 2026, às 10:00 horas, nos termos do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), através da plataforma de conexão "*Plataforma Ten Meetings*", via internet, sem prejuízo da utilização da instrução de voto a distância como instrumento para exercício do direito de voto pelos debenturistas da 15ª (Décima Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático, da Arteris S.A. ("**Debenturistas**", "**Debêntures**", "**Emissão**" e "**Companhia**", respectivamente), conforme informado pela Companhia aos Debenturistas e ao mercado em geral no âmbito dos documentos referentes à convocação desta assembleia ("**Assembleia**"), coordenada pela Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 510, 12º andar, Vila Nova Conceição, CEP: 04.543-906. 2. **Convocação:** Convocação regularmente realizada por meio de edital de convocação publicado nas versões impressa e digital no jornal "Folha de São Paulo" ("**Jornal de Publicação**") nas edições dos dias 31 de dezembro de 2025, 1º e 2 de janeiro de 2026, respectivamente nas páginas 32, 24 e 22, com divulgação simultânea na página do Jornal de Publicação na internet, nos termos do artigo 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). 3. **Presença e Quórum:** Presentes (i) Debenturistas detentores de 29,50% (vinte e nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) das Debêntures em circulação, nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 15ª (Décima Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, sob Rito de Registro Automático, da Arteris S.A.*", celebrado em 26 de março de 2024 entre a Companhia e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("**Agente Fiduciário**"), conforme aditado ("**Escritura de Emissão**"); (ii) representantes do Agente Fiduciário; e (iii) representantes da Companhia. 4. **Mesa:** Presidida pelo Sr. Cyro Lessa ("**Presidente**"), e secretariada pela Sra. Sabrina Indelicato Penteado ("**Secretária**"). 5. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) Anuência prévia para a perda ou transferência de concessões ou ativos detidos pela Companhia ou qualquer de suas controladas que resulte em uma redução de mais de 20% (vinte por cento) da receita bruta de pedágio consolidada da Companhia, acumulada no período de 12 (doze) meses, sem que seja configurado evento de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, na Cláusula 6.1.1, alíneas "(l)", "(m)" e "(p)", desde que (a) a referida perda ou transferência seja decorrente do término ordinário dos respectivos contratos de concessão ("**Término Ordinário**") ou do processo de readaptação e modernização dos respectivos contratos de concessão, nos termos da Portaria do Ministério dos Transportes nº 848/2023 e da Portaria do Ministério dos Transportes nº 995/2023 ("**Repactuação**"); e (b) o respectivo Término Ordinário ou Repactuação ocorra entre 11 de dezembro de 2025 e até 12 (doze) meses contados da data desta anuência ("**Período de Renúncia**"); e (ii) Autorização para que a Companhia e o Agente Fiduciário realizem todos os atos e celebrem todos os documentos necessários à implementação da ordem do dia acima. 6. **Termo de Não Instalação:** Tendo em vista que não foi atingido o quórum mínimo de instalação em primeira convocação previsto no artigo 71, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e na Cláusula 9.5 da Escritura de Emissão, as matérias constantes da ordem do dia desta Assembleia não puderam ser discutidas, de modo que a Companhia publicará, oportunamente, edital para segunda convocação desta Assembleia, a qual será instalada com a presença de qualquer número de Debenturistas, na forma do artigo 71, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e na Cláusula 9.5 da Escritura de Emissão. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia, da qual se lavrou este termo que, lido e aprovado, foi assinado pelo Presidente, Secretária, Companhia e Agente Fiduciário. O Presidente da mesa, nos termos do artigo 76, § 2º, da Resolução CVM 81, registrou a presença dos Debenturistas presentes, de forma que serão dispensadas suas respectivas assinaturas na lista de presença anexa. Foi autorizada, ainda, a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **Assinaturas:** Mesa: Cyro Lessa (Presidente); Sabrina Indelicato Penteado (Secretária). Representante do Agente Fiduciário: Sr. Vitor Augusto Giangiooppo; Representantes da Companhia: Srs. Cyro Lessa e Sabrina Indelicato Penteado. São Paulo, 23 de janeiro de 2026. **Certificamos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio. Cyro Lessa** – Presidente; **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. **Agente Fiduciário:** Nome: Vitor Augusto Giangiooppo CPF: 430.927.888-42. **Companhia:** Nome: Cyro Lessa CPF: 366.517.918-18; Nome: Sabrina Indelicato Penteado CPF: 274.871.328-11. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 50.652/26-6 em 13/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/02/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Anakin Empreendimentos e Participações S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

1. **Data, Hora e Local:** No dia 10 de setembro de 2025, às 16:00 horas, realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França, CEP 02337-080. 2. **Presença:** A totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia em organização, devidamente qualificados nos Boletins de Subscrição, que constituem o documento no 01, anexo à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, a saber, Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. 3. **Mesa:** Presidente: Edson Vicente da Silva Filho; Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. 4. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei no 6.404/76. 5. **Ordem do dia:** Discutir e deliberar sobre: (i) a constituição de uma sociedade por ações fechada sob a denominação **Anakin Empreendimentos e Participações S.A.** (ii) a aprovação do projeto do Estatuto Social que regerá os atos da Companhia; (iii) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; e (iv) outros assuntos de interesse. 6. **Deliberações:** 6.1. Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **Anakin Empreendimentos e Participações S.A.**, com Sede e Foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França – CEP 02337-080. 6.2. Aprovar o capital social inicial de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), representado por 150 (cento e cinquenta ações) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está totalmente integralizado, tendo sido constatada a realização em dinheiro, de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A., nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei n.º 6404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos n.ºs. 01 e 02 anexos a Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição. 7. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o documento no 03 anexo à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Anakin Empreendimentos e Participações S.A.**, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 8. Eleger o Sr. **Edson Vicente da Silva Filho**, brasileiro, natural do município de São Paulo, casado, sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 48.351.732-X (SSP-SP) e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob nº. 366.209.668,45, com endereço residencial na R. Quinze de Novembro, 200 - Centro Histórico de São Paulo - 01013-000, para o cargo de Diretor Presidente, e a Sra. **Gabriela Albuquerque Pace**, brasileira, natural do município de São Paulo, casada, sob regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 44.072.471- 5 SSP-SP e titular do CPF nº 352.021.748-10 com endereço residencial na R. Quinze de Novembro, 200 - Centro Histórico de São Paulo - 01013-000, para o cargo de Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 (dois) anos, os quais declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. 9. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei 6404/76. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. 7. **Acionistas:** Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 10 de setembro de 2025 **Edson Vicente da Silva Filho** - Presidente; **Gabriela Albuquerque Pace** - Secretária. Jucesp. Certifico o registro de constituição sob o NIRE nº 35300682611 em 09/12/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral. **Estatuto Social - Capítulo - I - Da Denominação, Sede, Foro, Prazo De Duração E Objeto.** Artigo 1º – A **Anakin Empreendimentos e Participações S.A.** é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. Artigo 2º - A sociedade terá por objeto a) Administração de imóveis próprios, e b) Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França – CEP 02337-080, São Paulo, Estado de São Paulo, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 4º - O jornal de grande circulação que a empresa utiliza para publicação de seus atos e documentos é o jornal Data Mercantil, de forma impressa e digital. Artigo 5º - A Companhia iniciará suas atividades em 10 de setembro de 2025, e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo – II Do Capital Social e Ações** - Artigo 6º - O Capital Social da Companhia é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), dividido em 150 (cento e cinquenta ações) ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. § 1º - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76. § 2º - A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. § 3º - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 4º - Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º - A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. § 6º - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. Artigo 7º - Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelares. Parágrafo Único - Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. Artigo 8º - O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei n.º 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei n.º 6.404/76. Artigo 9º. – A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo – III - Da Administração** - Artigo 10º – A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 (dois) Diretores, sendo um Diretor – Presidente e um Diretor sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. § 1º - O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. § 2º - A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”. Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. § 3º - Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. § 4º - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. § 5º - Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada. § 6º - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. Artigo 11º - A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. § 1º - Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinarem, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. § 2º. - A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor-Presidente, com antecedência mínima de 3 (três) dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 3º - A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 (dois) Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. § 4º - As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. § 5º - As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. Artigo 12º - Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. Artigo 13º - A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor-Presidente, isoladamente, por 2 (dois) Diretores, em conjunto, por 1 (um) Diretor e 1 (um) mandatário ou, ainda, por 2 (dois) mandatários, constituídos especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste artigo. § 1º - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor-Presidente, isoladamente, ou por 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. § 2º - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o *Caput* deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo – IV - Assembleia Geral** - Artigo 14º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. § 1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 (dois) Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. § 2º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. § 3º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo - V - Conselho Fiscal** - Artigo 15º - O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º.– Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º – As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo - VI - Exercício Social e Lucros** - Artigo 16º - O exercício social terminará no dia 02 de março de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. Artigo 17º - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, à qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. § 1º - Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. § 2º - O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. Artigo 18º - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Artigo 19º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. § 1º - Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o § 1º do artigo 16. § 2º - Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. § 3º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo - VII - Liquidação** - Artigo 20º – A Companhia socialmente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. § 1º – À Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. § 2º – A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. **Acionistas:** Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 10 de setembro de 2025. **Edson Vicente da Silva Filho** - Presidente; **Gabriela Albuquerque Pace** - Secretária. Vera Lucia Lopes Freitas - OAB/SP 113.498 - CPF: 949.205.678-04. Jucesp. Certifico o registro sob o NIRE nº 3530068261-1 em 09/12/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

ViaPaulista S.A.

CNPJ/MF nº 28.019.100/0001-89 – NIRE 35.300.505.051 – Companhia Aberta Categoria “B”

Termo de Não Instalação da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Viapaulista S.A.

1. **Data, Hora e Local:** Realizada exclusivamente de forma digital e remota, aos 23 dias do mês de janeiro de 2026, às 15:00 horas, nos termos do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”), através da plataforma de conexão “*Plataforma Ten Meetings*”, via internet, sem prejuízo da utilização da instrução de voto a distância como instrumento para exercício do direito de voto pelos debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da ViaPaulista S.A. (“Debenturistas”, “Debêntures”, “Emissão” e “Companhia”, respectivamente), conforme informado pela Companhia aos Debenturistas e ao mercado em geral no âmbito dos documentos referentes à convocação desta assembleia (“Assembleia”), coordenada pela Companhia, localizada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, km 312,2, Pista Norte, Jardim Jôquei Clube, CEP 14.079-000. 2. **Convocação:** Convocação regularmente realizada por meio de edital de convocação publicado nas versões impressa e digital no jornal “Tribuna Ribeirão Preto” (“Jornal de Publicação”) nas edições dos dias 31 de dezembro de 2025, 6 e 7 de janeiro de 2026, respectivamente nas páginas D4, C5 e C5, com divulgação simultânea na página do Jornal de Publicação na internet, nos termos do artigo 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). 3. **Presença e Quórum:** Presentes (i) Debenturistas detentores de 9,86% (nove inteiros e oitenta e seis centésimos por cento) das Debêntures em circulação, nos termos do “*Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Viapaulista S.A.*”, celebrado em 3 de junho de 2019 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”) e a Arteris S.A. (“Arteris”), conforme aditado (“Escritura de Emissão”); (ii) representantes do Agente Fiduciário; e (iii) representantes da Companhia. 4. **Mesa:** Presidida pelo Sr. Cyro Lessa (“Presidente”), e secretariada pela Sra. Sabrina Indelicato Penteado (“Secretária”). 5. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) Anuência prévia para a cessão, alienação, venda ou transferência de ativos relevantes da Companhia e/ou da Arteris que resulte em uma redução de mais de 20% (vinte por cento) da receita bruta de pedágio consolidada da Companhia e/ou da Arteris, acumulada no período de 12 (doze) meses, sem que seja configurado evento de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, na Cláusula 4.17.1, alínea “(cc)”, desde que (a) a referida cessão, alienação, venda ou transferência de ativos relevantes seja decorrente do término ordinário dos contratos de concessão das controladas da Arteris (“*Término Ordinário*”) ou do processo de readaptação e modernização dos respectivos contratos de concessão, nos termos da Portaria do Ministério dos Transportes nº 848/2023 e da Portaria do Ministério dos Transportes nº 995/2023 (“*Reaplicação*”); e (b) o respectivo *Término Ordinário* ou *Reaplicação* ocorra entre 1º de dezembro de 2025 e até 12 (doze) meses contados da data desta anuência (“*Período de Renúncia*”); e (ii) Autorização para que a Companhia e o Agente Fiduciário realizem todos os atos e celebrem todos os documentos necessários à implementação da ordem do dia acima. 6. **Termo de Não Instalação:** Tendo em vista que não foi atingido o quórum mínimo de instalação em primeira convocação previsto no artigo 71, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e na Cláusula 7.6 da Escritura de Emissão, as matérias constantes da ordem do dia desta Assembleia não puderam ser discutidas, de modo que a Companhia publicará, oportunamente, edital para segunda convocação desta Assembleia, a qual será instalada com a presença de qualquer número de Debenturistas, na forma do artigo 71, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e na Cláusula 7.6 da Escritura de Emissão. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia, da qual se lavrou este termo que, lido e aprovado, foi assinado pelo Presidente, Secretária, Companhia e Agente Fiduciário. O Presidente da mesa, nos termos do artigo 76, § 2º, da Resolução CVM 81, registrou a presença dos Debenturistas presentes, de forma que serão dispensadas suas respectivas assinaturas na lista de presença anexa. Foi autorizada, ainda, a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **Assinaturas:** Mesa: Cyro Lessa (Presidente); Sabrina Indelicato Penteado (Secretária). **Representante do Agente Fiduciário:** Amanda Cardoso da Silva; **Representantes da Companhia:** Cyro Lessa e Sabrina Indelicato Penteado. Ribeirão Preto/SP, 23 de janeiro de 2026. **Certificamos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio. Cyro Lessa** – Presidente; **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. **Agente Fiduciário:** Nome: Amanda Cardoso da Silva CPF: 433.964.368-81. **Companhia:** Nome: Cyro Lessa CPF: 366.517.918-18; Nome: Sabrina Indelicato Penteado CPF: 274.871.328-11. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 46.811/26-6 em 10/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Loja Integrada Tecnologia para Softwares S.A.

CNPJ/MF nº 37.571.048/0001-60 – NIRE 35.300.568.281

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Loja Integrada Tecnologia para Softwares S.A.**, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 10/04/2026, às 10h, realizada exclusivamente de forma digital, por meio da plataforma Meet. O link de acesso e as instruções para participação serão disponibilizados mediante solicitação a ser encaminhada ao e-mail legal@lojaintegrada.com.br, até 20/03/2026, garantindo-se a participação e o exercício de voto pelos acionistas, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em sede de AGO:** (i) as contas da Administração da Companhia, bem como, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Administração da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025; (ii) a destinação dos resultados do exercício encerrado em 31/12/2025; e (iii) deliberar sobre a fixação da remuneração global anual da Diretoria para o exercício em curso. **Em sede de AGE:** (i) deliberar sobre a ratificação de deliberações tomadas em Assembleias Gerais anteriores em que houve ausência ou irregularidade na coleta das assinaturas na lista de presenças; (ii) deliberar sobre a validade e eficácia das Assembleias Gerais realizadas em 10/08/2023, 11/04/2023, 13/03/2023, 14/09/2023, 18/04/2023, 20/03/2024 e 29/07/2024; e (iii) deliberar sobre a ratificação da data de saída de membro do Conselho da Companhia. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia. São Paulo/SP, 25 de fevereiro de 2026. (27, 28/02 e 03/03/2026)

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

CNPJ/ME nº 03.207.703/0001-83 – NIRE 35.300.171.870 – Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2025

1. **Data, Hora e Local:** Aos trinta e um dias do mês de dezembro de 2025, às 13:00 horas, na sede social da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“**Companhia**”) localizada no Município de Araras, Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, Km 168, Pista Sul, Jardim Sobradinho. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (“**Lei nº 6.404/76**”), tendo em vista a presença dos acionistas representantes da totalidade das ações de emissão da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. 4. **Ordem do Dia:** 4.1 Aprovar a distribuição de juros sobre capital próprio, aos acionistas da Companhia, até 31 de dezembro de 2026, no valor de R\$ 8.575.647,08 (oito milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e sete reais e oito centavos), os quais descontados do imposto de renda perfazem o montante de R\$ 7.289.300,02 (sete milhões, duzentos e oitenta e nove mil, trezentos reais e dois centavos), que serão considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. 5. **Deliberações:** Por unanimidade, os acionistas deliberam o que segue: 5.1 Aprovar a matéria constante do item 4.1 da Ordem do dia, aprovando a distribuição ali descrita; e 5.2 Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sra. Flávia Lúcia Mattioli Tâmega; e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Acionistas: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega) e Arteris Participações S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Araras, 31 de dezembro de 2025. “*Confere com a original lavrada em livro próprio*”. **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 14.440/26-0 em 29/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/02/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Centro de Estudos de Materiales Y Control de Obra S.A. (Cemosa)									
CNPJ/MF nº 30.036.246/0001-84									
Balança Patrimonial e Demonstração de Resultados: Ano 2025									
Publicação em cumprimento da Instrução Normativa DREI nº 7 de 05/12/2013.									
Balança Patrimonial em 31/12/2025 e 2024 (Em reais)					Demonstração de Resultado do Exercício				
					Exercício findo em 31/12/2025 e 2024 (Em reais)				
Ativo	2025	2024	Passivo	2025	2024		2025	2024	
Ativo Circulante	5.961.375	5.103.234	Circulante	3.480.126	1.045.316	Receita Bruta	11.985.691	18.876.030	
Disponível	707.275	1.188.758	Fornecedores – Exigíveis a Curto Prazo	82.906	133.892	Serviços Prestados	9.953.469	14.584.886	
Duplicatas a Receber	633.612	1.795.830	Obrigações Trabalhistas e Previdência	155.928	179.164	Receita Serviços Prestados Consorcios	2.032.222	4.291.144	
Duplicatas a Receber Exterior	134.708	–	Obrigações Tributárias	72.395	69.006	Impostos e Deduções sobre Venda de Serviços	(1.341.322)	(2.467.649)	
Resultado de Consorcios	1.797.553	157.709	Contas a Pagar/credores Diversos	416.034	532.592	Receita Operacional Liquida	10.644.369	16.408.381	
Adiantamento de Lucros	260.000	260.000	Contas Correntes	2.742.819	70.000	Serviços de Terceiros e Encargos	(6.175.949)	(8.332.674)	
Adiantamento Salários	118.037	30.480	Adiantamentos de Clientes	10.043	60.662	Lucro Bruto Operacional	4.468.420	8.075.707	
Adiantamentos	489.850	235.679				Despesas Operacionais			
Impostos a Recuperar/compensar	691.551	383.315	Patrimônio Liquido	3.235.236	4.264.858	Despesas Administrativas	(6.458.948)	(7.348.304)	
Empréstimos	1.010.033	1.014.545	Capital Social	3.619.067	3.310.567	Receitas Financeiras	46.376	19.729	
Seguros a Apropriar	118.755	36.918	Reservas	–	196.556	Outras Receitas Operacionais	183.662	–	
Ativo Não Circulante	753.987	206.941	Lucros Acumulados	(383.830)	–	Despesas Tributárias	(17.847)	(16.369)	
Imobilizado	179.461	205.618	Dividendos	–	757.736	Despesas Financeiras	(132.988)	(30.699)	
Intangível	1.323	1.323				Lucro (prejuizo) Operacional antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.911.326)	700.064	
Ativos Fiscais Diferidos	573.203	–				Provisão para Impostos e Contribuições s/ Lucro			
Total Ativo	6.715.362	5.310.175	Total Passivo	6.715.362	5.310.175	Provisão Irpj Corrente E Diferido	415.120	(187.004)	
A Diretoria				Eduardo Lopes de Oliveira		Provisão Cslr Corrente E Diferida	158.083	(75.961)	
				Contador CRC-ISP 258.428/O-7		Lucro Liquido do Exercício	(1.338.122)	437.099	
NOTA: Autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da									
Portaria nº 1.790-SEI, DE 25/10/2018 – Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa									

CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.
CNPJ/MF nº 30.498.377/0001-83 - NIRE 35.300.519.973
Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 18 de dezembro de 2025. (Lavrada na forma de Sumário)

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 18 de dezembro de 2025, às 10:00h, por meio eletrônico nos termos da IN/DREI nº 81/20, conforme alterada. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia (“Conselho”), nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio (“Carlos”), como Presidente e Daniel Corrêa de Miranda (“Miranda”), como Secretário. **4. Ordem do Dia:** Analisar, discutir e aprovar: **(i)** o Calendário das Reuniões Ordinárias do Conselho de Administração para 2026; **(ii)** a Metodologia de Gestão de Riscos e Controles Internos; **(iii)** o Plano Anual de Auditoria Interna; **(iv)** o Plano Diretor de Segurança da Informação; **(v)** o Programa de Cibersegurança; **(vi)** a Política de Segurança da Informação e Cibersegurança; **(vii)** a Política de Recursos Humanos. **5. Deliberações e Discussões:** . Inicialmente, foram apresentados esclarecimentos gerais sobre a Companhia, bem como prestados esclarecimentos a respeito dos documentos que haviam sido previamente compartilhados e analisados pelos Membros do Conselho, incluindo os comentários e ajustes realizados nesses documentos, de modo que os documentos analisados e discutidos na reunião correspondiam às suas versões finais. Após as devidas discussões, os Conselheiros deliberaram, por unanimidade, pela aprovação de todos os itens da ordem do dia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente Ata que foi lida, achada conforme e aprovada por todos os conselheiros e assinada de forma eletrônica, nos termos do artigo 10, parágrafo 2º da Medida Provisória 2.200-1/01. (A presente Ata é cópia fiel do documento original lavrado em livro próprio) São Paulo, 18 de dezembro de 2025. **Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio; Edivar Vilela de Queiroz Filho; Daniel Mendonça Pareto; Luis Otavio Saliba Furtado; Marco Racy Kheirallah; Vivian Yu Wai Yiu; Norberto Lanzara Giangrande Júnior; Daniel Corrêa de Miranda** - Secretário. Jucesp nº 55.309/26-4 em 25/02/2026. Mariana Centurion Dardani - Secretário Geral.

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA
MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/02/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

